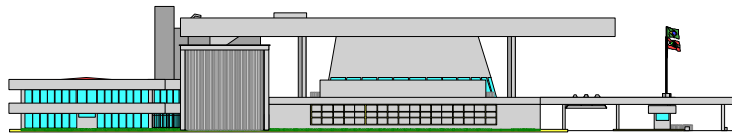


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 11 DE SETEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.086

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELAÇIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou revisão
dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2086
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 076ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 08/09/2009 2
Ata da 077ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 09/09/2009 .. 21
Ata da 038ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 09/09/2009 40
Ata da 039ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 09/09/2009 41

Atos da Mesa

Atos da Mesa DI 41

Publicações Diversas

Extratos 41
Portarias 42
Redações Finais 42

PLENÁRIO

ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Solicita que seja cumprido um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Guaraciaba.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Lamenta as perdas decorrentes do tornado no estado; cita o exemplo de luta e honestidade de José Alencar.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Elogia a luta do vice-presidente José Alencar contra o câncer.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se ao vendaval que atingiu o estado; homenageia Blumenau pelos 159 anos; elogia a bancada federal catarinense pela tentativa de reverter os cortes feitos pelo governo federal nas emendas de bancada.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lamenta o novo episódio climático que se abateu sobre o estado; critica o comando-geral da PMSC.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Defende a aprovação do projeto que cria o piso salarial regional.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Solicita a suspensão da sessão para a oitava de um representante do Centro de Valorização da Vida - CVV.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se ao PL 0202/2008, de sua autoria, que institui a Semana Estadual à Valorização da Vida.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Expressa solidariedade aos atingidos pelo vendaval; defende uma melhor política de preços para o agricultor.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Agradece a indicação para assumir a liderança do governo na ausência do deputado Elizeu Mattos; apela para que a base do governo compareça ao

plenário para limpar a pauta da Ordem do Dia; expressa certeza de que os Poderes Executivo e Legislativo viabilizarão soluções para os atingidos pelo vendaval.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Cumprimenta e deseja êxito ao deputado José Natal na liderança do governo.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Lamenta os estragos e a perda de vidas decorrentes do vendaval; apoia o presidente Lula na condução do debate sobre a exploração do pré-sal.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Chama as Oposições para o debate sobre o pré-sal.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Critica a administração petista em Joinville.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Elogia o povo de Blumenau e seu espírito cívico e empreendedor; critica o governo federal pelo corte das emendas parlamentares.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Critica o governo federal pelo corte dos recursos de prevenção de enchentes.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Palma Sola, Selito Pedro Três, e dos vereadores Leodoro Adelaido de Moura e Moacir Sansigolo.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Convida para reunião que tratará da questão da demarcação das terras indígenas no estado.

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0202/2008.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Pede a presença dos deputados para propiciar a votação das mensagens de veto, inclusive do projeto que cria as regiões metropolitanas.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Manifesta-se acerca de projeto de lei que cria regiões metropolitanas em SC.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0630/2008, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0332/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0909/2009, que dispõe sobre o veto parcial ao PL 0347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0909/2009, que dispõe sobre o veto parcial ao PL 0347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0909/2009, que dispõe sobre o veto parcial ao PL 0347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Manifesta dúvidas quanto ao veto ao PL 0347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Esclarece a posição do PSDB.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação pela manutenção do veto parcial ao PL 0347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute o veto total ao PL 0046/2007, de sua autoria, que trata dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Discute o veto total ao PL 0046/2007, que trata dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha o voto pela derrubada do veto ao PL 0046/2007, do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL 0046/2007.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha o voto pela manutenção do veto ao PL 0046/2007.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL 0046/2007.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do veto total ao PL 0046/2007.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao veto parcial ao PL 0360/2008, de sua autoria, que institui o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute o veto total ao PL 0018/2009, da comissão de Constituição e Justiça, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.702, de 1989 (pensão mensal aos portadores de necessidades especiais).

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à derrubada do

veto total ao PL 0018/2009, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.702, de 1989 (pensão mensal aos portadores de necessidades especiais).

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Libera a bancada para a votação do veto total ao PL 0018/2009, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.702, de 1989 (pensão mensal aos portadores de necessidades especiais).

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação pela manutenção do veto total ao PL 0030/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização indicando hospitais nas rodovias estaduais, e adota outras providências.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha o voto pela derrubada do veto total ao PL 0030/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha o voto pela derrubada do veto total ao PL 0030/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha o voto pela derrubada do veto total ao PL 0030/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação pela manutenção do veto total ao PL 0091/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute o veto parcial ao PL 0049/2009, que autoriza a concessão de uso de imóvel em Palhoça.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha a votação pela manutenção dos vetos parciais aos PLs 0130/2007 e 0237/2007, de sua autoria.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação pela manutenção do veto parcial ao PL 0130/2007, que autoriza o estado a estabelecer política de melhoria no atendimento aos idosos na área da Saúde.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação pela manutenção do veto parcial ao PL 0237/2007, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a base de cálculo do ICMS nas operações internas com protetores solares.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação pela manutenção do veto parcial ao PLC 0016/2009, que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha o voto contra a Moção n. 0192/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, manifestando repúdio ao corte no Orçamento da União para investimento e reconstrução em Santa Catarina.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Encaminha o voto a favor da Moção n. 0192/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, manifestando repúdio ao corte no Orçamento da União para investimento e reconstrução em Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha o voto contra a Moção n. 0192/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede que seja registrada sua abstenção na votação da Moção n. 0192/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à concessão do prêmio Cidade Cidadã ao município de Forquilha; elogia a realização da Exponáutica, em Biguaçu.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Elogia a administração de Forquilha.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Ressalta as obras humanizadoras feitas pela administração de Forquilha.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Afirma que Forquilha deve servir de exemplo para os outros municípios.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Parabena o prefeito de Biguaçu pela realização da Exponáutica.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Elogia a realização da Exponáutica e registra a presença de diversas autoridades.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Moacir Sopelsa pelo aniversário.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Luta por uma solução para o problema dos colonos que estão tendo suas terras demarcadas como reserva indígena.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Concorda em procurar uma solução que preserve os direitos dos índios e dos colonos.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Manifesta-se contra os projetos que municipalizam a educação infantil e o ensino fundamental no estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Afirma que a Alesc está agindo prudentemente com relação aos projetos que municipalizam o ensino.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda a violência praticada contra mulheres e pede solução ao governo do estado.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Coloca sua posição referente aos projetos que municipalizam a educação infantil e o ensino fundamental no estado; aborda a feira náutica de Biguaçu e a importância de aproveitar o potencial náutico de SC.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Lembra usina de compostagem usada durante algum tempo em São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, o estado de Santa Catarina mais uma vez foi atingido por intempéries climáticas e milhares de catarinenses estão desabrigados. Inclusive, recebi informação, só agora, de que no vale do Itajaí mais de 90 mil pessoas estão sem energia elétrica e que tivemos quatro vítimas fatais, sr. presidente, em nosso estado, mais precisamente na cidade de Guaraciaba.

Assim, com a sua permissão, gostaria que, num gesto de solidariedade, este Parlamento prestasse uma homenagem às vítimas com um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Consulto os srs. líderes se é possível fazermos essa homenagem.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância, passaremos a considerar um minuto de silêncio em respeito às vítimas dessa tragédia que ocorreu no vale Bonita, no meio-oeste, no município de Guaraciaba, no extremo oeste e em diversas regiões de Santa Catarina.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, foi muito importante da parte do brilhante parlamentar Ismael dos Santos lembrar de, neste momento, fazermos um minuto de silêncio para refletirmos sobre a vida. A vida é muito importante e hoje perdemos quatro catarinenses e há muitas famílias chorando.

Eu até, deputado Ismael dos Santos, estava refletindo o quanto o estado de Santa Catarina tem sofrido. Nós tivemos tornados acontecendo na região de Criciúma, depois tivemos a grande catástrofe em que famílias perderam os seus entes queridos na região de Blumenau, famílias que ainda não se restabeleceram. E agora tivemos outro tornado atingindo vários municípios, como o município do deputado Padre Pedro Baldissera, onde ele já foi prefeito. É lamentável, é triste. E às vezes nós aqui dentro, sr. presidente, ficamos com as mãos presas e sem poder agir, porque são fenômenos da natureza.

Sabemos que devido à degradação do planeta Terra, à destruição da camada de ozônio, todo esse progresso que no dia-a-dia o homem alcança, atrás de tudo isso vêm a devastação e as consequências. E nós ficamos com as mãos atadas, deputado Ismael dos Santos.

Então, são fenômenos da natureza, mas não podemos deixar a fé morrer. Temos que incentivar essas famílias e dizer: vão à luta!

É claro que vamos pedir o apoio do estado, que deverá contribuir, como sempre fez. Lembro que, quando houve a tragédia, num domingo à tarde o governador, juntamente com senadores e colegas deputados, sobreviou a região para observar a catástrofe mais de perto. E a deputada Ana Paula de Lima muitas vezes veio aqui cobrar!

Agora, quero levantar um problema: a Defesa Civil recebeu a ajuda de muitas pessoas de fora para distribuir os donativos, mas muitos malandros se aproveitaram da boa-fé daqueles que doaram, venderam os produtos e até mesmo consumiram alimentos doados. Será que essas pessoas não têm temor de fazer uma coisa dessas?!

Nós sabemos o que aconteceu! A deputada Ana Paula Lima veio à tribuna falar sobre as pessoas que se aproveitaram da boa-fé de alguns em benefício próprio. E ainda tiveram a coragem de usar os produtos. Apenas estou endossando as palavras da deputada Ana Paula Lima, que falou a respeito e por isso ficamos sabendo.

Mas queremos dizer a v.exas. que temos de ter coragem. Nós torcemos positivamente por essas famílias que perderam os seus entes queridos e até os animais de estimação.

Gostaríamos de dizer que também temos que usar o exemplo desse homem público, José Alencar, que está lutando contra um câncer. Ele já sofreu, aproximadamente, 15 cirurgias e ainda está animado. Nós temos que seguir o bom exemplo desse homem. Nas horas de luta, nas horas difíceis, temos que encontrar forças para viver, forças para ir avante e não desanimar. Esse homem, que está com 77 anos, já sofreu 15 cirurgias e ainda diz que a sua hora não chegou. E não chegou mesmo, deputada Ada De Luca!

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Ouço v.exa., deputada.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputada, parabéns por fazer essas referências ao vice-presidente do Brasil, José Alencar. E não estou falando só do vice-presidente, mas também do cidadão. Ele tem dado uma lição de vida a todos os brasileiros, com a sua vontade de viver, o seu estímulo, o seu rosto sempre esboçando aquele sorriso que, conforme enxergamos, não é artificial, não é para a mídia, mas um sorriso natural.

Portanto, transmita-lhe os meus votos de pleno restabelecimento. E saiba, deputada, que eu também tiro o meu chapéu à postura do vice-presidente José Alencar!

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputada. V.Exa. é uma deputada de primeiro mandato, mas já mostrou a que veio neste Parlamento: para fazer a diferença.

Queremos agradecer a v.exa. e pedir a todos os catarinenses que façam uma corrente de fé e de oração pelas vítimas de Santa Catarina, por todos os catarinenses e pelo nosso estado. E também que façamos as preces por esse grande homem público, porque temos que preservar as boas pessoas. Nós temos que clamar a Deus por esse homem, para que ele se restabeleça e dê a volta por cima - e tenho certeza de que ele dará -, porque precisamos ter pessoas de caráter na vida pública, pessoas que têm palavra, pessoas que lutam pelos desassistidos e desamparados.

Então, temos que lutar por essas pessoas e clamar a Deus para que sustente aqueles que tiveram perdas dos seus entes queridos. É um momento triste, hoje, para nós, no estado de Santa Catarina, porque queremos que as pessoas vivam bem e felizes.

Srs. deputados, elaborarei uma moção, e pretendo colher a assinatura de todos os deputados, a ser enviada ao vice-presidente José Alencar, dizendo que estamos torcendo e fazendo preces para que ele se restabeleça e vá adiante. E tenho certeza de que v.exa., sr. presidente, também estará unido com esta deputada, assim como a deputada Ada De Luca, que já se manifestou.

Muito obrigada e que Deus guarde Santa Catarina contra esses fenômenos meteorológicos, que muitas vezes atingem o nosso estado.

Muito obrigada e um abraço a todos!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigada, deputada Professora Odete de Jesus. V.Exa. pode contar com o meu apoio e a minha assinatura na sua moção.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, naturalmente que todos ficamos sensibilizados por mais essa intempérie que se abateu sobre o estado de Santa Catarina. Acompanhamos, nesta manhã, os noticiários e nós mesmo vivenciamos - e falo aqui do vale de Itajaí nesta madrugada -, daí porque estamos tão preocupado com o vendaval que assolou mais de 30 municípios catarinenses e que, como fizemos menção no início desta sessão, ocasionou quatro vítimas fatais na região de Guaraciaba.

É claro, deputada Professora Odete de Jesus, que não nos compete, como parlamentar, tentar transformar esta tribuna numa perspectiva filosófica, mas, sem dúvida, é um momento também para reflexão, e v.exa. o fez muito bem. Compete-nos procurar fazer o

meio de campo e auxiliar essas vítimas na recuperação emergencial de suas residências, em especial as estruturas públicas, pois muitas escolas foram atingidas também.

Eu quero apenas fechar essa rápida menção sobre mais esse episódio que se abateu sobre o estado de Santa Catarina dizendo que continuo crendo que é muito melhor, muito mais saudável, muito mais positivo investir na esperança, porque investir nela rende mais do que apostar na revolta. E acho que esta precisa ser a nossa postura como parlamentar e cidadão catarinense: buscar, de uma forma ou de outra, aliviar o sofrimento dessas dezenas de vítimas, milhares de desabrigados. Como dizia, só em Blumenau, de forma específica, hoje mais de 90 mil pessoas ainda estão, neste horário, sem energia elétrica. Vamos torcer por dias melhores para o estado de Santa Catarina, sem dúvida, deputada Professora Odete de Jesus, com a benção de Deus.

Eu não tive a oportunidade, na semana passada, de fazer um pronunciamento em relação aos 159 anos da nossa bela e querida cidade de Blumenau, e eu o faço, neste momento, a título de homenagem a uma história que começou exatamente em setembro de 1850, com o dr. Hermann Otto Blumenau, um químico farmacêutico formado em Filosofia, que, vindo da Alemanha, juntamente com mais 17 alemães de confissão luterana, fixou-se nas barrancas do rio Itajaí-Açu e ali começou um pequeno povoado.

No início a intenção era fazer um povoado especificamente agrícola, mas logo chegaram os primeiros comerciantes com uma visão empresarial, industrial, e surgiu, algumas décadas depois, a fábrica de tricotagem Hering. E com ela se descobriu toda uma vocação empresarial da cidade de Blumenau.

Hoje, a região de Blumenau está inserida numa parcela significativa do PIB de Santa Catarina. Quase 80% do PIB catarinense estão concentrados na região onde está a cidade de Blumenau. E a sua vocação empresarial faz-se conhecer pelos seus bons produtos na área de cristais, porcelana, chocolate, malhas, tornando-se o maior polo têxtil do Brasil, quicá da América Latina. Mas também hoje é um polo muito forte de *software*, a principal produtora de aplicativos no Brasil. Enfim, tudo isso faz de Blumenau uma cidade singular, pela sua história de liberdade, de tenacidade, de busca de ideais.

Eu lembro, quando ainda estudava a história da colonização, de uma das atitudes do dr. Blumenau, na época em que o Brasil estava sob a égide da escravidão. Naquele tempo, deputado Kennedy Nunes, podia-se ter escravos, e na colônia de Blumenau qualquer viajante que tivesse escravo e passasse por lá não podia permanecer mais do que 48 horas, pois era impedido, graças à visão progressista do colonizador dr. Blumenau.

E hoje é uma cidade que, a despeito das intempéries e das adversidades climáticas, continua sendo bela pela sua natureza, pela sua paisagem, pelas suas construções em estilo enxaimel, pela gastronomia, mas, sobretudo, pela expressão do seu povo acolhedor, trabalhador e otimista, pois, como disse, consegue vencer as adversidades.

Já no primeiro ano, deputada Professora Odete de Jesus, 1851, um ano após a fundação, acontecia a primeira grande enchente em Blumenau, que levou a casa, inclusive, do fundador, dr. Blumenau. Depois tivemos outras enchentes históricas, mais recentemente a enchente de 1983, as cheias de 1984, e agora, no último mês de novembro, a de 2008, a grande calamidade que se aba-

teu, com a destruição de cerca de três mil residências na cidade de Blumenau. E como disse, agora, mais uma vez, um vendaval assola a cidade. Mas nada disso conseguiu destruir a determinação, a garra e a força da gente blumenauense.

Por isso, a todos aqueles que nasceram em Blumenau, como eu tive o privilégio de nascer, ou àqueles que a adotaram como a sua cidade, os parabéns pelos 159 anos de uma comunidade que orgulha todos nós, catarinenses.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, por último, gostaria de parabenizar a bancada catarinense, sim, que decidiu concentrar esforços para reverter ou, pelo menos, buscar recuperar os recursos das emendas que foram cortadas. O corte, como sabemos, chegou a R\$ 142 milhões, mas a bancada priorizou buscar, de uma forma ou de outra, sensibilizar o governo federal para que fiquem aqui R\$ 64 milhões, dos quais R\$ 14 milhões serão para a UTI do Hospital de Caridade, aqui da capital, e R\$ 50 milhões serão destinados às obras de prevenção a desastres climáticos.

Pela realidade climática que estamos vivendo no vale do Itajaí, que já vem de longos anos, é muito importante essa decisão da bancada federal, já que os projetos estão prontos no ministério da Integração Nacional. Trata-se de uma atitude positiva, uma atitude elogiável e merece os nossos aplausos a bancada federal - os 16 deputados federais e os três senadores - que está na busca desses recursos para amenizar o corte da tesoura federal. Creio que, conseguindo isso, o corte da tesoura será menos trágico, e é o que desejamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência registra a presença do diretor do jornal *O Tempo*, do município de Capinzal, sr. Ênio Azevedo. É um prazer e uma alegria tê-lo aqui. Seja bem-vindo a esta Casa!

Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, público que nos acompanha nesta sessão, telespectadores da TV Assembleia e ouvintes da Rádio AleSC Digital, queremos aqui também lamentar os temporais ocorridos em Santa Catarina, na última madrugada, ou que continuam ocorrendo, uma vez que continua chovendo bastante em várias regiões do estado.

Tivemos episódios lamentáveis, com muito vento e chuva de granizo em algumas regiões, como já foi citado aqui, inclusive em Guaraciaba, onde quatro pessoas morreram, e talvez ainda se chegue à informação de novas vítimas fatais devido a esse temporal. É evidente que é nosso dever fazer todos os esforços para acalantar as vítimas atingidas por esse temporal, que estão sofrendo. Devemos ajudá-las a recuperar as habitações para que tenham condições de vida digna.

Queremos falar, hoje, de segurança pública, até porque na semana passada falamos bastante da 1ª Conferência Nacional de Segurança, que disse para os governos de todo o país que a sociedade quer mudanças estruturais e profundas na estrutura da segurança pública do país, tais como tratar a segurança como política de estado e não de governo, e muito menos de partido ou de certas candidaturas; tratar a desmilitarização das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros

no sentido de transformá-las em instituições democráticas, interna e externamente. E a nossa convicção é de que se não desmilitarizar não há como democratizar interna nem externamente, porque se não democratizar internamente ninguém vai-me convencer que haverá controle social e que será possível a democratização externa também.

Falamos disso tudo aqui na semana passada, lemos artigos de jornais e ao mesmo tempo o governador Luiz Henrique da Silveira reuniu todas as autoridades da Segurança Pública, como o secretário da Segurança, o secretário da Justiça e Cidadania, o comandante-geral e o delegado-geral, para conversar sobre o assunto, mas as mudanças sugeridas não foram nem um pouco parecidas com a vontade expressa pela população catarinense na conferência. Não foi sequer sugerida ou comentada a possibilidade de alguma mudança estrutural.

Foi elaborado um plano de emergência de combate à criminalidade, que traz como receita a velha política de fazer barreiras policiais, *blitz* e outras operações, como se isso já não estivesse sendo feito. Aliás, é uma especialidade, um gosto do atual comandante-geral, que desde que era comandante do 4º Batalhão na capital, há dez anos, fazia isso.

Srs. deputados, são dez anos dessa política e mais três anos com ele no comando-geral. Aí o governador reúne todas as autoridades para decidir se novamente vão fazer barreira policial nas entradas e saídas das cidades, ou seja, requeitando métodos antigos e requeitado, inclusive, notícias novas para que os meios de comunicação divulguem o quanto o governo está preocupado, o quanto estão preocupadas, de fato, as autoridades com a segurança.

A sociedade continua gritando que falta efetivo, que vão tirar 120 policiais das repartições para colocar a trabalhar nas ruas. Essa também é uma notícia velha, companheiro J. Costa, presidente licenciado da Aprasc. Há quanto tempo o governador fala isso e nunca acontece? Nós já duvidamos que aconteça. Mas estão lá requeitando para dizer para a população que agora vai melhorar, porque vão fazer barreira policial. O coronel Eliéser faz barreira policial há dez anos e a situação não melhora, só piora.

No último domingo, foi estampada mais uma notícia importante aqui na página de editais, nos classificados. Vejam só, um classificado que ocupa meia página do jornal. Quanto custou, deputado Kennedy Nunes, meia página do *Diário Catarinense*? O classificado diz: "PM abre seleção para 250 vagas de agentes em Santa Catarina". Só que de fato são soldados da Polícia Militar.

Srs. deputados, de quem estamos falando aqui? É sobre o agente temporário ou sobre aquilo que eles chamam e ou vão chamar de soldado temporário? Eles querem é precarizar também o serviço público de segurança, contratando jovens de 18 a 22 anos para trabalhar um ano, prorrogando por mais um ano, ganhando dois salários mínimos, estando sujeitos ao Regulamento Disciplinar e ao Código Penal Militar, sem ser militar, o que é uma aberração jurídica.

Nós achamos que a Justiça ainda deva pronunciar-se mais uma vez a esse respeito, para que isso não aconteça de fato, porque isso é enganar a população. Dizer que vão usar esses meninos para liberar policiais para trabalhar nas ruas é um absurdo, porque para trabalhar no serviço de emergência também precisa ser um policial e não um estagiário.

Estão precarizando a Polícia Militar e passando para a sociedade, através dos jornais, que não têm nada com isso, pois o governo manda a notícia e eles divulgam, se o governo

paga a notícia eles divulgam. A responsabilidade é do governo, das autoridades e do comando que continua tentando enganar a população com relação a isso.

Mas não fica por aqui a política do comando da Polícia Militar para resolver os problemas da Segurança Pública em Santa Catarina. No dia 26 de agosto de 2009, o comandante-geral, coronel Eliésio Rodrigues, emitiu a Portaria n. 831, ou seja, já houve mais de 800 portarias em 2009, mas 200 foram para prender, para excluir, para processar praças, ou mais até, talvez umas 500; mas aqui estão 831 para melhorar a segurança pública em Santa Catarina.

O que diz a portaria, deputado Dirceu Dresch? A Portaria n. 831, de 26 de agosto de 2009, assinada pelo comandante-geral da Polícia Militar diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Altera a fivela do cinto de nylon cáqui e dá outras providências."

Política de segurança pública, transformações profundas nas estruturas dessa segurança é o que a sociedade pede, e o comandante determina trocar a fivela do cinto. E está aqui descrevendo como vai ser a fivela, o desenho, etc. E aí termina assim:

(Continua lendo.)

"A fivela terá acabamento final em banho de ouro para os oficiais e cadetes, e em banho de prata para praças e subtenentes."

A Dalf irá distribuir e isso fará parte do novo uniforme da Polícia Militar. Ou seja, os bandidos de Santa Catarina vão desaparecer, vão de volta para o Rio Grande do Sul, para São Paulo, para o Rio de Janeiro, para o Paraná, ou então vão todos correndo para a cadeia quando souberem que agora os oficiais e os cadetes da Polícia Militar usarão fivelas de ouro e os subtenentes e praças, de prata.

A discriminação inclusive está aí. Então, isso mostra mais uma vez o pouco caso com a Segurança Pública. Fivela banhada de ouro e prata para o cinto é prioridade na Segurança Pública? Esse dinheiro da fivela daria para pagar cursos de sargento e de cabo para quantos soldados de 25 anos de serviço que estão esperando a promoção?

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Desculpe a empolgação, mas concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Entendi o porquê da fivela. O governo tem razão em dar fivela de prata, porque ela segura muito mais do que uma comum, pois o salário dos praças está tão apertado, que só fivela de prata para conseguir aturar esse arrocho!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Já que o aumento do salário foi de R\$ 70,00, muitos já estão sugerindo que a fivela de prata seja penhorada para os praças e a de ouro para os oficiais, já que a deles foi mais valorizada. Quem sabe se essas fivelas forem para a penhora a Segurança Pública em Santa Catarina melhore?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito em Breves Comunicações é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos visita neste dia de hoje, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, volto a esta tribuna para falar de um projeto importantíssimo que está na pauta desta Casa e que na reunião de hoje, na comissão de Constituição e Justiça, ficou

em aberto para no dia de amanhã serem votadas algumas mudanças. Trata-se do projeto que cria o piso estadual salarial, que na semana passada tramitou na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

O projeto é importantíssimo para Santa Catarina, para os trabalhadores, para os empresários e, com certeza, para esta Casa, porque traz melhorias salariais. Ganham os trabalhadores, pois melhora a distribuição de renda em nosso estado; ganham os empresários porque quando o trabalhador possui um poder aquisitivo melhor ele vai às compras, ele não guarda o dinheiro, aí o comércio vende mais, a indústria tem que produzir mais e aumenta a arrecadação de impostos.

Srs. deputados, essa é uma conta antiga, histórica, inclusive motivo de grandes conflitos na história do mundo, nas lutas, nos enfrentamentos dos trabalhadores de diversos lugares do mundo. A partir daí foi criado o dia 1º de maio como o Dia do Trabalho, e representa a luta dos trabalhadores do mundo todo.

Este deputado começou sua vida política no movimento social, ou seja, na discussão central de que para um país desenvolver-se e para haver melhor distribuição de renda precisamos melhorar os salários dos trabalhadores. Só assim se constrói o processo de uma roda giratória positiva que movimenta a economia, ainda mais num país capitalista como é o Brasil.

Então, é contraditória essa visão de que melhorar os salários dos trabalhadores gera inflação, desemprego e informalidade. Pela primeira vez na história do Brasil estamos justamente comprovando o contrário. Como diz o presidente Lula: "O Brasil foi o último país a entrar na crise e é o primeiro a sair dela". E essa condição justamente está vinculada a uma política de valorização do salário, que era sempre criticada por setores empresariais do nosso país, que diziam que quanto melhor o salário, mais desemprego havia.

Por que o setor empresarial está produzindo para o mercado interno neste momento de crise? Porque o Brasil criou uma política interna de valorização de salário. E vejam que já estamos voltando a gerar emprego, vamos passar certamente este ano ainda de um milhão de novos empregos gerados com carteira assinada no Brasil. É importante ressaltar aqui que essa política de não valorizar o salário no Brasil, justamente nos oito anos do governo de Fernando Henrique, criou uma média de oito mil empregos por ano com carteira assinada. Então, justamente essa política de não valorização de salário fez com que o país passasse por várias recessões, e quando acontecia um probleminha em algum país lá fora, aqui no Brasil já se achava salário, não se deixava aumentar, pelo contrário. E o desemprego andava solto.

Então, quero aqui, inclusive, lembrar uma questão muito debatida, no sentido de que o nosso partido foi contra a criação do piso regional previsto na Constituição de 1988, que foi regulamentada em 2000, que era justamente a perspectiva de os estados criarem o piso regional e não valorizar o salário mínimo brasileiro, porque cada vez que o salário aumentava dizia-se que a Previdência ia quebrar. Então, o governo estava buscando um subterfúgio justamente para não precisar aumentar o salário e criar o piso regional. E o primeiro governo estadual a criar o piso no Brasil foi o governo do Partido dos Trabalhadores, de Olívio Dutra, em 2001, no Rio Grande do Sul.

Então, é importante isso ficar muito claro para não acharem que o PT, o nosso

partido, é contra o aumento salarial. Pelo contrário, já estamos dando quase 70% de ganho real em relação ao salário mínimo brasileiro, e a Previdência até hoje não quebrou! Este era sempre o discurso: não se podia aumentar o salário porque o número de aposentados era muito grande. E os agricultores aposentados, e são aposentados por um salário mínimo, estão muito contentes. Quando vamos para as comunidades do interior, os aposentados, os agricultores estão fazendo festa, porque nunca tiveram um salário tão bom. E a partir de janeiro do ano que vem, um casal de aposentados vai receber mais de R\$ 1 mil.

Claro que a defesa, a luta, é no sentido de melhorar mais ainda, mas tivemos um aumento significativo em relação à história do salário mínimo. E a expectativa é de justamente trabalhar numa escala positiva do salário mínimo no Brasil para, primeiro, distribuir renda e, segundo, criar um grande mercado interno de consumo no Brasil para que o estado, claro, arrecade mais.

Então, a nossa bancada parabeniza os trabalhadores por toda a articulação, que permitiu uma luta espetacular, extraordinária, que culminou em um documento com mais de 50 mil assinaturas para este projeto vir para esta Casa. Quero ainda ressaltar a importância dessa articulação junto ao governo do estado, que poderia servir de exemplo para outras categorias de trabalhadores até do serviço público, como, por exemplo, os da Segurança Pública, da Educação, da Saúde, da Agricultura, para justamente discutir um processo de diálogo entre o governo, os trabalhadores e, neste caso, as centrais sindicais.

Por último, quero conchamar todos os deputados a apoiar este projeto, que é muito importante para Santa Catarina. E se ele for aprovado, com certeza, nós vamos ter também, como já temos o impacto do salário mínimo nacional, melhor poder aquisitivo dos trabalhadores catarinenses, porque em nosso estado temos muitas indústrias alimentícias, e o primeiro bem que os trabalhadores compram é o alimento.

Sr. presidente, a exemplo dos outros estados do sul que já aprovaram o piso salarial regional, o Rio Grande do Sul em 2001 e o Paraná em 2006, Santa Catarina não pode ficar de fora e por isso a aprovação do projeto é fundamental para justamente melhorar a condição de vida dos trabalhadores, a arrecadação do estado e o próprio lucro dos empresários, porque vai aumentar a venda no comércio e a produção na indústria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, nobres deputados, temos um requerimento do Centro de Valorização da Vida, solicitando que um representante venha a esta Casa pronunciar-se. Por isso, solicitamos a suspensão da sessão, sr. presidente, conforme requerimento já apresentado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência, conforme requerimento subscrito pelas lideranças, suspende a presente sessão por até dez minutos para ouvirmos os representantes do Centro de Valorização da Vida - CVV.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - (Faz soar a companhia.) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, povo catarinense, primeiramente, gostaria de ser solidário com o povo catarinense atingido pela grande catástrofe que aconteceu ontem no município de Guaraciaba, onde houve quatro óbitos, e também com os municípios do planalto norte, pois novamente Papanduva, Monte Castelo e Canoinhas foram atingidos e, inclusive, parte do Hospital Santa Cruz foi destruída. Recebemos essa notícia através do dr. Sabatini.

Neste momento, está sendo realizada uma reunião da Defesa Civil do município de Canoinhas para saber dos estragos causados pelo furacão em nossa região. Temos a certeza de que aqueles que foram atingidos pelo furacão, que ficaram sem teto e que têm uma renda de dois a três salários mínimos, serão atendidos até amanhã pela Defesa Civil.

Esse infortúnio que acometeu o estado de Santa Catarina nos deixa muito preocupados, porque a força da natureza está aí, está atuando e nós podemos somente nos reportar a Deus. É a Ele que nós devemos nos dirigir neste momento, pedindo que nos proteja do furacão e da tragédia.

Ao mesmo tempo, quero reportar-me ao Projeto de Lei n. 0202/2008, que institui a Semana Estadual à Valorização da Vida e dá outras providências.

(Passa a ler.)

"Art. 1º. Fica instituída a Semana Estadual à Valorização da Vida.

Parágrafo único. A Semana prevista no caput deste artigo será a segunda semana do mês de maio.

Art. 2º. A Semana Estadual à Valorização da vida terá como diretrizes:

I - alertar a população sobre como diagnosticar possíveis suicidas utilizando veículos de comunicação de grande acesso à população;

II - promover encontro com especialistas na área para debater o assunto; e

III - elaborar e distribuir cartilhas didáticas para órgãos públicos, tais como escolas e hospitais, capacitando funcionários para lidar com pessoas que tenham pensamentos suicidas.

Art. 3º. Compete ao Poder Executivo a administração e gerência dos programas criados para efetivação da política de que trata esta Lei." [sic]

(Continua lendo.)

"Na verdade, o comportamento suicida vem ganhando impulso em termos numéricos e, principalmente, causando impacto social.

Segundo a OMS, aproximadamente três mil pessoas se matam por dia em todo mundo, e esse número cresceu 60% nos últimos 50 anos. Ou seja, a cada 30 segundos uma pessoa se suicida. Ainda segundo a OMS, o suicídio é uma das três principais causas de morte entre jovens e adultos de 15 a 34 anos.

Nos últimos 45 anos, a mortalidade global por suicídio vem migrando em participação percentual dos mais idosos para o de indivíduos mais jovens (15 a 45 anos).

No Brasil a taxa de suicídios varia de 3,9 a 4,5 para cada 100 mil habitantes, considerada baixa pela OMS, mas alguns

estados brasileiros apresentam taxas comparáveis aos países apontados com taxas elevadas. Santa Catarina registrou 423 casos de suicídio em 2007, tendo maior incidência de registros no vale do Itajaí e no oeste do estado. O estado já ocupou o segundo lugar nacional nas estatísticas de suicídio.

De acordo com o estudo da OMS, o Rio Grande do Sul possui a maior taxa de mortalidade masculina por suicídio do Brasil, 16,6 casos por 100 mil habitantes. Santa Catarina registra 12 casos por 100 mil habitantes, conforme estatísticas da OMS, que considera elevados índices superiores a 10 casos para 100 mil habitantes.

A posição dos estados com maior número de ocorrências a cada 100 mil habitantes: Rio Grande do Sul 16,6; Mato Grosso do Sul 13,3; Roraima 12,8; Amapá 12,2; Santa Catarina 12,0, e Paraná 10,5.

Dentre as diretrizes nacionais para prevenção do suicídio desenvolvidas pelo ministério da Saúde estão:

- estratégias de promoção da qualidade de vida, educação, proteção e recuperação da saúde;

- estratégias de informação, comunicação e sensibilização da sociedade de que o suicídio é um problema de saúde pública que pode ser prevenido. Há inúmeros motivos para se acreditar que a prevenção do suicídio seja uma causa urgente e necessária. Tão importante quanto mapear as causas desse problema de saúde pública, é apoiar ações que trabalhem em favor da vida, como é o caso do Centro de Valorização da Vida - CVV -, organização voluntária que realiza gratuitamente um serviço de apoio emocional e prevenção do suicídio através do telefone 141.

O CVV de Florianópolis faz mais 10 mil atendimentos a cada ano, num trabalho que abrange não somente a região da capital, o que dá a dimensão de sua importância."

Vocês que nos ouvem hoje, que estão angustiados, que estão com ansiedade, que estão com problemas, que estão chorando, que não sabem o que fazer e que estão desesperados, o número 141 está a sua disposição. É para isso que o CVV age em Florianópolis e no estado de Santa Catarina, para ajudá-los nesse momento de desespero, de angústia e de ansiedade.

Catarinenses, não esqueçam, o número é 141!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Como restam alguns minutos do horário destinado ao PMDB, pergunto ao líder se há interesse de utilizar o restante do horário.

(O líder indica o deputado Moacir Sopelsa.)

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, que concluirá os sete minutos restantes do PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores da imprensa, venho à tribuna desta Casa no dia de hoje para externar também a minha preocupação, deputado Ismael dos Santos, e o meu sentimento pelas vítimas da catástrofe deste fim de semana, vítimas fatais e pessoas que mais uma vez perderam os seus bens, que perderam as suas propriedades, devido a essa situação climática no estado de Santa Catarina.

Uma empresa do meio-oeste, empresa importante para nós, a Celulose Irani, que tem uma reserva muito grande de floresta nativa e plantada, também perdeu parte dos seus bens, o que fez com que muitos dos seus

funcionários tivessem dificuldade de realizar o seu trabalho no dia de hoje, causando altos prejuízos econômicos à empresa.

Também tivemos grandes prejuízos na agricultura. Proprietários agrícolas perderam as suas instalações, suas casas e suas ferramentas de produzir, de trabalhar, que são as instalações onde são alojados os animais. Mais uma vez se vê a importância de termos um seguro que dê uma segurança maior ao nosso produtor. Seguro das suas instalações, seguro das suas propriedades para minimizar um pouco esse sacrifício. Fui informado pela Casa Civil de que amanhã o governador irá percorrer as regiões afetadas pela catástrofe, com o intuito de ajudar os que foram prejudicados.

Sr. presidente, na semana passada participei de alguns encontros na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Eram encontros do governo do estado e da secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, além da secretaria da Agricultura de Santa Catarina, representada pelo secretário Antônio Ceron. Na ocasião, tratamos de um trabalho conjunto voltado à pequena agricultura dos dois estados, especificamente na questão de pequenas pastagens.

É uma necessidade e vem ao encontro do desenvolvimento da pequena agricultura, uma vez que temos em Santa Catarina pequenas propriedades de leite, de suínos e de cereais, cuja produção é muito importante. E se dermos oportunidade de melhorarem a propriedade, a pastagem, de investirem na melhoria de seus campos, tenho certeza de que poderão agregar valor à produção, colhendo resultados, colhendo dividendos.

Vimos a força do agronegócio na Exposição Internacional de Esteio: na pecuária de leite e de corte, na ovinocultura e no comércio de equipamentos. Esse tipo de evento movimenta mais de R\$ 500 bilhões e dá a oportunidade de verificar a importância que tem o agronegócio, a agricultura para o Brasil.

Sempre digo que o dia em que tivermos a nossa produção agrícola reconhecida, em que tivermos o verdadeiro reconhecimento para aqueles que produzem alimentos, o Brasil deixará de ser um país de terceiro mundo para ser de primeiro mundo. Com certeza vamos estar entre os países que têm a melhor economia, porque sem alimento ninguém vive e ninguém pode sustentar-se.

Hoje o mundo vem em busca dos alimentos brasileiros e espero que isso dê uma condição melhor para o produtor; espero que haja maior reconhecimento na política de preços. Uma vez cumprido nosso dever, teremos uma agricultura com qualidade, com higiene, com sanidade, com produtividade. Apenas precisamos dar uma segurança maior na hora da comercialização dos produtos, porque o consumidor paga por um produto e o agricultor não recebe.

É isso que precisamos fazer para fortalecer ainda mais este país que, sem dúvida nenhuma, será o maior produtor de alimentos do mundo e também o maior exportador. Essa é a característica do nosso produtor e a característica do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sob a liderança esta semana, nesta Casa, do deputado

Giancarlo Tomelin, quero, em nome do PSDB, saudar e anunciar a presença, desde as 9h, quando chegou ao meu gabinete, do meu amigo Leandro Venâncio, de Guarimirim, presidente da Associação dos Deficientes daquela cidade, Adefig, acompanhando a sua mãe, dona Marlene, uma guerreira, e o jovem amigo que se engajou à causa também, o Samir.

Registro um agradecimento todo especial ao Zenir, motorista da prefeitura municipal daquela cidade, que transita em diversos lugares com o meu amigo Leandro nas questões inerentes às pessoas deficientes. A ele o meu agradecimento pelo reconhecimento do trabalho que vem tentando fazer em prol da Associação dos Deficientes Físicos da cidade de Guarimirim. E ao mesmo tempo o meu agradecimento ao prefeito daquela cidade, independentemente de questões políticas e de partido político, que há menos de 60 dias no cargo já se colocou à disposição da Adefig, uma situação que não tinha ocorrido com o prefeito que tinha assumido o mandato naquela Casa, porque parece que a ele e a tantos outros no estado de Santa Catarina as pessoas portadoras de deficiência ainda não fazem parte da sociedade.

Então, o meu reconhecimento ao atual prefeito de Guarimirim e ao Zenir, que anda há bastante tempo com o Leandro, na busca de soluções para as pessoas com problemas de deficiência.

Deputado Giancarlo Tomelin, meu líder a partir de hoje, quero agradecer em nome da bancada do PSDB, através da bancada do PMDB, por ter-me solicitado que assumisse a liderança do governo nesta Casa, a partir do dia de hoje, até a chegada do deputado Elizeu Mattos, que está em missão internacional junto com o vice-governador Leonel Pavan, para tratar de assuntos que são de extrema importância para o estado de Santa Catarina.

O PSDB é um partido totalmente parceiro, assim como o vice-governador Leonel Pavan, o governador Luiz Henrique da Silveira e a própria bancada do PSDB, nesta Casa, eis que me fizeram uma deferência especial, solicitando-me que representasse o governo. E daqui, desta tribuna, quero agradecer e pedir a todos os deputados desta Casa, principalmente aos deputados que dão sustentação ao governo, que desçam de seus gabinetes na hora que entrarmos realmente na Ordem do Dia, para que possamos de uma vez por todas limpar a pauta com relação a alguns vetos que precisam ser apreciados, para o bem do governador, para o bem de Santa Catarina, e assim poderemos dar continuidade na apreciação dos projetos de lei desta Casa.

Então, eu pediria para me prestigiarem, srs. deputados, descerem de seus gabinetes, para votarmos e limparmos a pauta dos projetos de lei que foram vetados e algumas outras matérias que precisam ser apreciadas nesta Casa.

Deputado Giancarlo Tomelin, antes de dar continuidade ao próximo assunto, que julgo também de extrema importância, lamentavelmente, por questões climáticas, sofremos nos últimos três dias problemas graves no estado de Santa Catarina novamente. E esse assunto já foi levantado aqui por diversos deputados.

Nós nos somamos ao governador do estado, a alguns prefeitos, que têm sofrido panes momentâneas com a questão do mau tempo, que tem deixado as administrações municipais cada vez em situação mais precária.

Ligou-me, hoje pela manhã, desesperado, o prefeito Antônio Pereira, o

Duda, de Rio do Campo, no alto vale, dizendo que novamente a sua cidade foi atingida, ela que já estava com suas estradas vicinais em situação bem crítica.

Somos tenazes, assim como o governador Luiz Henrique da Silveira, o vice-governador Leonel Pavan e o Poder Legislativo, independentemente de partido político, não deixará de somar esforços para que possamos levar alento para aquelas pessoas que foram realmente atingidas. Que possamos, através de ações do PSDB, do PMDB, do PT, do PP e de todas as bancadas nesta Casa, encontrar a resolução imediata para dar abrigo a todos aqueles que perderam o seu lar, às empresas que precisam de suporte do governo, para dar continuidade na geração de emprego, de impostos, que é o que move este país, que é o que move Santa Catarina.

Então, como líder do governo nesta Casa, reitero o pedido aos deputados para que venham a plenário para podermos apreciar as matérias.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Ouço o meu líder, deputado Giancarlo Tomelin, que muito bem representa a cidade de Blumenau nesta Casa. Desta vez, deputado Giancarlo Tomelin, não irá recurso para Blumenau, ficará para os outros municípios.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Deputado José Natal, apenas para dizer que amanhã vou tratar desse tema da tempestade que atingiu Blumenau, em que a empresa Auto Viação Catarinense acabou tendo a sua estrutura metálica arremessada para cima da rua São Paulo. Várias coisas aconteceram na cidade. Então, amanhã vou tratar sobre esse assunto da tribuna.

Quero rapidamente desejar êxito a v.exa. à frente da liderança do governo. V.Exa. tem toda legitimidade dentro do PSDB para conduzir certamente a liderança do governo, mas mais do que isso o nosso compromisso com essa políalíança é um compromisso baseado em três coisas: ética, moral e lealdade. E isso certamente o governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan pode esperar da bancada do PSDB. E v.exa., desta vez assumindo a liderança do governo, dá-nos a certeza de que irá dar continuidade e até mais serenidade às coisas aqui dentro do Parlamento catarinense.

Parabéns, deputado José Natal. Eu, que substituo temporariamente o deputado Serafim Venzon, que está em viagem para a capital federal, tenho certeza de que v.exa. irá dar tudo de si para que as coisas aqui no Parlamento aconteçam de forma inteligente e com cumplicidade. E isso é o que temos aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin. Saiba v.exa. que serenidade nós damos a todas as ações, porque o que realmente pretendemos é continuar nesta Casa de leis viabilizando a governabilidade, viabilizando que as pessoas que moram em nosso estado tenham condições de aqui permanecer, sobreviver.

Temos falado em questões climáticas há muito tempo. E temos aqui o deputado Pedro Uczai, um apaixonado e conhecedor das questões climáticas, assim como tantos outros deputados. Mas estamos sofrendo, sim, Santa Catarina e alguns outros lugares, assim como também o país e o mundo. Mas os desleixos do passado na questão da degradação ambiental transformaram o mundo. Mas haveremos de arrumar soluções, se não para darmos definitivamente cabo de algumas situações, pelo menos para amenizar as questões

climáticas que têm prejudicado a vida de tantas e tantas pessoas, em que o próprio homem é culpado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência, antes de passar a palavra para a bancada do PT, registra a presença do prefeito em exercício de São Bernardino, Enio Luiz Klipel, e dos vereadores Hilário Schregele e Valdomiro Folmann.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, assomo a esta tribuna, hoje, com o sentimento de ter perdido mais uma vez alguns amigos, que faleceram esta noite em virtude de um intenso temporal que se abateu sobre o nosso estado. Infelizmente, ocorreu também muita perda econômica, principalmente no interior, no meio rural, onde temos alguns municípios com 70% das moradias, das propriedades, atingidas. Então, mais uma vez é um momento difícil para nosso estado.

Quero, em nome da bancada do PT, trazer uma mensagem de sentimento por essa perda de seres humanos que estavam em suas casas dormindo, descansando, depois de um dia de trabalho, e que não conseguiram sobreviver. São sempre lamentáveis esses fatos. Quero também dizer que o nosso deputado Padre Pedro Baldissera está representando a bancada lá no oeste. O deputado Pedro Uczai estava indo para lá, mas o avião não conseguiu chegar a Chapecó e retornou.

São dezenas de municípios atingidos; são milhares de propriedades nas cidades e no meio rural prejudicadas. Estamos contabilizando ainda os prejuízos e o número de propriedades atingidas, mesmo porque temos uma boa parte dos municípios sem comunicação por terra e por telefone. Então, vai demorar algum tempo até que possamos ter dados mais reais da situação vivida hoje no estado.

É lamentável, mas infelizmente isso ocorre. Quanto ao meio ambiente, ao clima, a todas essas catástrofes, não temos domínio sobre elas. E muitas vezes pode até ser um recado da nossa mãe natureza, fazendo-nos um alerta sobre tudo o que acontece e tudo o que fizemos também com relação à própria agressão ao meio ambiente como seres humanos, como pessoas.

Então, neste momento em Santa Catarina temos muitas famílias com muitas dificuldades, com suas casas destelhadas, muitas delas no chão, totalmente destruídas. É mais um momento de muita solidariedade entre o povo catarinense, como sempre. E também podemos contar com a agilidade do nosso governo, seja no município, no estado, em nível nacional, com ajuda a essas nossas famílias atingidas.

Mais uma vez hoje o jornal *Diário Catarinense* traz uma matéria sobre o grande tema do momento: *Tensão pós Pré-Sal*. Realmente, o pré-sal é o grande tema que mobiliza o Brasil, um tema político porque mexe com as funções do estado, da política. São questões econômicas que estão em jogo, é o futuro do nosso país que está em jogo em virtude de uma riqueza extraordinária que quero aqui destacar, sim, com toda segurança, devido à forma com que o presidente Lula vem conduzindo esse processo. Inclusive, no seu pronunciamento neste final de semana, ele foi

muito bem, com o qual comungo, eis que penso que chega de serem levados do Brasil a nossa madeira, o nosso ouro. Então, não vamos deixar que eles levem também toda a nossa riqueza agora descoberta, que é o nosso petróleo.

Deputado Pedro Uczai, ainda bem que esse debate veio este ano. Eles queriam que o governo não trouxesse esse debate agora. Queriam deixá-lo para depois das eleições. Mas esse é um debate profundo no processo das eleições do ano que vem. É nesse debate que queremos discutir o estado mínimo e o estado forte, a riqueza do povo brasileiro, o papel do estado, da política pública, das empresas estatais.

Eu sempre digo que ainda bem que veio para esse campo de debate, porque esse foi o grande campo de disputa no segundo turno das últimas eleições. Quem queria privatizar, quem queria entregar o capital brasileiro às multinacionais - e entregou uma boa parte, diga-se de passagem, porque conseguimos segurar um pouco - agora está revoltado, enfurecido na discussão, acusando de estatismo, dizendo que é a volta do estatismo.

Em algumas falas, alguns deputados do DEM, do PPS e do PSDB, e cito, como exemplo, o líder do DEM, Ronaldo Caiado, dizem que essa discussão não deveria vir agora para a roda porque é um debate perigoso antes das eleições deste ano. "Ah, mas o governo quer politizar esse debate por causa das eleições do ano que vem". É isso mesmo, é um debate profundamente político. E chega de entregar o nosso capital, as nossas riquezas, para outros países.

Nós queremos aproveitar isso para o povo brasileiro melhorar a vida, para investir em política social, para criar um fundo social no país com regras claras. Não como o Fundo Social de Santa Catarina. Isso não queremos. Queremos um fundo social que tenha regras claras, através do qual não se faça politicagem, mas que se invista em estratégia, no desenvolvimento e no combate à pobreza, com melhoria na educação, criando novas universidades públicas, sim, e implantando tantas outras políticas para melhorar a vida do povo.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Como é bom ouvir o meu líder de bancada trazer esse tema que é estratégico para o Brasil e para Santa Catarina.

Em primeiro lugar, eu estranho, e v.exa. também comentava comigo, os deputados da base do governo não se manifestarem sobre a importância do pré-sal para Santa Catarina, além da importância para o Brasil. Em segundo lugar, estranho como não pensam em discutir o fortalecimento do estado brasileiro, o destino do dinheiro advindo do petróleo do pré-sal para o futuro da ciência, para o futuro da tecnologia, para diminuir a desigualdade social, para a educação! Imaginem a mudança estratégica da utilização dessa energia para o desenvolvimento brasileiro!

Bem-vindos a esse debate do DEM, o PSDB, os privatistas, os neoliberais de ontem e de hoje. Esse é um debate bom para se fazer, esse é o bom embate a ser construído no Brasil. E com certeza o presidente Lula acertou, pois se trata da segunda independência do país.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não vai dar mais tempo para comentar, mas há uma nota no blog do Paulo Henrique Amorim sobre o senador Álvaro Dias, que está negociando com uma empresa dos Estados

Unidos, inclusive empresa concorrente da Petrobras, para fazer um levantamento para a CPI que inventaram...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Aleesc Digital e pela TVAL, catarinenses que nos acompanham, quero falar de algo que, infelizmente, nesse governo é comum.

Eu quero ressaltar uma matéria publicada no jornal *A Notícia*, na página 12, que fala da minha região: "O mapa das escolas interditadas em Joinville". Vou falar só em Joinville, mas sei, deputado Joares Ponticelli, que a região de Tubarão passa pela mesma situação; não sei, deputado Silvío Dreveck, se lá em São Bento do Sul há esse problema, mas em Joinville há 16 escolas e centros de educação infantil da rede pública fechados ou notificados pela Vigilância Sanitária.

É engraçado: essas escolas que agora estão fechadas são novas, e este governo consegue ser tão incompetente na Educação que permite que uma unidade escolar, deputado Pedro Uczai, seja fechada pela Vigilância Sanitária, por conta de condições físicas ruins para o atendimento dos alunos.

Nós estamos com um problema - e não digo que ele é só do governo do estado - lá em Joinville, com a interdição, deputado presidente Moacir Sopelsa, das escolas municipais também. Eu, que lutei tanto para haver a mudança em Joinville; eu, que enfrentei tudo e todos para apoiar o prefeito Carlito Merss no segundo turno para que houvesse a mudança na cidade, agora sou obrigado a ler a declaração do secretário da Educação do município, vereador Marcos Aurélio Fernandes - e antes de ser secretário ele era o primeiro a ir à tribuna da Câmara e na imprensa valorizar o trabalho da Vigilância Sanitária por ter fechado escolas por não darem condições físicas e higiênicas para os alunos -, criticando a ação da Vigilância Sanitária.

Sr. deputado Moacir Sopelsa, essa atitude só me lembra um ditado: pimenta nos olhos dos outros não arde! Porque é impossível ver o Partido dos Trabalhadores lá de Joinville, nobre deputado Dirceu Dresch, líder do PT nesta Casa, e deputado Pedro Uczai - e v.exa. já foi prefeito de Chapecó -, ver um governo que eu apoiei no segundo turno lá em Joinville, agora falar mal da Vigilância Sanitária porque está fechando escolas e centros de educação infantil. Os mesmos que até dezembro valorizavam as atuações da Vigilância Sanitária quando fechava uma escola do governo do estado ou mesmo municipal, agora criticam a ação desse órgão. O que mudou? Mudou a ação da Vigilância Sanitária? Mudou a lei da Vigilância Sanitária? Porque eu não consigo entender o Partido dos Trabalhadores de Joinville - e não vou atrelar-me aos outros, deputado José Natal, porque não sei a realidade, mas lá em Joinville a coisa está ruim.

Vejam, srs. deputados, que eu tenho condições morais de vir a esta tribuna criticar a ação do governo do Partido dos Trabalhadores em Joinville, que antes era uma coisa e agora é outra. Como o prefeito se

comprometeu com relação a algumas coisas e depois disse que não valiam a pena, ou que ele não havia dito, ou que não estava escrito, eu procurei ver o que ele e a sua equipe falaram com relação a essas questões das escolas, e é incrível! É mais uma para tirar a alegria de quem, deputado Silvío Dreveck, votou pela mudança em Joinville, e mudança que esperávamos que fosse para melhor, deputada Ana Paula Lima! Mas não foi, deputada! Infelizmente, foi uma decepção a mudança em Joinville! E, volto a dizer, digo isso como alguém que teve a coragem de ir para a televisão, de ir para comício e pedir voto ao candidato Carlito Merss.

Deputada Ana Paula Lima, os mesmos que criticavam a ação do governo anterior por deixar fechar escolas e centros de educação infantil, que valorizavam o trabalho da Vigilância Sanitária, agora são os primeiros a criticar a ação da Vigilância Sanitária. É incrível!

Mais incrível ainda foi ver ontem, pela televisão, deputado Silvío Dreveck, que em Criciúma, Florianópolis, Blumenau, Joaçaba, Xanxerê e em vários municípios de Santa Catarina o civismo foi suficiente para levar milhares de pessoas às ruas para festejar a independência do país, menos em Joinville! Por quê? Porque o prefeito Carlito Merss disse que estava com medo, em Joinville, de a gripe A pegar o pessoal que fosse para o desfile. É o cúmulo o maior município de Santa Catarina não realizar desfile cívico porque o prefeito disse que estava com medo da gripe A! Mas quando a apresentação do Bolshoi no Festival de Dança - e ocorreu quando estava no ápice da crise - foi feita em ambiente fechado, a gripe A não era problema! Mas para o desfile ocorrer num ambiente aberto ela era problema!

É uma incoerência muito grande o que está acontecendo e, digo mais uma vez, comigo estão milhares e milhares de joinvilenses que, como eu, votaram para mudar em Joinville, e isso não aconteceu!

Então, deixo registrada nesta Casa a minha decepção com a mudança do discurso do Partido dos Trabalhadores lá em Joinville, que antes valorizava a ação da Vigilância Sanitária e agora a critica porque não tem condições administrativas para deixar as escolas e os centros de educação infantil abertos por incompetência. Já estou começando a pensar que é verdade que há três coisas que se faz uma vez só na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Srs. parlamentares, sras. parlamentares, público que nos acompanha em suas residências pela TVAL e pela Rádio Aleesc Digital, depois desse discurso empolgado e entusiasmado do deputado Kennedy Nunes, quero parabenizá-lo pela última frase, quando citou três coisas que o cidadão faz uma vez só na vida. E quero dizer, deputado Kennedy Nunes, que ainda não sofreu deste mal, e com certeza nunca vou sofrer: votar no PT.

E digo isso até porque, deputado Giancarlo Tomelin, lá em Blumenau, no desfile do aniversário da cidade - e v.exa. estava lá, assim como o deputado Ismael dos Santos, o senador Raimundo Colombo, o vice-governador Leonel Pavan e o governador Luiz Henrique -, havia um povo que saiu arrebatado de uma

catástrofe, deputado Kennedy Nunes, mas que já se recuperou, levantou-se, não teve medo da gripe A e foi desfilar no dia 2 de setembro, mostrando, no aniversário da cidade, toda a sua capacidade e empolgação, toda a fibra do povo Blumenauense e do vale do Itajaí de Santa Catarina.

Da mesma forma aconteceu no desfile de Sete de Setembro em Blumenau. Tivemos orgulho daquele povo maravilhoso, deputado Giancarlo Tomelin, que mostrou o seu jeito simples, humilde, mas um jeito sincero de ser, demonstrando que a catástrofe passou. Passou pelo menos na cabeça daquelas pessoas que acreditam e que dependem apenas de si para crescer; daquelas pessoas que acreditam no seu próprio potencial.

Por isso quero aqui, depois desse discurso do deputado Kennedy Nunes lamentando que em Joinville não houve desfile cívico, parabenizar o povo de Blumenau pelo exemplo de cidadania, pelo exemplo de garra e de fibra e pelo exemplo da reconstrução maravilhosa que está fazendo de forma unida, em que todos estão-se dando as mãos e trabalhando em conjunto, independentemente de credo e de cor partidária, mas cada um acreditando no seu potencial e no seu jeito de ser para ajudar a reconstruir a cidade.

Nesta noite, srs. parlamentares, passamos por mais um susto com um vendaval. Assim como houve em vários cantos do estado de Santa Catarina municípios com esse problema, em Blumenau e no vale não foi diferente. E quero aqui apenas lamentar, pois, infelizmente, lá também houve vários problemas com a questão de telhados, com árvores caindo. Enfim, houve um vendaval muito forte no vale do Itajaí, e Blumenau também foi atingido. Mas tenho certeza de que o povo Blumenauense não vai titubear, não ficará com medo e, efetivamente, correrá atrás do prejuízo e reconstruirá tudo novamente.

Agora, deputado Kennedy Nunes, o que eu achei estranho, acompanhando sentado da minha cadeira, foi que alguns vieram aqui e falaram do prejuízo, da questão da catástrofe, de tudo aquilo que lamentam que aconteceu. Só que ninguém citou que o governo federal, uma semana atrás, cortou R\$ 50 milhões das emendas dos deputados federais e senadores. Foram cortados R\$ 50 milhões que seriam destinados justamente para a prevenção de cheias, o que é muito importante para Santa Catarina! Isso ninguém citou!

E eu quero aqui lembrar que é muito fácil vir aqui dizer: "Oh, que pena que houve o desastre, que pena que Blumenau quase teve um problema novamente"! Só que ninguém cita isso e esquecem, srs. parlamentares, da pouca vergonha que foi, na última semana, o corte de quase R\$ 50 milhões que seriam utilizados para a prevenção de cheias, deputado Moacir Sopelsa! São R\$ 50 milhões que fazem falta não para quem está em Brasília sentado em uma cadeira confortável, não para quem está aqui no Parlamento, mas para aquela pessoa que pega enchente na sua casa. É para esses que os R\$ 50 milhões fazem falta!

Ai eu lamento, realmente, que não tenham voltado atrás com relação a esse corte e que o presidente Lula, que veio aqui e prometeu, com uma criança no colo, deputado Giancarlo Tomelin, que não ia faltar dinheiro para a reconstrução, até agora não tenha voltado atrás.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Deputado Jean Kuhlmann, quero parabenizá-lo pela manifestação, até porque cortar R\$ 50 milhões destinados à prevenção de catástrofes no vale do Itajaí e em Blumenau foi um ato de insensibilidade. Foram mantidos os recursos em outros municípios que, e até não entendi, são governados por petistas, e em Blumenau foram cortados.

Então, você, blumenauense, você do vale do Itajaí, saiba que havia R\$ 50 milhões para prevenir e que agora talvez possamos, no curto prazo, voltar a sofrer, como sofremos na noite anterior, e isso será objeto da minha fala amanhã neste Parlamento.

Tenho certeza de que com esse seu pronunciamento, somado a todos os demais aqui na Casa, poderão rever essa situação que nos envergonha porque bate no problema. Hoje mesmo, através de uma entrevista no *Jornal de Santa Catarina*, ficamos sabendo que chegam a R\$ 3 bilhões os custos da catástrofe. Será que teremos que esperar uma nova catástrofe para que possamos agir?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Giancarlo Tomelin, quero somar-me à sua fala e dizer que, na minha opinião, esse corte de R\$ 50 milhões que se destinavam à prevenção não é apenas insensato ou insensível, mas é criminoso.

E não há somente essa questão. Há o corte, por exemplo, da BR-470. E quem leu o jornal, no final de semana, no município de Blumenau, verificou que fala do novo atraso do cronograma. E eu já cobrei esse cronograma há três ou quatro semanas neste plenário e, infelizmente, não foi divulgado um cronograma definitivo. Apenas estão dizendo que no final do ano vão entregar o estudo de impacto ambiental. E o restante? A questão do início da obra, a conclusão da obra, a execução efetiva da duplicação da BR-470, quando será feito isso?

Ou seja, toda essa irresponsabilidade leva-me a confirmar, deputado Kennedy Nunes, aquilo que v.exa. falou antes: quem já votou no PT nunca mais vota e quem não votou garante que nunca votará.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, gostaria de anunciar, com satisfação, a presença no Parlamento catarinense do vice-prefeito de Palma Sola, Selito Pedro Três, e dos vereadores Leodoro Adalaido de Moura e Moacir Sansigolo. Eles são do PDT e fazem um grande trabalho naquela bela cidade. Inclusive, estão acompanhados pelo presidente do Clube dos Veteranos de Palma Sola.

Dou as boas-vindas e que se sintam à vontade nesta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência, antes de conceder a palavra pela ordem ao deputado Joares Ponticelli, faz um apelo aos deputados que estiverem nos gabinetes para que compareçam ao plenário para que possamos ter quórum qualificado para iniciarmos a Ordem do Dia.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero associar-me à manifestação do deputado Dagomar

Carneiro, até porque lá em Palma Sola tivemos uma eleição com chapa única, liderada pelo grande prefeito Nico Crestani. E Selito Pedro Três e tantas outras lideranças foram importantes naquele processo de reeleição do Nico, e, tenho certeza, foi o melhor caminho para Palma Sola e a sua gente. O vice-prefeito Selito Pedro Três é um grande parceiro, leal, um vice-prefeito que ajudou muito na campanha e agora também na administração.

Portanto, eu me associo aos votos de boas-vindas aos nossos companheiros de Palma Sola!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero rapidamente, aproveitando a sua boa vontade, fazer uma convocação a todos os 40 deputados. Eu acredito que esta Casa deve estar sensível à questão da demarcação de terras indígenas que vem afligindo grande parte da população catarinense, já que agora estão acontecendo as homologações decretadas pela União, principalmente no norte do estado, onde já tivemos três homologações em dias recentes.

Quero só, sr. presidente, pedir a todos os deputados que tenham sensibilidade para essa questão e estejam presentes na segunda-feira, às 15h, no plenarinho da Assembleia Legislativa, quando estaremos reunindo-nos com deputados federais, senadores e pessoas envolvidas com o problema de todo estado de Santa Catarina - e não é mais só do norte.

É fundamental, sr. presidente - e faço esse apelo a cada um dos srs. deputados -, a presença do maior número de deputados estaduais possível para que possamos ter uma grande reunião com os deputados federais, senadores e pessoas interessadas nesse problema que está afligindo tanto a comunidade catarinense. Precisamos achar um rumo, uma solução, e ela só vai surgir se nós nos unirmos nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência consulta os srs. líderes se é possível votarmos, em segundo turno, o Projeto de Lei n. 0202/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a Semana Estadual à Valorização da Vida.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância, vamos apreciar a matéria.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0202/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a Semana Estadual à Valorização da Vida e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global, aprovada em primeira votação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e srs. deputados, esse é um projeto de lei importante e nós, deputados,

devemos aprová-lo para que as pessoas, num momento de angústia e ansiedade, num momento de desespero, tenham ao seu dispor o 141, que é o número do telefone do Centro de Valorização da Vida.

O CVV é, sem dúvida, um órgão importante no estado de Santa Catarina, e por isso peço a aprovação da matéria, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência informa que tão logo seja votado esse projeto faremos verificação de quórum para saber se temos o número de votos necessários para deliberarmos sobre os vetos.

Por isso, convido os srs. deputados que estão fora do plenário para se posicionarem e registrarem sua presença.

Está em votação o Projeto de Lei Complementar n. 0202/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a Semana Estadual à Valorização da Vida e adota outras providências.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero fazer um apelo aos deputados que estão na Casa, em seus gabinetes.

Nós temos aqui vários vetos para votar. E quero fazer um apelo especial a v.exa., porque não vejo aqui na pauta o veto ao projeto de lei de autoria do deputado Kennedy Nunes, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, que institui as regiões metropolitanas de Santa Catarina.

Quero dizer, sr. presidente e srs. deputados, que o nosso secretário Nacional de Saneamento Ambiental, deputado federal Leodegar Tiscoski, tem feito alertas semanais, deputado Moacir Sopelsa, no sentido de que Santa Catarina poderá perder recursos importantes para saneamento por não ter a estrutura das regiões metropolitanas.

Nós estamos alertando há algum tempo, e essa matéria está desde o início do ano pendente de deliberação. Sei que o governo queria apresentar um projeto de lei criando vinte e tantas regiões metropolitanas, mas isso é uma loucura, é um mostro que não vai funcionar! No Brasil inteiro há menos de 20, então, criar 20 só aqui em Santa Catarina é para não funcionar. Nós temos que ser racionais.

Entendo que temos que restabelecer a condição anterior, quando tínhamos seis regiões metropolitanas: Criciúma, Tubarão, Itajaí, Joinville, Blumenau, Florianópolis. Além dessas, poderíamos criar a de Chapecó, projeto de autoria do deputado Gelson Merísio, e, talvez, a de Lages. Em minha opinião, deputado Renato Hinnig, mais do que isso é invenção e não vai funcionar.

Agora, o que nós precisamos é tomar uma decisão. E eu já disse aqui em outras oportunidades, deputado Genésio Goulart, que nós vamos perder recursos do ministério das Cidades, especialmente da secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, que é a pasta comandada pelo nosso deputado federal Leodegar Tiscoski, por não termos a estrutura de regiões metropolitanas em Santa Catarina.

Nós precisamos voltar a discutir esse tema, deputado Renato Hinnig, mas com urgência. O deputado Leodegar Tiscoski, a cada final de semana, tem feito apelos no sentido de que se tome uma posição, caso contrário, daqui a pouco a própria Assembleia Legislativa será responsabilizada.

Então, nós temos que retomar e priorizar esse assunto. Ele é importante e é relevante para que possamos assegurar recursos para os municípios de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de complementar as informações levantadas aqui pelo deputado Joares Ponticelli, já que fui designado pelo líder do governo para coordenar uma discussão destinada a formatar um projeto de lei que crie as regiões metropolitanas.

Já fizemos diversas reuniões, a equipe técnica já discutiu hoje, inclusive estive reunido com o líder da nossa bancada pedindo que provoque uma reunião de líderes para chegarmos a um entendimento político visando encaminhar uma sugestão de projeto de lei para que o Executivo o encaminhe a esta Casa como prescreve a nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, em votação, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar n. 0202/2008, com a sua emenda substitutiva global.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, essa matéria que votamos é extrapauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0630/2008, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0332/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que dispõe sobre a proteção e defesa dos consumidores de combustíveis e adota outras providências, na forma que especifica.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, encaminho a votação pela manutenção do veto do sr. governador do estado, haja vista ter sido discutido com a bancada governista e com outros deputados um projeto de lei no mesmo teor, mais aperfeiçoado do que o projeto de autoria do deputado Marcos Vieira.

A secretaria da Fazenda já elaborou, foi discutido e então pediria aos srs. deputados a manutenção do veto para que possamos ter um projeto mais amplo referente à fiscalização dos combustíveis em Santa Catarina, pois quem ganhará com isso serão o governo e a sociedade, que terão um combustível realmente limpo, sem adulteração e sem falcatura, sem desvios de notas fiscais, como está acontecendo.

Então, o encaminhamento é pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim" e cinco votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0909/2009, de origem governamental, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo Decreto n. 1.260, de 1º de novembro de 1975, e retificado pelo Decreto n. 17.720, de 25 de agosto de 1982, que institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu, cria o Fundo Especial de Regularização, Implementação e Manutenção do Mosaico - Feuc -, e adota outras providências.

Deste projeto constam os volumes A e B e os Anexos de 1 a 7.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, trata-se do projeto de lei que redefiniu o Parque da Serra do Tabuleiro. Fui relator da matéria, designado pelo deputado Romildo Titon, e este projeto mereceu a realização de uma série de audiências públicas.

Foram feitas três emendas: uma, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, outra, de autoria do deputado Renato Hinnig, e essa, de minha autoria, que diz respeito àqueles terrenos que estão com parte dentro da área de preservação permanente e parte fora do Parque da Serra do Tabuleiro. Com relação à parte que fica fora da serra do Tabuleiro, o proprietário poderia ser indenizado pelo fundo, não por dinheiro/recurso, mas, sim, por uma compensação que poderia vir quando da elaboração do Plano Diretor de cada uma das cidades onde estão esses terrenos.

Então, na verdade, sr. presidente, é uma forma de compensar quem vai doar o terreno que está dentro do parque em benefício daquela parte que está fora dele. Então, é no sentido de ajudar exatamente aqueles proprietários que têm terrenos que circundam o parque.

Peço apoio a todos os srs. deputados para que possamos derrubar o veto, porque não há qualquer despesa para o erário público, mas beneficia aqueles que têm terreno.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, na condição de líder do governo nesta Casa, solicito à bancada governista que mantenha o veto em função das razões expostas pelo governador do estado, haja vista a impossibilidade de desapropriar o que o governo não sabe o percentual de recursos financeiros que terá que desembolsar.

Então, para termos uma questão justa na serra do Tabuleiro, que foi discutida amplamente no passado, devemos, sim, votar pela manutenção do veto oposto pelo governador do estado, para que possamos viabilizar o projeto do Mosaico da Serra do Tabuleiro.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, na época fomos contra grande parte do projeto no seu mérito. Por isso, no momento do veto, a nossa bancada se abstém de votar por ter divergências profundas com relação ao projeto e aos pontos do veto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, salvo melhor juízo, na verdade é o contrário do que disse o colega José Natal, ou seja, se um proprietário tem uma parte de terra dentro do parque e outra fora, o estado não vai indenizar. A compensação virá com o plano diretor da cidade. Não tem nada a ver com qualquer indenização por parte do estado.

Desculpe-me, deputado José Natal. V.Exa. está equivocado.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, fico em dúvida porque a bancada do PSDB está dividida. Um puxa para cá, outro para lá e nós ficamos em dúvida. Gostaria que a bancada estivesse unida para nos passar segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Nobre deputada, v.exa. é privilegiada porque sua bancada está sempre unida. Não se preocupe porque quando pedirmos que o painel seja aberto, tudo será esclarecido e vai ganhar quem tiver a maioria. Esta é uma Casa democrática. Precisamos entender esse tipo de divergência.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - A minha bancada é dez, sr. presidente.

O Sr. Deputado José Natal (Interferindo) - E o governo está unido, vota "sim".

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só para efeito de esclarecimento, o que está causando um certo clima é que estamos ouvindo dois colegas do PSDB, ou seja, um deputado contra e outro a favor. O contra é autor da matéria e o que está a favor é porque neste momento está exercendo a função de líder do governo e como tal está defendendo aquilo que o governo vê nessa situação. Não existe nenhum desentendimento em nível de bancada, apenas uma questão momentânea.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Surgiu-me uma dúvida sobre a matéria e pensei que o deputado Nilson Gonçalves poderia dar uma luz para orientar a nossa bancada. Mas, infelizmente, o nosso encaminhamento - e espero que v.exa. não tenha que dar o voto de Minerva - é pela manutenção do veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta no painel eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Obtivemos 20 votos "sim" e seis votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0923/2009, de origem governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0046/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que trata dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Srs. deputados, este veto já está há alguns dias na Casa, mas, na verdade, o governo do estado, ao vetar o PL 0046/2007, alega que acarretará algum custo colocar esses dados na carteira de identidade. Mas qual é o custo que vai acarretar, deputado Moacir Sopelsa? Qual é o custo?

O projeto fala que se o catarinense quiser esse dado na carteira de identidade, ele vai levar o resultado do exame que determinou seu grupo sanguíneo, ou seja, não é o estado que vai fazer o teste para saber qual o grupo sanguíneo do cidadão. Então, não existe despesa, não existe!

Por isso, peço aos nobres colegas que derrubemos o veto para que possamos ter essa informação que é imprescindível, srs. deputados. V.Exa. sofre um acidente na estrada e se tiver na carteira de identidade o seu tipo sanguíneo, será muito mais fácil salvar a sua vida, por exemplo.

Então, peço encarecidamente aos nobres deputados que derrubem o veto, porque o governo não está entendendo que não existe despesa. Por que se o deputado quiser, se o catarinense quiser que conste na identidade, ele leva pronto o comprovante do seu tipo sanguíneo. Por exemplo, o meu é sangue O+, eu levo o comprovante do meu tipo de sangue e faço com que essa informação passe a fazer parte da minha carteira de identidade.

Por isso, srs. deputados, ajudem-nos a derrubar o veto, para que possamos ter essa informação na Cl. Trata-se de informação, srs. deputados, em favor da vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, para discutir.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, até por ser da bancada da saúde da Assembleia Legislativa,

sei da importância de, no momento do atendimento de um paciente, sabermos o seu tipo sanguíneo, porque poderemos salvar uma vida. E não custa nada colocar no documento de identidade o tipo sanguíneo.

Na nossa carteira parlamentar já consta o nosso tipo sanguíneo, mas às vezes, quando ocorre um acidente, o paciente só tem a carteira de identidade no bolso e isso poderá, então, salvar vidas.

Por isso o meu voto é pela derrubada do veto, por entender que estamos tentando salvar vidas e que não criará nenhuma despesa ao governo, posto que é só colocar um quadradinho a mais no documento de identidade do cidadão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, há alguns anos, talvez v.exa. se recorde, eu entrei com um projeto praticamente idêntico a esse, com essa intenção, e não obtive êxito. E estou vendo agora, através do deputado Kennedy Nunes, quem sabe a possibilidade de realizar a minha vontade ao aprovar um projeto nesta Casa com esse teor.

Portanto, hoje, como-me ao deputado Kennedy Nunes e acredito que da mesma forma a maioria dos srs. deputados, para que possamos realmente ver aprovado um projeto simples, porém de grande utilidade para todos nós, porque poderá até salvar vidas em determinados momentos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, queria também me somar a esse apelo dos deputados Kennedy Nunes, Dagomar Carneiro e Nilson Gonçalves.

Eu não entendo o que vai custar a mais para o funcionário do estado, o servidor público que está digitando o documento, escrever O+, A e assim por diante. Qual é o custo que haverá desde que o interessado informe evidentemente, levando um documento comprovando qual o seu tipo sanguíneo. E como já foi dito aqui, isso pode salvar vidas.

Podem dizer que é muito raro um bombeiro, um socorrista fazer um procedimento que necessite saber qual o tipo sanguíneo do acidentado na rodovia. Mas mesmo que seja apenas uma vida que se salve por conta disso, nos próximos dez anos, já terá valido a pena! Mesmo porque essa informação pode ser importante na chegada ao hospital. A pessoa acidentada chega ao hospital e pode precisar receber sangue urgentemente. Será que terá de fazer exame e esperar uma semana para descobrir qual o seu tipo sanguíneo?

Então, deputados, se o estado pode prever isso com custo zero, parece-me que o vício desse projeto não é de inconstitucionalidade, é mais um daqueles com vício de Oposição. Portanto, o nosso voto é também pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado José Natal - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, o nosso encaminhamento é pela manutenção do veto. Entendo que o projeto do deputado Kennedy Nunes é nobre, mas se o cidadão pedir a inclusão desse dado num documento seu e após um acidente necessite de uma transfusão de sangue, se a informação não estiver correta, dirão que foi o estado que errou e a família poderá requerer uma indenização do poder público. É preciso olhar esse ângulo.

Quero dizer que, como líder do governo, a minha missão é pedir aos srs. deputados que votem com o governo, porém a questão está na consciência de cada parlamentar. Apesar de comungar com o pensamento do deputado Antônio Aguiar, de que não há dificuldade nenhuma o funcionário digitar A+, A-, ou B+, o problema é saber se a informação dada ao funcionário é a correta.

Encaminho pela manutenção do veto.

O Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Jorginho Mello.

Esse é um projeto de suma importância. Inclusive, se não me falha a memória, eu fui a relatora desse projeto e parabeneizei o deputado Kennedy Nunes, pois é um projeto muito importante. Como vice-presidente da comissão de Saúde, acho que o autor do projeto está de parabéns e vamos derrubar o veto, vamos salvar a população catarinense.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, a nossa bancada vai votar pela derrubada do veto, porque esse argumento do deputado José Natal, como líder do governo, tem sustentação, mas é insuficiente diante do mérito. É possível ocorrer o risco de alguém escrever errado o tipo sanguíneo. Mas do ponto de vista do mérito, principalmente porque hoje ocorrem muitos acidentes no estado, receber a transfusão de sangue na hora certa pode definir o limite de viver ou não. Por isso vamos votar pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim", mantêm o veto e os deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Pergunto se todos os srs. deputado exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos sete votos "sim", 21 votos "não". Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.055/2009, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0360/2008, de autoria do deputado Edison Andriano, que institui o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andriano - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o autor, deputado Edison Andriano.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, na realidade solicito a esta Casa que mantenha o veto, porque houve um erro na elaboração do projeto e acho que o governo corrigiu o erro que nós aprovamos nesta Casa através da minha proposta.

Por isso, solicito a manutenção do veto, que é parcial, ao projeto de lei, pois isso nada prejudica a lei que nós aprovamos aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Determino à assessoria a abertura do painel eletrônico para a votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 26 votos "sim" e três votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 1.006/2009, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0018/2009, de origem da comissão de Constituição e Justiça, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.702, de 1989 (pensão mensal aos portadores de necessidades especiais).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, este projeto, originalmente de autoria do deputado Kennedy Nunes, propunha a extensão de pensão mensal aos portadores de deficiência visual.

Consultando a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a legislação federal acerca do assunto, constatamos que todos os deficientes físicos ou mentais (aliás, era à deficiência mental que v.ex.a. se referia) têm direito a pensão igual a um salário mínimo. Entretanto, a Lei n. 7.702 estabelece meio salário mínimo, de forma que é inconstitucional com relação à Constituição Federal, inconstitucional com relação à Constituição Estadual e ilegal com relação à legislação federal que regulamenta o assunto.

Constatado isso, trabalhamos em cima do assunto, fizemos uma análise de toda a legislação pertinente e chegamos à conclusão de que a única possibilidade seria um substitutivo global, que aparece na ementa como de autoria da comissão de Constituição e Justiça, no sentido de garantir a todos os deficientes físicos ou mentais o direito a uma pensão igual a um salário mínimo, que é o que determinam as Constituições Federal e Estadual, bem como a legislação federal.

O deputado José Natal tem estudado o assunto, e não foi por acaso que não se posicionou aqui na condição de líder do governo, porque notou que quando a pessoa

não está recebendo a pensão do governo federal pode receber do governo estadual. Ou seja, a lei diz que quando a pessoa que tem deficiência física ou mental não tem outra fonte de renda e não recebe da outra esfera de governo, deve receber uma pensão no valor de um salário mínimo.

É isso que estamos defendendo e é esse o teor do substitutivo global que elaboramos a um projeto de autoria do deputado Kennedy Nunes. De forma que estamos aqui advogando na defesa da derrubada deste veto, para garantir esse direito a uma pensão de um salário mínimo para os deficientes físicos ou mentais de Santa Catarina, que não estejam recebendo nenhum outro benefício.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria somente de reforçar o que disse o deputado Sargento Amauri Soares, que foi, na comissão de Constituição e Justiça, o autor desse substitutivo global.

Srs. deputados, nós vamos atender muitas famílias que hoje têm parentes que não conseguem ser atendidos pela LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social, e que seriam beneficiados. Isso é justiça! A família que tem algum deficiente que não recebe nada, como vai mantê-lo? Como esse cidadão vai comprar, muitas vezes, o seu remédio ou mesmo manter sua subsistência? O governo tem que fazer isso.

Então, eu quero parabenizar a comissão de Constituição e Justiça e o deputado Sargento Amauri Soares, que aprimoraram o nosso projeto. E por isso apelo, em nome dos deficientes que não recebem nada, que derrubemos esse veto oposto pelo governador.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - O autor da proposição, deputado Sargento Amauri Soares, explicou que essa é uma emenda da comissão de Constituição e Justiça, um substitutivo global.

Eu entendo que a matéria é extremamente meritória, pois temos casos, sim, de pessoas que são portadoras de deficiência e que não têm renda nenhuma. Além disso, as prefeituras, lamentavelmente, por falta de recursos, geralmente não ajudam. Já a Fundação Catarinense de Educação Especial ajuda com um percentual, que é pouco nos dias de hoje, não tenho dúvida disso.

O governo entendeu que a comissão extrapolou sua competência. Mas entendo, por tudo aquilo que foi colocado, que essa medida é extremamente necessária porque quem não tem nada precisa ter alguma coisa para se manter.

Vou deixar a bancada livre para votar e o governo que decida depois o que fazer.

Mas acho que o governo não se furtará em atender o que for decidido por este Plenário nesta tarde, porque se destina a beneficiar uma minoria que não é atendida pelas políticas públicas de assistência social do governo federal, estadual e municipal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) -

Está em votação secreta pelo processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, votando "não" rejeitam-no.

Consulto se todos os srs. deputados já exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos seis votos "sim", 20 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.073/2009, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0030/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização indicando hospitais nas rodovias estaduais, e adota outras providências.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Encaminho pela manutenção do veto, sr. presidente.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, mais adiante na pauta da Ordem do Dia, v.ex.a. apresentará indicação de minha autoria, através da qual estou pedindo sinalização para a região de Caçador e Fraiburgo, porque é uma vergonha, não saímos pelas estradas e vemos que não há nenhuma placa.

Tendo em vista esses fatos, vou votar pela derrubada do veto, vou votar com o deputado Darci de Matos, pois precisamos de sinalização, se não ficamos como baratas tontas girando nas rotatórias sem saber que rumo tomar.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu estava estranhando que o deputado Darci de Matos não estava aqui para defender o seu projeto, mas agora vejo que ele chegou para dar a sua opinião, porque é um projeto simples, mas de grande utilidade, de muita utilidade! Se nós tivermos placas sinalizando onde há um

hospital, vai ajudar e muito, principalmente num país onde há muitos acidentes diariamente.

Eu conheço muito bem o problema, porque tenho um programa de TV e diariamente noticiando acidentes de todo tipo e de toda ordem nas BRs e nas rodovias estaduais. E essa sinalização seria fundamental. Portanto, eu vou votar pela derrubada do veto ao projeto do deputado Darci de Matos. Acho-o interessante.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado autor Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, esse projeto passou praticamente por unanimidade em todas as comissões. É um projeto, como já foi dito, de fundamental importância porque a sinalização pode salvar vidas. Como disse o deputado Nilson Gonçalves, Santa Catarina é um estado onde ocorrem muitos acidentes de trânsito.

Eu, por exemplo, perdi um irmão num acidente de trânsito na BR-101, próximo a Joinville, e muitas vezes uma placa dessas pode facilitar a chegada de um ser humano envolvido no acidente mais rapidamente ao hospital.

Portanto, não vejo motivos para vetar esse projeto que é de fundamental importância para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Determino a abertura do painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos nove "sim", 18 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Srs. deputados, a Mensagem n. 1.074/2009, por solicitação do autor, deputado Narcizo Parisotto, fica retirada de pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.075/2009, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0091/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que dispõe sobre modalidade de incentivo à melhoria das condições da rede estadual de ensino, através da disposição de espaços físicos às Associações de Pais e Professores, APPs, das respectivas unidades e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Srs. deputados, o governo encaminha pela manutenção do veto por achar que essa questão será resolvida. Quanto à questão das APPs, foi tratada com a secretaria de estado da Educação.

Então, encaminhamento pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 16 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.100/2009, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0049/2009, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Palhoça.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a esse projeto de origem governamental, que autoriza a concessão de imóvel no município de Palhoça para a Associação Beneficente de Policiais e Bombeiros Militares, fizemos uma emenda no sentido de que se o poder público que está concedendo, doando o terreno para a associação beneficente, que na verdade é uma entidade privada, que o atendimento aos policiais e bombeiros militares e dependentes seja gratuito.

Contudo, foi justamente essa emenda que o governador do estado vetou, concordando com certa lógica empresarial predominante nessa associação, que conhecemos muito bem. Inclusive, a maioria dos praças estão avaliando a possibilidade de criar outra entidade, já que essa não tem contemplado os anseios da maioria dos servidores militares do estado de Santa Catarina.

Então, o que o governador vetou foi a emenda de nossa autoria que prevê o atendimento gratuito para policiais militares, bombeiros militares e dependentes associados à Abepom. Ou seja, aconselhado pelos coronéis, o governador vetou a nossa emenda. De sorte que pedimos a derrubada desse veto que não atrapalha a validade do projeto em seu conjunto.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 17 votos "sim" e oito votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.101/2009, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0130/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que, com fulcro no art. 230 da Constituição Federal e nos arts. 3º e 15 da Lei

Federal n. 10.741, de 2003, autoriza o estado de Santa Catarina a estabelecer uma política de melhoria no atendimento aos idosos na área da Saúde.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, caros colegas, são duas mensagens de veto, na sequência, que dispõem sobre vetos parciais a projetos de nossa autoria e por economia processual, vou encaminhar em bloco.

Em ambos os casos, o veto se deu por conta da substituição da imposição pela autorização em virtude de argumento sobrejuntamente conhecido na Casa da geração de custos para a administração, o que não é atribuição deste Poder.

O primeiro é o projeto que adéqua a política de saúde estadual ao Estatuto do Idoso, estabelecendo preferência para o idoso em procedimentos de consultas e exames, dando mais agilidade. E o segundo autoriza o Poder Executivo a reduzir a base de cálculo do ICM sobre protetores solares.

Nós sabemos que Santa Catarina tem a maior incidência do mundo em câncer de pele, mas é um dos estados brasileiros que ainda tratam o protetor solar com a base de cálculo de cosmético e não de medicamento. E para incentivar o uso de protetor solar, nós fizemos este projeto, o governo transformou em autorizativo, o que é um bom sinal, e aguardamos que seja implementado.

Então, por não ter mexido na essência do projeto, encaminhado pela manutenção do veto, já que são dois vetos parciais que não alteram a essência dos projetos, aguardando que o governo, de fato, trabalhe na sua implementação, que é o mais importante.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o líder do governo, deputado José Natal, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, encaminhado pela manutenção do veto, eis que o governo, na sua explicação, detectou extrapolação de competência em relação ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, o governo não prejudicou o projeto no todo, só vetou aquilo que realmente extrapola a competência do Legislativo e que daria algumas vantagens que o governo acha que não tem condições de cumprir agora. Então, se mantivermos o veto oposto pelo governador do estado, estaremos também ajudando o projeto de lei do deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em votação.

Determino a abertura do painel para votação secreta.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.
Colho o resultado.
Temos dez votos "sim", dez votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.102/2009, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto parcial ao PL n. 0237/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a base de cálculo do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - nas operações internas com protetores solares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - O governo encaminha pela manutenção do veto por entender que a matéria da forma como foi aprovada nesta Casa configura que houve extrapolação de competência. Além disso, acho que a questão se resolverá com um novo projeto de lei do deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 19 votos "sim", nove votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.105/2009, de origem governamental, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 0016/2009, que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Encaminhamos pela manutenção do veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 19 votos "sim" e oito votos "não".

Está mantido o veto.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0597/2009 e 0598/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0599/2009, 0600/2009 e 0601/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0602/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0603/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0604/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, quanto à Indicação n. 0604, que v.exa. apresentou agora, gostaria que fosse lido, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está no painel, sra. deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - A indicação é dirigida ao diretor do Deinfra e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador, solicitando melhorias na sinalização de acesso ao referido município.

Sr. presidente, quando estamos viajando por essas estradas afora, ficamos sem saber para onde se está indo, pois não existem placas. Então, tenho certeza de que v.exa., também com o seu empenho, ajudará para que haja placas de sinalização naquela localidade.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) Muito obrigado, sra. deputada Professora Odete de Jesus. Com certeza a Casa se solidariza com a sua solicitação.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 1.229/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.230/2009, 1.231/2009, 1.232/2009, 1.233/2009 e 1.234/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 1.235/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.236/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.237/2009, 1.238/2009 e 1.239/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.240/2009 e 1.246/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.241/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; 1.243/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; e 1.244/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Requerimento n. 1.242/2009, de autoria do deputado Edison Andrino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e ao diretor regional da ECT no estado, no sentido de que concedam autorização para que seja efetuada entrega de correspondência no Jardim Progresso, no bairro Areias, no município de Tijucas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n. 0190/2009, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando celeridade no processo de cadastramento e credenciamento do Hospital Universitário da UFSC como unidade de saúde habilitada para efetuar os procedimentos de implante coclear (ouvido biônico).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0191/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada ao ministro da Integração Nacional, manifestando repúdio ao corte das emendas apresentadas pelos parlamentares catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, com os votos contrários da deputada Ana Paula Lima e dos deputados Dirceu Dresch e Décio Góes.

Moção n. 0192/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros do Planejamento e da Integração Nacional, manifestando repúdio ao corte no Orçamento da União para investimento e reconstrução do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, da mesma forma que votei contra a moção anterior, voto contra esta porque existe uma inverdade.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, manifestar repúdio porque recursos não teriam vindo para Santa Catarina é uma mentira, porque todos os recursos que vieram para a reconstrução do estado de Santa Catarina vieram na íntegra. E se não vieram ainda, sr. presidente, srs. deputados e povo catarinense que nos está assistindo, é por falta de projeto, por falta de trabalho do governo do estado. Mas todos os recursos para a reconstrução do estado de Santa Catarina foram liberados.

Em relação às emendas parlamentares, quero dizer aos srs. deputados e ao povo catarinense que isso não é novidade em nenhum governo. Queremos aqui registrar que houve até boa vontade do presidente Lula, que desde 2002 vem evoluindo a liberação desses recursos para diversos estados da federação.

E quero dizer ainda mais, sr. presidente: essas emendas não foram cortadas, elas foram relocadas. Porque não adianta, deputado Giancarlo Tomelin, liberar recursos se não há projeto. Só serão liberados os recursos se os projetos existirem, assim como acontece aqui com o governo do estado, pois nós também remanejamos o Orçamento. E v.exa. bem sabe que na nossa região, por exemplo, o Hospital Universitário não foi ainda concluído, apesar de termos elaborado emendas todas as vezes.

Então, vou votar contra essa moção porque é uma inverdade. E tenho certeza de que todos os nossos senadores e deputados federais estão trabalhando muito para que Santa Catarina receba os recursos, assim como aconteceu em novembro do ano passado.

Também quero dizer, sr. presidente, que o governo federal está destinando R\$ 525 milhões para Santa Catarina para o PAC drenagem. Todos os municípios que fizeram

projetos, a exemplo do nosso, deputado Giancarlo Tomelin, receberam recursos, sim. Então, não houve cortes! Nós estamos no mês de setembro, vai acabar o ano no dia 31 de dezembro e o governo precisou remanejar esses recursos.

Mas quero aqui fazer um desafio para os parlamentares catarinenses e para o governo do estado: qual é a obra do governo federal que está parada? Nenhuma! Só aquelas que não têm projeto ainda.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, a deputada Ana Paula Lima colocou que é uma inverdade. Então, ela tem que buscar isso nos jornais que noticiaram e nas reuniões que realizamos, em que está constatado que receberíamos R\$ 50 milhões para aplicar em obras de prevenção de catástrofes e agora os recursos passaram para zero.

Eu acho que o cidadão catarinense deve estar confuso, porque ele lê uma coisa no jornal, acompanha a nossa mobilização e, de repente, a deputada Ana Paula Lima vem aqui e fala algo totalmente ao contrário.

Então, eu quero posicionar-me não a favor da moção, pois não é apenas uma comunicação ao presidente ou coisa que o valha, é uma atenção à nossa região, que tinha R\$ 50 milhões e que passou a ter zero!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, queremos manifestar aqui a nossa posição contrária a essa moção, porque o PSDB e o DEM estão fazendo aqui um discurso muito fácil.

Em relação à última catástrofe - e já houve muitas outras em Santa Catarina -, nunca foram investidos tantos recursos públicos do governo federal! Deputado José Natal, só do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos trabalhadores foi liberado mais de R\$ 1 bilhão, dinheiro que aqueceu a economia da região de Blumenau. Inclusive, todos estão sabendo que quem está fazendo os projetos ou é o governo do estado ou são os municípios e todo o processo de reconstrução dá-se dentro desse cronograma.

O que queremos saber da reconstrução é com relação a determinadas licitações, porque estamos desconfiados de que uma ponte vale muito mais quando não há licitação do que outras pontes quando há licitação. O que queremos saber da reconstrução não se refere aos recursos que estão vindo do governo federal, porque nunca veio tanto dinheiro! O que queremos saber é centavo por centavo gasto para fazer ponte superfaturada! Isso, sim, nós queremos saber, deputado Dagomar Carneiro! Isso nós vamos fiscalizar!

Com relação ao dinheiro do povo brasileiro que veio para Santa Catarina, queremos saber do governo do estado e dos prefeitos do alto vale o quanto estão gastando com a construção de pontes sem licitação, porque é situação de emergência. Não precisa haver licitação, mas tem que haver idoneidade, tem que haver transparência, tem que haver honestidade com o dinheiro público porque o

povo sofreu. E se alguém superfaturou obra física com o dinheiro do povo brasileiro, nós queremos saber!

Nós vamos votar contra a moção. Mas, mais do que isso, queremos saber como foi investido cada centavo dos recursos da reconstrução da tragédia em Santa Catarina: se foi para o povo ou se foi desviado; se foi para o povo ou se foi superfaturado; se a ponte que vale dez, custou 50, nós queremos saber e vamos investigar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Quero registrar a minha abstenção, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Aprovado por...

(Um deputado manifesta-se fora do microfone.)

É só contar os votos, deputado. Se v.exa. quiser, eu posso nominá-los.

A verificação de quórum é regimental, eu não posso fazer...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Solicito verificação de quórum, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A votação passa a ser nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" a rejeitam.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, v.exa. está colocando em votação, mas não há 21 deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se não houver 21 votos, automaticamente a matéria não estará aprovada.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, solicito que seja feita verificação de quórum para a votação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Solicito a abertura do painel para verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL
DEPUTADA ANA PAULA LIMA presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CARLOS CHIODINI
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR presente
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO presente
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADO DÉCIO GÓES presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH presente
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS
DEPUTADO GELSON MERÍSIO presente
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN presente
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JEAN KUHLMANN presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI presente
DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MOACIR SOPELSA presente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA
DEPUTADO PEDRO UCZAI presente
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS
DEPUTADO RENATO HINNIG
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES
DEPUTADO SERAFIM VENZON
DEPUTADO SÍLVIO DREVEK presente
DEPUTADO VALMIR COMIN

Não há quórum para deliberação.

A matéria ficará para a próxima sessão. As demais matérias constantes da pauta também são retiradas da pauta, uma vez que todas necessitam de quórum qualificado, e ficam para a próxima sessão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - A Moção n. 0191 foi votada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ela foi votada e aprovada.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Giancarlo Tomelin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, na última sexta-feira, véspera de feriado, tive a oportunidade, deputado Sílvio Dreveck - e v.exa. foi prefeito e obteve um dos maiores índices de aprovação no seu período -, de estar em Forquilha.

Na época em que v.exa. foi prefeito, deputado Sílvio Dreveck, Paulo Hoepers era prefeito de Forquilha e também fez, ao final de oito anos, deputado Décio Góes, uma administração muito bem avaliada, com um dos melhores índices do sul do estado, tanto que, fruto daquela administração, foram eleitos o prefeito Vanderlei Alexandre, o Lei, e o vice-prefeito Félix Hobold, num pleito extremamente disputado. E o PT, através do vice Félix Hobold e com a participação efetiva dos deputados Décio Góes e José Paulo Serafim, da senadora Ideli Salvatti e de tantas lideranças, foi importante e ajudou-nos a conquistar aquela eleição e a vencer com o prefeito Lei e o vice Félix.

Todos nós sabemos que manter um governo municipal durante oito anos, deputado Pedro Uczai, com o instituto da reeleição, não é uma missão tão difícil. Agora, suplantando esse período de oito anos de continuidade e entrar um novo candidato, com uma nova proposta, é realmente uma missão muito difícil, tanto é que os índices de manutenção do mesmo grupo partidário durante 12 anos no poder são raros, são poucos. E lá em Forquilha conseguimos isso graças à grande administração do prefeito Paulo Hoepers, que tem agora continuidade através da dupla Vanderlei Alexandre e Félix Hobold. E nós nos orgulhamos muito desse fato.

Sr. presidente, como dizia, na última sexta-feira estivemos em Forquilha, onde

também estiveram os deputados Décio Góes, José Paulo Serafim e Jorge Boeira, ocasião em que o município teve a oportunidade de receber o título de Cidade Cidadã. Apenas quatro municípios no Brasil foram distinguidos com esse prêmio. O único município de Santa Catarina que se habilitou foi Forquilha. Graças aos projetos que estão tendo continuidade e a outros implementados agora, a administração do prefeito Lei e do vice Félix conseguiu levar essa importante premiação nacional para Forquilha.

Foi um momento muito importante que vivemos na presença de tantos amigos e tantas pessoas que comemoravam aquele momento ímpar, e queremos aqui registrar também a alegria que tivemos de prestigiar, deputado Décio Góes, aquele título importante para a administração municipal, mas, acima de tudo, para os servidores da municipalidade e especialmente para a população de Forquilha.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu queria apoiar o seu depoimento e parabenizar e já fizemos pessoalmente - o prefeito e o vice.

Na verdade, é um conjunto de projetos que cria espaços para o pedestre e para o ciclista e com isso cria também ambientes arborizados, arborizados, de tal forma que a cidade está-se humanizando e tornando-se extremamente agradável para o cidadão, que é o objetivo da cidade em si.

Então, parabéns ao prefeito Lei e ao vice Félix pela condução e pela herança positiva que receberam, o que faz com que consigam mais rapidamente os resultados esperados.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, eu quero também me somar ao seu discurso. Eu estive visitando, há 15 dias, o prefeito e o vice-prefeito, e quero parabenizá-los porque eu, que também fui prefeito, surpreendi-me positivamente com Forquilha, pelo projeto, pela preocupação com o pedestre, pela preocupação ambiental. Ele está ampliando uma área verde e fiquei muito feliz de ouvir isso do prefeito porque qualidade de vida é importante. Não são somente as obras físicas, o concreto, que permitem a eleição. Dá para mudar a vida das pessoas, e isso permite a confiança do povo na continuidade do projeto.

Eu fiquei feliz e por isso eu me somo a v.exa. para parabenizar a administração de Forquilha. Fico também feliz de o nosso partido estar partilhando essa vitória com v.exa. e com o seu partido.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - E está contribuindo muito, deputado, tenha certeza disso.

Eu assisti ao *Fantástico*, no último domingo, deputados Pedro Uczai e Décio Góes, e foi veiculada uma matéria dando conta que as praças londrinas estão ganhando equipamentos públicos, academias ao ar livre, para que as pessoas possam exercitar-se.

Em Forquilha, deputado José Natal, acho que essa ação já tem mais de quatro anos. Creio que foi um dos primeiros municípios de Santa Catarina a implantar academia ao ar livre, e é bonito assistir, durante todo o dia, às pessoas, especialmente da terceira idade, utilizando-se daqueles

equipamentos. E, diga-se de passagem, assim como os londrinos, também lá em Forquilha os equipamentos não são danificados. A população cuida dos equipamentos públicos que ficam à sua disposição.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Joares Ponticelli, que bom quando alguns homens públicos saem em missão fora do seu país, veem uma ação governamental positiva e quando voltam à sua cidade podem implementá-la e ver que ela funciona para a finalidade para a qual foi criada. Realmente é a coqueluche e em todos os lugares em que há academias ao ar livre, sempre se vê alguém praticando algum tipo de exercício. Em São José, na beira-mar, há uma academia ao ar livre, em Florianópolis também, assim como em Palhoça. E se Forquilha saiu na frente, que sirva de exemplo para os demais prefeitos, porque não é caro um equipamento desses e coloca muita gente no contexto.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado José Natal.

Outro cumprimento que quero fazer é ao prefeito José Castelo Deschamps, de Biguaçu, pois tive, deputados José Natal, Silvio Dreveck e Kennedy Nunes, a oportunidade, no último domingo à tarde, de prestigiar a Exponáutica 2009, a feira náutica que Biguaçu realizou. E quero cumprimentar toda a equipe do prefeito pela brilhante organização do evento. O local não poderia ser mais apropriado, lá no Pier 33. Ficou um ambiente apropriado para o tipo de feira a que se dispõe, pois é uma feira náutica.

Eu estive lá no meio da tarde de domingo, deputado Silvio Dreveck, acompanhado pelo secretário Douglas, pelo prefeito José Castelo Deschamps e por tantas outras lideranças. No momento em que eu lá estava, o placar da feira, que foi aberto na sexta-feira - e era domingo à tarde, portanto com 48 horas e um pouco mais de feira -, anunciava que 52 negócios haviam sido realizados. E sabemos que esses negócios envolvem um volume significativo de recursos. Outra questão importante: a qualidade dos equipamentos náuticos que estamos produzindo em Biguaçu, na Grande Florianópolis, e em outros municípios de Santa Catarina.

Então, o prefeito José Castelo Deschamps, que assumiu recentemente a administração, mostra o quanto o seu governo é visionário, deputado José Natal, tanto é que em tão pouco tempo já organizou essa importante feira. Biguaçu saiu na frente, e foi isso que eu disse no domingo; Biguaçu carimbou a Exponáutica como, e não tenho dúvida disso, uma das principais feiras de Santa Catarina, porque os negócios náuticos vão crescer muito. Temos uma costa de 540km, deputado Dagomar Carneiro, com muito para ser explorado, e esperamos que os órgãos ambientais possam compatibilizar as coisas.

É possível, sim, preservar e desenvolver. Eu fui autor nesta Casa do projeto de lei do gerenciamento costeiro, precisamos criar oportunidades de emprego e renda nesse setor e a Exponáutica de Biguaçu foi uma demonstração disso.

Eu encontrei, deputado José Natal, pessoas das mais diversas regiões de Santa Catarina naquela feira que veio para ficar, não tenho nenhuma dúvida disso. Sei que v.exa. também lá esteve prestigiando aquele importante evento para Biguaçu, para a Grande Florianópolis e para Santa Catarina.

Fiquei muito feliz e quero cumprimentar o prefeito José Castelo Deschamps e todos os que se envolveram na realização daquele importante evento para Biguaçu e sua gente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu queria, sr. presidente, somando-me às palavras do deputado Joares Ponticelli, confirmar que estive em Biguaçu no último domingo. E gostaria de parabenizar o prefeito José Castelo Deschamps pela feira, assim como aqueles que acreditaram, participaram e trouxeram para Santa Catarina um evento que mostra o que a região da Grande Florianópolis pode oferecer na área náutica.

Parabéns, prefeito Castelo! O governo do estado foi parceiro, o governador Luiz Henrique da Silveira esteve lá domingo e foi recebido pelo prefeito e toda a sua equipe.

Quero dizer que essa feira, com certeza, fará parte do calendário de eventos de Santa Catarina, porque quem administra Biguaçu sabe o que é ser empresário e dá oportunidades! Parabéns!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Também fazendo coro ao pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, quero dizer que acho importante esses investimentos para o estado na geração de empregos. E, sem dúvida nenhuma, a costa de Santa Catarina pode ser preservada, mas também pode criar oportunidades de investimento e geração de emprego.

Parabéns, deputado Joares Ponticelli, pelo seu pronunciamento.

Eu quero também, sr. presidente, anunciar, com satisfação, a presença nesta Casa da sra. Eugênia Maria Bonetti, eleita no último final de semana, em Brusque, presidente da Ação da Mulher Trabalhista do PDT de Santa Catarina.

Registro também a presença da suplente de vereadora Sandra Fritz, que visita a nossa Casa, bem como dos ilustres cidadãos brusquenses Auri Andrade e Maninho.

Agradecemos ainda a visita do prefeito e de vereadores de Palma Sola a este Parlamento. Sejam bem-vindos!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dagomar Carneiro.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só gostaria de desejar a v.exa., que no domingo fez aniversário, os mais ricos votos de felicidade. Espero que Deus continue dando-lhe saúde e vitalidade. Receba - e acho que posso falar em nome de todos os parlamentares desta Casa - os nossos parabéns por mais este ano de vida, sr. presidente desta sessão, deputado Moacir Sopelsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Quero aproveitar a bondade do deputado Nilson Gonçalves e agradecer a

manifestação dos deputados Joares Ponticelli, Kennedy Nunes e de muitos outros. Quero dizer que aquilo que v.exas. me desejam, do fundo do meu coração, também desejo que todos possam ter.

Muito obrigado!

Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado presidente Moacir Sopelsa, quero aproveitar a oportunidade e dizer que não tive a iniciativa de ligar para v.exa - e não vou dizer que o telefone estava descarregado - porque, na verdade, não sabia que v.exa. estava fazendo aniversário. Sou muito sincero. E pela consideração que tenho pelo amigo, quero pedir a Deus que lhe dê muita paz, saúde e que o preserve, porque v.exa. é uma das cabeças mais arejadas, uma das reservas morais que temos nesta Casa.

Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar este tempo que me resta para fazer um comentário dirigido principalmente aos deputados que me ouvem dos seus gabinetes, pois muitos não estão no plenário, mas é como se estivessem porque estão com seus aparelhos de TV ligados em suas salas, atendendo, despachando e, ao mesmo tempo, acompanhando o que acontece no plenário.

Srs. deputados, tenho ouvido muitos discursos em defesa da legalidade, da legitimidade, do respeito à Constituição, enfim, em defesa dos direitos do cidadão, mas agora chegou o momento em que precisamos colocar esses discursos em prática e ver quem são os deputados que só querem discursar e os deputados que querem, efetivamente, fazer valer o direito legítimo do cidadão catarinense, que tem passado por tantas angústias em relação a sua legítima propriedade, que foi comprada com seu suor, adquirida mediante documentação, registrada em cartório, cujo direito está previsto na Constituição.

Esse cidadão, srs. deputados, neste momento vive a angústia de perder a sua propriedade ou de ter que se retirar dela para atender as demarcações feitas pela Funai ou outros órgãos, que dizem que sua propriedade comprada e com toda a documentação correta não lhe pertence, que faz parte de uma reserva indígena ou pseudo reserva indígena, que entenderam os antropólogos ser de legítimo direito de tribos indígenas.

Faço questão de deixar bem claro a todos os srs. deputados que não sou e jamais serei contra os índios que, na verdade, nada mais são do que os verdadeiros donos deste país. Não de algumas terras apenas, mas são os verdadeiros donos deste país. Nós somos descendentes de pessoas que para cá vieram, possuíram e adquiriram suas terras. Hoje, porém, estamos vendo que em Santa Catarina, de forma mais objetiva no norte do estado, já houve a homologação de três reservas indígenas, falta só a Pindoty. Com a homologação já publicada no Diário Oficial desta quarta-feira, falta tão-somente o decreto do presidente da República para que se tornem reservas indígenas e a partir daí, evidentemente, os proprietários terão um prazo para deixar suas propriedades, pelas quais receberam apenas a indenização das benfeitorias realizadas.

Num primeiro momento, quando comecei a me atentar para esse detalhe, para esse problema, até achei que fosse uma questão ideológica do governo que está instalado no poder neste momento, o PT. E comecei a fazer uma série de questionamentos sobre qual motivo o PT teria para fazer isso. Será que o PT estaria agora com complexo de Hugo Chávez, querendo descambar a coisa para o lado da Venezuela, onde existe uma

desapropriação de terra meio descabida? Será que está querendo fazer a mesma coisa? Será que o cidadão não poderá mais ter dois terrenos, somente um? Será que vão começar a desapropriar terras?

Enfim, srs. deputados, comecei a fazer uma série de elucubrações sobre o assunto e cheguei a uma conclusão muito rápida: o problema não é ideológico! Não tem nada a ver com esse governo de maneira mais objetiva. Não tem! Isso está vindo com o tempo, inclusive temos fatos injustiças cometidas com colonos de Santa Catarina no governo de Fernando Henrique Cardoso também.

Então, esperem, se a questão não era ideológica, fui mais adiante um pouquinho e acabei descobrindo que é o Ministério Público que está acionando o governo para que cumpra o que prevê a Constituição, se não estou enganado. Na verdade, o que se vem fazendo é tentar cumprir aquilo que foi estabelecido na Constituição de 1988. Só que o que se está fazendo é uma grande injustiça em determinados locais, pois existem reservas indígenas que precisam ser homologadas, decretadas e assumidas porque lá existem índios e é lá que eles devem ficar, pois esse é um direito sagrado deles. Agora, há determinados locais, como é o caso da região norte, que careceram estudos antropológicos. Então, chegam à conclusão que agora precisam devolver as propriedades aos índios guarani mbiá, que têm origem no Paraguai, que habitaram a nossa região em determinada época etc. e tal.

Não concordo com isso, porque os índios mais antigos da região estão lá há 15 anos! Não concordo porque tenho livros, documentos de 1920, contando a história indígena da nossa região e eles não citam essas tribos, citam, sim, os índios carijós, inclusive comecei a fazer jornalismo na Rádio Carijó, em homenagem aos índios da nossa região.

Portanto, quero fazer um convite a todos os deputados que estão nos seus gabinetes ouvindo-nos, àqueles que estão-me assistindo de algum lugar para que na segunda-feira, às 15h, juntamente com os deputados federais, senadores e pessoas interessadas no problema, tenhamos uma reunião para tratar do assunto. Mas não uma reunião ideológica, porque o PT está fazendo isso ou o PSDB está fazendo aquilo. Não é isso. Terá que ser uma reunião cuja objetivo principal é a solução do problema de pessoas que não têm partido político, mas, sim, a sua terra como legítima. É isso que nós precisamos discutir.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Acho que v.exa. traz um problema histórico no Brasil, que é o direito à terra. E quando falo em direito à terra, penso que temos duas ou três posições presentes na sociedade democrática. Uma, é o direito dos índios à sua terra. Eles têm direito, sim, e quem está em cima das suas terras tem que ser retirado; outra posição é o direito do colono que de boa-fé comprou, escreveu e construiu a sua história. Então, temos que pensar no direito desses dois sujeitos históricos, dessas famílias, desses índios, desses agricultores e buscar uma solução.

Eu queria partilhar dessa tese com v.exa. para que, de forma democrática, possamos construir uma saída tanto desse nosso governo quanto do anterior, que já encontrou dificuldades em lidar com esses

conflitos. Quero somar-me à preocupação de v.exa., mas nessa tese de que os dois têm direito e nós temos que garantir isso aos dois.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Só para complementar e terminar esta fala, sr. presidente, quero agradecer sobremaneira ao deputado Pedro Uczai e convidá-lo para participar da reunião no plenário, na segunda-feira, às 15h, pois s.exa. tem grande conhecimento sobre o assunto e poderá colaborar para acharmos uma solução para o problema.

Era isso que eu queria dizer, sr. presidente, e v.exa. é também um dos nossos convidados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Quero agradecer as palavras de v.exa. quando se referiu ao meu aniversário e desejar que também tenha muita felicidade.

O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, aniversariante, queremos também parabenizar v.exa., em nome da nossa bancada, desejar-lhe muita saúde, muita energia, muita força e muita luta em favor do povo catarinense, principalmente do povo oeste. Ocupo esta tribuna para falar sobre dois temas que se revestem de uma importância fundamental. O primeiro deles é sobre os Projetos de Lei Complementar n.º 0013 e o 0014, que tratam da municipalização da educação.

Deputado José Natal, v.exa. que está neste momento liderando a base do governo, sabe que o próprio deputado Marcos Vieira ouviu as lideranças da região oeste, da região serrana, os prefeitos, os vice-prefeitos, os vereadores, os secretários municipais de Educação, os educadores e sentiu que a ampla maioria é contra a municipalização.

Esse movimento de municipalização é um contra-senso neste momento histórico em que estamos discutindo, nas conferências municipais, regionais e na conferência estadual e nacional, a nacionalização do debate da educação; a ampliação das responsabilidades dos governos estaduais e do governo federal; a universalização do direito à educação infantil; o direito ao ensino fundamental, inclusive, para jovens e adultos que não tiveram, na idade normal, condições de estudar; o direito de universalizar o ensino médio e de, quem sabe um dia, em uma década, duas décadas, constituir o direito universal de fazer e cursar um ensino superior. Mas o governo do estado, de forma irresponsável, lava as mãos e transfere aos prefeitos a responsabilidade de oferecer educação infantil e ensino fundamental, esse mesmo ensino fundamental que LDB diz ser responsabilidade dos municípios e dos governos estaduais.

Em Santa Catarina ainda há resquícios de neoliberalismo, que já entrou em crise no mundo, com relação à falta de responsabilidade com as políticas públicas, inclusive a da educação. Se o governo do estado não quer assumir responsabilidade com a educação, qual será o futuro de Santa Catarina? Nós queremos que o governo do estado discuta qual é a sua responsabilidade, deputado Nilson Gonçalves, com o ensino infantil dos diferentes municípios, inclusive o de Joinville. Se lá 22% estão municipalizados, fica a pergunta: e os 78% das crianças que não estão na educação infantil, qual é a

responsabilidade do município para atingir essa meta? Até porque a criança que estiver hoje com dois anos de idade e não tiver acesso à educação infantil, daqui a cinco anos não adiantará mais. Ou seja, qual será a responsabilidade dos municípios e do governo do estado em universalizar a educação infantil, o direito à educação infantil, não só àquelas que estão na sala de aula, mas àquelas que não estão e que possuem o mesmo direito? Caso contrário é privilégio, porque se uma parte tem e outra não tem, isso é privilégio e não direito.

Srs. deputados, como garantir o direito universal à educação infantil? Qual é a responsabilidade do governo do estado? Ele está lavando as mãos! Qual é a responsabilidade do governo do estado em oferecer educação fundamental aos jovens e adultos que não tiveram condições, na idade normal, deputado José Natal, de estudar? Quantos jovens e adultos que moram em São José, aqui na Grande Florianópolis, em Biguaçu ou em Palhoça saíram do interior e não tiveram o direito de fazer o ensino fundamental? Quantos trabalhadores do Paraná se deslocaram para a cidade de Joinville e não tiveram o direito de cursar o ensino fundamental, pois o governo do estado não está nem aí para esse problema da universalização do ensino fundamental?

Por isso, queremos que o estado retire o projeto da municipalização. Isso traz insegurança para os professores, para os nossos educadores da rede estadual, que precisam sentir-se motivados. Os nossos educadores não querem ser municipalizados, não querem insegurança, porque quando falam em municipalização é mais um motivo de insegurança. Muitas questões ficam sem resposta: qual será o destino, o futuro, dos nossos professores? Como ficará a regência de classe? E o salário? Como vai ficar a política de cargos e salários?

Não estou aqui criticando prefeitos, pois também fui prefeito, mas as prefeituras possuem um limite na destinação de uma política pública de universalização. O Brasil precisa atingir seis pontos em média na avaliação, e hoje tem quatro. Então, em dez anos precisamos reduzir a jornada de trabalho; o professor tem que fazer pós-graduação, mestrado e doutorado; precisa ter tempo para estudar e tempo para ensinar; precisa ter 20 horas em sala de aula e 20 horas para pesquisar, para estudar. É essa a direção!

Um professor da universidade federal que começou em Chapecó no mês de março terá uma carga de 40 horas e vai ensinar na sala de aula quatro, oito e até 12 horas, o tempo restante vai fazer extensão, pesquisa, vai estudar. E por mais boa vontade que tenham os novos prefeitos, independentemente de partido político, não terão condições de dar uma resposta a médio e longo prazo na universalização da educação infantil e do ensino fundamental.

Então, temos que nacionalizar, federalizar, ampliar os recursos do PIB, da produção da riqueza deste país para a educação. Eu quero ver mais escolas técnicas federais e mais universidades estaduais em Santa Catarina! Quero ver mais universidades públicas no estado, inclusive do governo federal. É nessa direção que temos que caminhar e não para a municipalização!

Deputado José Natal, a municipalização que o município de São José fez é o maior escândalo do ponto de vista estratégico, pois chegou a municipalizar e construir uma universidade pública! Parece ideal e parece um bom discurso, mas o município não atendeu ainda o ensino fundamental e nem a educação infantil! Esse movimento está na contramão da

história, por isso precisamos nacionalizar, federalizar! Os países que deram avanços qualitativos na ciência, na tecnologia e na educação foram os que pensaram em salário, em formação, em decência para a educação!

Por isso, deputada Ana Paula Lima, a Furb quer-se federalizar, assim como a Uniplac quer tornar-se pública, assim como nós construímos uma nova universidade federal na nossa região. Agora o governo quer negar a sua responsabilidade com o ensino fundamental, quando ainda nem conseguimos universalizar a educação infantil! Pergunto: como os nossos municípios, como os prefeitos vão dar conta?

Então, quero dizer que esta não é uma questão partidária ou ideológica, mas uma questão que os estados e o governo federal têm que discutir, ou seja, a educação neste país. Não se pode deixar esse encargo para as prefeituras, que já possuem tantas responsabilidades com a educação.

Se São José universalizar a educação, o ensino fundamental, inclusive para aqueles que não têm idade normal, quero ver continuar garantindo a universidade pública e gratuita. Haverá dificuldade!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Quero dizer a v.exa. que a universidade pública e gratuita de São José não tem nada a ver com esse projeto de lei, não tem nada a ver. Continua lá a universidade, eu a defendo, assim como muita gente também defende, apesar de algumas dificuldades.

Quero dizer ainda a v.exa. que esta Casa está tratando essa situação com muita maturidade, tanto é que, por uma solicitação da maioria dos srs. deputados, o que aconteceu? Nós começamos a ouvir os prefeitos, os professores, todos os envolvidos no processo. Houve um período em que foram suspensas as audiências públicas em virtude do problema da gripe A, mas a Casa está-se movimentando.

Mas vamos colocar a questão do ensino médio. Tenho certeza absoluta de que se a educação feita pelo governo do estado é boa, o município, tendo recurso, fará, com certeza absoluta, um bom ensino médio também. Tudo envolve recurso e estrutura. O estado diz que repassará os recursos e a estrutura, mas devemos dizer que esta Casa foi realmente prudente em não ter aprovado ainda os projetos, como também em ouvir todos para depois emitir a sua posição.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Nilson Gonçalves, infelizmente o meu tempo está acabando.

Mas quero encerrar, deputado José Natal, dizendo que não se trata somente de discutir a qualidade em curto prazo ou passar a responsabilidade e os recursos financeiros para os municípios. Temos que discutir um projeto de desenvolvimento para o estado. Nós queremos discutir que Brasil queremos, que nação queremos e não só que municípios queremos. E é nessa direção que vamos construir a educação com qualidade, transformando este país e transformando os municípios.

Não queremos uma reversão a esse movimento nacionalizador. Esse movimento do estado catarinense é retrogrado, reacionário, conservador, atrasado e não resolve o problema da educação neste país. É preciso construir a nacionalização, com o aumento da responsabilidade dos estados. Santa Catarina não pode lavar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares, funcionários desta Casa, todos aqueles que nos acompanham pela TVAL e também pela nossa Rádio AleSC Digital.

Gostaria de registrar que a Assembleia Legislativa teve a oportunidade de receber a dra. Priscila, promotora de Justiça do estado de Santa Catarina, que faz parte do Fórum de Combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil, que, preocupada, veio pedir apoio à comissão de Direitos Humanos e à Presidência desta Casa, para que no dia 24 de setembro, que é o Dia Estadual de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, possamos unir as nossas forças com toda a sociedade.

Então, venho pedir - e tenho certeza de que o nosso presidente e os demais parlamentares não irão opor-se a este pedido que não é apenas do Ministério Público, mas é da sociedade catarinense, para sermos a voz de milhares e milhares de crianças e adolescentes abusadas sexualmente quase todos os dias, que têm medo de relatar esse tipo de violência, que infelizmente ainda acontece no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Mas venho, sr. presidente e srs. deputados, novamente à tribuna, na tarde de hoje, para falar de um assunto que infelizmente não é novidade para nós, mulheres, que é a violência contra a mulher. Eu acredito que nós temos que repensar as nossas ações como mulheres e homens. O que queremos para o nosso futuro, para as futuras gerações? Um estado mais violento? Um país mais violento? Um mundo mais violento?

Eu, que sou cristã, acredito que estamos de passagem nesta vida e a nossa passagem tem que ser da melhor forma possível, principalmente no combate a qualquer tipo de violência e no respeito ao ser humano. E falando em respeito, eu não poderia ficar calada, srs. parlamentares e povo catarinense, diante da violência que ainda se comete contra as mulheres no estado de Santa Catarina.

O nosso estado acumula casos de violência em que as mulheres perdem a vida geralmente nas mãos de ex-companheiros, que ao verem contrariados os seus interesses de posse - porque parece que quando casamos ou quando convivemos com um companheiro existe o sentimento de posse - partem para a violência física. Ninguém é dono de ninguém! Acho que deve haver respeito dos homens para com as mulheres e das mulheres para com os homens, porque esse sentimento de posse tira a vida das nossas mulheres, de muitas mães, de muitas trabalhadoras.

(Passa a ler.)

"Ao que tudo indica, esse foi mais um caso de violência na cidade de Florianópolis, no último sábado. Uma mulher, Regina Aparecida da Mota, 35 anos, foi atingida por 11 tiros dentro da loja de conveniência do posto de gasolina no Campeche, no qual trabalhava. Segundo notícias divulgadas, o ex-marido, inconformado com a separação, porque achava que era dono da ex-mulher, é o principal suspeito. Como em muitos episódios de violência, também nesse caso o ex-marido estaria com determinação

judicial para não se aproximar de Regina. E também nessa história, a vítima já havia registrado inúmeros boletins de ocorrência por causa das ameaças que vinha recebendo constantemente."

Aqui fica um ponto de interrogação: o que fizeram as nossas autoridades policiais para defender essa vida? Para defender essa moça que vivia ameaçada constantemente, que denunciava isso constantemente? Qual tipo de proteção teve a Regina? Mais uma vítima, diante de todas que já pagaram com a vida ou aquelas que são espancadas constantemente em suas casas.

(Continua lendo.)

"Senhoras e senhores, vejam a gravidade desse crime! E mais grave ainda é constatarmos que foi mais uma mulher que procurou a autoridade policial pedindo proteção em vão. E não adiantou nada, foi mais uma morte.

Como representantes do povo catarinense nesta Casa não nos cabe somente lamentar as perdas, as tragédias e as violências. Temos, sim, que nos solidarizar com as famílias, mas a nossa atribuição é muito maior do que essa."

Por isso, uma das minhas missões nesta Casa é encorajar mais mulheres a participar do processo eleitoral, porque quando entramos no processo eleitoral mudamos a nossa vida, e se mais mulheres participarem desse processo, que é decisão de poder, poderemos mudar a vida de muitas mulheres e de muitos homens, porque estamos mais preocupadas com a coletividade, com a família, com o ser humano, com a nossa criança e com o nosso adolescente. E nós precisamos unir forças para que isso aconteça.

(Continua lendo.)

"É urgente tomarmos medidas para implementação de mecanismos de estado que coibam essa violência, que punam exemplarmente os agressores e que previnam esses acontecimentos. A sociedade espera essa resposta do estado. Não há mais espaço para justificativas pela não instalação, por exemplo, de casas abrigo para mulheres vítimas de violência, que irão resguardar não só a mulher, mas seus filhos."

Infelizmente, o estado e Santa Catarina, se não me falha a memória, possui somente duas casas abrigo, uma na cidade onde residio, Blumenau, e outra em Joinville. Os outros municípios não possuem ainda casas abrigo para as mulheres vítimas de violência e seus filhos.

(Continua lendo.)

"A Secretaria Nacional Especial da Mulher dispõe de recursos para este fim, para a manutenção e construção de casas abrigo, mas precisa de uma iniciativa, não só do governo do estado, mas dos governos municipais, para que cada município possa ter essa casa abrigo, que é uma forma de proteção às mulheres e também aos seus filhos.

Também precisamos urgentemente dos juizados especiais, das delegacias de proteção à mulher com atendimento especializado em todas as regiões."

Infelizmente, as delegacias instaladas no estado de Santa Catarina ainda não possuem pessoal preparado, não são todas. A mulher chega para denunciar e às vezes até existem funcionários que perguntam: "O que você fez para apanhar?" Isso é pergunta que se faça? A mulher quando chega a esse estágio já está muito traumatizada e receber esse tipo de indagação é inconcebível!

Por isso precisamos, sim, que todos os parlamentares integrem essa cruzada para que nós possamos resolver essa questão.

Infelizmente, o governo do estado não implementou a lei. Há 20 anos que estamos lutando para isso e precisamos implementá-la. Foi sancionada pelo presidente da República a Lei Maria da Penha, que representa um marco de proteção aos direitos das mulheres brasileiras. E por essa fragilidade das políticas públicas em nosso estado é que não podemos ficar de olhos fechados, não podemos mais admitir como parlamentares. Nós temos que cobrar um posicionamento do governo estadual, das nossas autoridades, principalmente, deputado Moacir Sopelsa, do nosso governador, do nosso secretário de Segurança Pública, para que isso seja sanado de uma vez por todas.

Sr. presidente, na semana passada eu estive representando a Assembleia Legislativa em Brasília, no encontro de deputadas estaduais, federais e senadoras, e marcamos o nosso posicionamento de que o estado de Santa Catarina e os demais estados da federação têm que fazer a assinatura do pacto que dá proteção a todas as mulheres. Foi também feita uma moção de repúdio à revisão do processo penal que está no Congresso Nacional, pelo qual vamos perder muito, principalmente em relação à Lei Maria da Penha.

Dessa forma eu também não poderia deixar passar esse dia, onde mais uma mulher, mais uma Regina, mais uma Maria, mais uma Joana, mais Anas, mais Teresas são agredidas. A Regina pagou com a sua vida, infelizmente, por incompetência, por falta de preparo ou por descaso das nossas autoridades em dar proteção a essa mulher que fez inúmeras denúncias e nenhuma foi acatada.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, eu não irei calar-me enquanto esse problema não for sanado no estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Inscrito para falar o sr. deputado Professor Grando, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, deputado Pedro Uczai, quando os encargos são passados para os municípios, mas não os devidos recursos, isso não é municipalização, isso é prefeiturização! É o que nós combatemos. A municipalização é um termo que prevê parcerias dos entes federados, o município, o estado e o governo federal. Por quê? Porque o problema da educação deve ser resolvido de forma conjunta.

Antigamente, muitos dos encargos sociais eram assumidos de forma paternalista através da LBA, que foi extinta, ou de qualquer órgão social do governo federal; depois, passaram os encargos para os municípios, mas não os recursos devidos e a corda novamente arrebentou lá na ponta. Daí a necessidade de mudar para ter um pacto federativo, a descentralização verdadeira entre os entes federados. Não se trata de competição entre as esferas municipal, estadual e federal, mas o que as três juntas têm para apresentar como solução para os problemas.

É triste, sim, ainda não termos solucionado em muitos municípios a questão do ensino infantil, porque é ali, naquele momento, que temos o ser humano, o futuro a ser moldado. E falo isso porque quando fui presidente da Alics, no final dos anos 70 e início dos anos 80, batalhamos pela Lei n. 5.692. Lembre-se dessa lei, deputado Pedro

Uczai, a Lei Calmon, que determinava que 25% de tudo o que município arrecadava tinha que ser aplicado em educação? Muitos prefeitos, no início, aplicaram a lei, cresceram de forma gradativa. Outros, começaram a dizer que estava sobrando dinheiro, mas tinham que o gastar. Não se discutiram a realidade e as mudanças a serem efetuadas.

Portanto, temos que discutir, sim. E este é o motivo da realização das audiências públicas: discutir os dois projetos que o governo do estado encaminhou a esta Casa. Um projeto se refere mais especificamente à educação infantil; o outro já traz um problema, quem levar para o município o primeiro e segundo graus.

Então, essas discussões é que nos animam a ser parlamentar, discutir as idéias e propor soluções. Eu não estou preocupado em ser contra o projeto do Poder Executivo, mas quero chamar a atenção para uma solução conjunta porque é possível e esse é o papel desta Casa. Isso aqui não é um cartório que carimba tudo, não! Temos o dever de apresentar emendas, de discutir, e vamos começar a fazer a verdadeira política através das audiências públicas.

Então, queremos deixar aqui bastante claro: a prefeiturização, ou seja, simplesmente passar os encargos para os municípios sem os recursos devidos, nós combatemos. E não somente na educação, mas na assistência social e na saúde, porque problemas tão importantes têm que ser equacionados pelos três entes federados, de forma constitucional.

Todos diziam que a Lei Calmon destinando 25% dos recursos do município para a educação iria resolver o problema. Alguns municípios realmente resolveram a questão, outros não. Temos visto o que está acontecendo. Existem municípios que têm até transporte, têm ônibus, e o aluno do ensino estadual aproveita a carona; por aproveitar a carona do município, já querem que a escola de segundo grau passe a ser municipal. Calma aí! Vamos passo a passo, ninguém está-se omitindo, mas vamos solucionar esse problema e oportunizar o ensino de forma universal e com qualidade.

Sr. presidente, quando prefeito de Florianópolis fui presidente da Associação de Municípios da Grande Florianópolis e enfrentei uma greve da empresa que transportava o lixo. Era um contrato feito no governo anterior, antes de eu assumir. Não era greve, era *dumping*, porque era uma greve patronal. A empresa se negou a transportar o lixo, queria aumentar o preço da tonelação. Eu não cedi à pressão e o lixo ficou amontado na cidade, causando um problema de saúde pública. Declarei calamidade pública! Fui pedir ajuda ao governo do estado, mas ninguém podia fazer nada. Por quê? Porque o aterro sanitário em que Florianópolis colocava o lixo ficava em outro município, e o governo do estado não podia interceder. O que fazer? Ah, a situação poderia ser resolvida se existisse a região metropolitana. Se houvesse uma região metropolitana o governo do estado poderia intervir em caso de calamidade pública e apresentar a solução.

Levamos um ano e meio, mas conseguimos, no governo Paulo Afonso, com todos os prefeitos da região conurbanizada, aprovar a criação da região metropolitana. Veio o projeto a esta Casa e o deputado Adelar Vieira incluiu as regiões de Joinville, Blumenau, Tubarão e outras regiões. E hoje, por um paradoxo, a única região metropolitana que existe é a de Chapecó, porque ao extinguí-las, o atual governo se esqueceu de Chapecó. Agora estamos retomando, claro que com outros parâmetros, porque não podemos perder recursos de saneamento, por exemplo, cujo planejamento é conjunto. A baía é lá; se a baía é poluída, vem de Tijucas até Paulo Lopes, é a mesma corrente marítima, então todos os municípios têm que estar juntos.

Mas não é só na questão do aterro sanitário e do esgoto, é também na questão do transporte coletivo. E o governo federal, de forma coerente e correta, envia recursos para onde existe região metropolitana, porque ali é que está a maioria da população e é preciso amenizar os problemas.

Então, nós estamos aguardando que esse projeto venha a esta Casa, para não perdermos esses recursos do governo federal que se destinam às regiões metropolitanas. Estava muito bem encaminhada essa questão. E temos que retomá-la. Inclusive, éramos prefeito de Florianópolis na época em que apresentamos ao governo a solução.

Não adianta termos uma empresa coletando lixo em São José, outra em Palhoça, outra em Santo Amaro da Imperatriz e outra em Florianópolis. Devemos fazer somente um aterro sanitário, até em função do meio ambiente, do aquecimento global. Ou seja, precisamos de uma solução conjunta, porque é dinheiro público que deve ser economizado para ser revertido em prol da população.

Precisamos considerar o problema de habitações, por exemplo, a questão do escoamento, do transporte marítimo, o problema da edificação. E como sou dessa região, defendo mais do que nunca que isso venha de forma urgente. Tanto que na sexta-feira fui à abertura da Exponáutica, deputado José Natal, e confesso que me surpreendeu - eis que fizemos o primeiro transporte marítimo com cooperativas - a tecnologia usada, o *design* aplicado, dos melhores do mundo. E com as empresas que lá estão expondo até já estamos concorrendo com o Rio de Janeiro em termos de qualidade, de quantidade.

Quem for a Biguaçu não acreditará que o que está exposto é produzido em Santa Catarina, pelo nosso carpinteiro naval, formado na prática, com tecnologia passando de pai para filho. Então, por que não fazer uma escola técnica, deputado Pedro Uczai, para engenharia naval? Por exemplo, em Barra do Sul, são feitos todos os barcos que fazem a travessia de Paranaguá para a Ilha do Mel.

Nós temos um dos grandes produtores de embarcações de pesca no país. É o que precisamos? Chamar o Senai, o Sebrae, todas as forças vivas, as escolas técnicas e criar uma escola que interprete um desenho, um *design*, que faça um trabalho de carpintaria naval aproveitando as nossas baías e aproveitando o que vem há séculos da cultura portuguesa e açoriana.

É esta a minha proposta: uma escola técnica para a carpintaria naval, para que realmente os filhos daqueles que vêm construindo, que aprenderam com os seus pais, tenham mais conhecimento técnico.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado, esse assunto trouxe-me à memória uma usina de lixo que compraram aqui e que foi para São José, mas que até hoje não funcionou. Ou seja, por causa da falta de uma região metropolitana a usina se deteriorou. E naquela época uma usina custava uma fortuna.

O prefeito Germano Vieira foi o único prefeito que começou a usá-la no município de São José. O prefeito Germano Vieira disse que não queria saber de quem era, mas que iria utilizar para fazer algum tipo de reciclagem, algum tipo de adubo. Enquanto ele foi prefeito, só funcionou para São José, porque Florianópolis não conseguiu legalmente levar o seu lixo para lá. Depois as vaidades pessoais voltaram, a usina se deteriorou em São José e milhões e milhões de dólares foram perdidos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica a pauta da sessão ordinária do dia 9 de setembro de 2009:

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0156/2009;

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s: 0018/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0029/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 0080/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0085/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 0092/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio; 0101/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0121/2008, de autoria do deputado Darci de Matos; 0230/2009, de autoria da deputada Angela Albino; e 0238/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0094/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0167/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0211/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0215/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0249/2009, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0276/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0255/2009, 0295/2009, 0328/2009 e 0329/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0009/2008, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0220/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0284/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e 0629/2007, de autoria da deputada Ada De Luca.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença de comitiva de Otacílio Costa.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ressalta a insegurança que ronda também as pequenas

idades de SC; solidariza-se com os catarinenses atingidos pelo tornado.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Parabeniza os administradores pelo transcurso do seu dia; externa seu apoio à PEC que cria a carreira de administrador nas prefeituras municipais.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Defende a ascensão funcional dos servidores que concluem o nível superior.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Parabeniza administradores e médicos veterinários pela passagem do seu dia.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda o projeto que estabelece novos critérios para segurança das lotéricas e agências dos Correios; posiciona-se acerca da tramitação do projeto que cria o piso mínimo regional.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Coloca a posição da bancada do PSDB referente ao projeto que cria o piso mínimo regional.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Aborda o projeto que cria o piso mínimo regional e o que

estabelece novos critérios para segurança das lotéricas e agências dos Correios.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se ao Dia do Médico Veterinário; defende a pecuária leiteira no estado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Justifica sua proposição e enfatiza que os pequenos e médios empresários do setor lotérico não podem ser onerados.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Explica que sua proposta visava garantir segurança aos usuários dos serviços das lotéricas e agências dos Correios e não trazer problemas para o setor.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Exige o cumprimento do acordo feito na comissão de Economia, que definia a presença do Executivo nas negociações de reajuste salarial.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Manifesta-se favorável ao projeto original encaminhado pelo governo do estado.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Analisa os problemas enfrentados pelo planalto norte catarinense.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Externa esperança de que até o final de 2010 esteja concluída a licitação da duplicação da BR-280.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Manifesta-se favorável à proposta original do piso com a emenda que inclui o governo na negociação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reitera convite para reunião sobre a demarcação de terras indígenas.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Aborda o projeto do piso salarial; discorre sobre projeto de sua autoria que proíbe que nas universidades públicas um aluno ocupe simultaneamente duas vagas.

Ordem do Dia

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serviço de segurança nas casas lotéricas e agências dos Correios.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0288/2009.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC; pede a suspensão da sessão por 15 minutos.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Informa que a autoria da emenda na comissão é do deputado Sílvio Dreveck.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Pede à Presidência que coloque ao colégio de líderes a sugestão de suspensão da sessão.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Manifesta-se contra a suspensão da sessão.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Apela ao deputado José Natal que reconsidere sua decisão.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Mostra-se favorável à suspensão da sessão.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Registra a presença da secretária Dalva De Luca Dias.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Exalta a participação do PDT na construção do projeto do salário mínimo regional.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Reafirma sua posição a favor da emenda do deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Afirma desconhecer a articulação da secretária Dalva Dias com o Parlamento.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Ressalta que Olívio Dutra foi o primeiro governador a implantar o piso salarial regional.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Expressa sua posição sempre ao lado do trabalhador catarinense.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Cobra o cumprimento do acordo feito pelo deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Discute o PLC 0030/2009, que institui pisos salariais para os trabalhadores de SC.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Pede esclarecimentos acerca da votação das emendas ao PLC 0030/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Antes disso, esta Presidência quer registrar a presença dos srs. vigilantes que se

encontram no Poder Legislativo, dos representantes de lotéricas do estado de Santa Catarina, dos representantes da CUT e das federações.

A Presidência quer saudar todos e desejar que os trabalhos ocorram na mais perfeita harmonia, para que possamos sair com votações que engrandecem este Poder.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas quero registrar a presença de todos os trabalhadores e empresários que se fazem presentes, ao mesmo tempo em que quero cumprimentá-los.

Registro também a presença de uma comitiva que vem de Otacílio Costa, na pessoa do vereador e secretário da Agricultura, Luiz Oliveira, e do vice-prefeito João Pedro Velho, o popular Tibúrcio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência também quer fazer o registro de que o deputado Padre Pedro Baldissera se encontra no oeste de Santa Catarina ajudando os desabrigados do município de Guaraciaba.

Recebi uma ligação do vereador Vandecir Dorigon dando conta de que foi aberta uma Conta Corrente no Banco do Brasil, n. 40.000-9, Agência 13.88-9, com o nome de SOS-Guaraciaba. Eu prometi a ele que faria a divulgação em plenário, para comunicar a todos os deputados e às pessoas que nos honram com a sua audiência, através da TVAL e da Rádio Aleesc Digital, que essa conta foi aberta no Banco do Brasil. Repito, c/c 40.000-9, ag. 13.88-9, SOS-Guaraciaba. Essa conta corrente foi aberta para receber doações de quem quiser e puder ajudar, no sentido de minimizar um pouco o que aquela população está passando.

Srs. deputados, nobres visitantes, já estão sendo tomadas providências pelo governo do estado, pelo governo federal. O deputado Padre Pedro Baldissera, inclusive, está lá. E pedi a ele que representasse a Assembleia para ver o que podemos fazer para aliviar o sofrimento daquelas famílias. Infelizmente, tivemos a morte trágica de algumas pessoas, mas materialmente, naquilo que pudermos ajudar, não tenho dúvidas de que o Parlamento se fará presente.

Feito o registro, com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que lotam as galerias da nossa Assembleia Legislativa e tantos outros que não puderam entrar pelo pouco espaço que temos, mas que nos acompanham pelos telões, tenho certeza de que especialmente hoje milhares de outros catarinenses, deputado Genésio Goulart, acompanham-nos ao vivo neste momento, através da TVAL e da Rádio Aleesc Digital, em função dos projetos sobre os quais vamos deliberar hoje, que trazem tantos de tantas regiões do estado para esta Casa.

Aqui vamos discutir, debater e defender o nosso ponto de vista no momento adequado. Por isso, neste horário de Breves Comunicações, deputado Sargento Amauri Soares, quero trazer outros assuntos, porque a partir da Ordem do Dia vamos debater especificamente o projeto do salário mínimo regional.

Quero saudar os nossos vereadores Valtênir José de Mattia, Silvíno Morelli e Edgar

Preiss, que vieram de Nova Veneza para acompanhar a nossa sessão do dia de hoje, além de tantas outras lideranças que já vi aqui, de diversas regiões do estado.

O assunto que trago, deputado Sargento Amauri Soares, é o velho problema da insegurança que cresce a cada dia em Santa Catarina. E o relato que quero fazer hoje, deputado Lício Mauro da Silveira, dá conta do avanço do crescimento da violência e da insegurança já nas pequenas cidades.

Deputada Ana Paula Lima, a pequena, a pacata cidade de Treze de Maio, cidade da minha região, de um povo extremamente ordeiro, trabalhador, simples, que v.exa. bem conhece, deputado Genésio Goulart, dificilmente figurava, aparecia, nas páginas policiais com incidentes do porte que vimos na quinta-feira e infelizmente repetido na noite de ontem.

Na quinta-feira à noite, o empresário Laércio Menegaz, com a sua esposa, que é funcionária da Caixa Econômica Federal de Criciúma, foram abordados por dois marginais, na velha estratégia do uso da motocicleta, deputado Ismael dos Santos, que está virando o principal instrumento dos criminosos agirem com mais rapidez na nossa região.

Por isso, acho que vamos ter que retomar o assunto da identificação de capacetes. E daqui a pouco não sei se não vamos ter que partir para aquilo que outros países da América do Sul já fazem, ou seja, radicalizar na identificação.

Somente na cidade de Tubarão, neste ano, deputado Genésio Goulart, seis pessoas morreram quando foram alvejados por motociclistas. E até agora não se tem ainda notícias, à exceção de um caso, de quem praticou aqueles crimes. Sempre é a mesma estratégia: motoqueiro, com caroneiro, dispara a sua arma e acaba tirando vidas sem explicação.

Na quinta-feira à noite houve essa tentativa de assalto em que o empresário Laércio Menegaz por pouco não perdeu a vida. Graças a Deus, numa intervenção rápida do dr. Luiz Fernando e do prefeito de Tubarão, dr. Manoel Bertoncini, que depois de muito tempo voltou a assistir uma cirurgia, conseguiram retirar a bala e salvar-lhe a vida. Ele está no hospital ainda, mas deverá retornar breve às suas atividades.

Ontem, duas senhoras na pequena comunidade de São Sebastião, no município de Treze de Maio, tiveram a residência invadida e também foram vítimas, deputada Ana Paula Lima - agora está acontecendo nas pequenas cidades -, dessa violência que cresce desesperadamente em Santa Catarina.

Não se lê e não se encontra, por parte da secretaria da Segurança Pública, nenhuma explicação plausível para esse crescimento. O que se continua vendo, deputado Lício Mauro da Silveira, é o secretário e candidato Ronaldo Benedet cada vez numa campanha mais intensa por todo este estado, cada vez mais viaturas sendo trocadas, deputado Moacir Sopelsa, por votos, por apoios e cabos eleitorais. É a partidarização da polícia e da segurança de Santa Catarina.

Deputado Ismael dos Santos, tenho uma proposta de emenda constitucional tramitando nesta Casa que precisa andar. Nós não podemos mais viver essa situação de políticos comandando polícia. Isso não dá certo! Essa é a fórmula do fracasso! Não dá para misturar segurança com interesse pelo voto, deputado Genésio Goulart. Não dá certo isso. Segurança, polícia, tem que ser comandada por polícia! Não dá para misturar esses interesses. Quem tem interesse no voto não pode comandar uma instituição que tem a

obrigação de manter a tranquilidade e a segurança das pessoas.

Deputado Sargento Amauri Soares, cada semana mais os nossos discursos intensificam-se. E cada vez mais vê-se aquele que deveria ser o principal agente da segurança dos catarinenses agindo apenas em favor da sua campanha de deputado federal. Até quando o governo vai fazer de conta que nada acontece, deputada Ana Paula Lima? Até quando vamos assistir a esse uso descarado da máquina da segurança para fazer política, ao invés de cuidar da segurança da gente catarinense? Não dá mais! Esse negócio vai explodir! A família catarinense está assustada e não suporta mais esses índices elevados de violência, agora já nas pequenas e pacatas cidades deste estado.

Até aqui, deputado Lício Mauro da Silveira, assustavam-nos os índices de crescimento da violência na Grande Florianópolis, Joinville, Blumenau e Chapecó. Aliás, em Chapecó as próprias entidades, as forças vivas da comunidade, já se dirigiram a sua excelência, o governador, pedindo providências, pedindo a despartidarização, pedindo a despolíticação do comando da Segurança Pública de Santa Catarina. Mas não tem jeito, deputado Lício Mauro da Silveira, parece-me que o governo não consegue ouvir. Eu não sei o que mantém esse homem cada vez mais forte no comando da Segurança Pública, enquanto a insegurança e a violência crescem a cada dia em Santa Catarina. Eu não vou cansar de bater nessa tecla, porque é preciso que o governo acorde, deputado Dirceu Dresch, para o crescimento da violência em nosso estado que preocupa cada vez mais a família da gente catarinense.

Quero também, nesse momento de dor dos nossos irmãos, especialmente do extremo oeste, deputado Jorginho Mello, fazer menção a uma manifestação de solidariedade que queremos endossar. O nosso companheiro deputado Padre Pedro Baldissera desde ontem não comparece às nossas atividades e sabemos por quê. Ele, que teve a possibilidade de dirigir, deputado Antônio Aguiar, os destinos da cidade de Guaraciaba por seis anos consecutivos como prefeito, certamente deve estar acompanhando de perto a dor dos seus conterrâneos, a dor dos nossos irmãos de Guaraciaba e de diversas outras regiões de Santa Catarina.

Sinceramente, deputado Jorginho Mello, fico feliz por saber que foi aberta uma conta especificamente para atender aquela gente de Guaraciaba e certamente de outros municípios da região, porque os nossos irmãos do vale do Itajaí, deputado Kennedy Nunes, vítimas das enchentes do ano passado, continuam ainda em abrigos, deputada Ana Paula Lima, porque até aqui, passado quase um ano da tragédia do vale, não tivemos ainda a ação efetiva do governo para atender aquelas pessoas que continuam em abrigos.

Eu espero que o mesmo não ocorra com os nossos irmãos do oeste catarinense, e por isso quero solidarizar-me, neste momento, com a dor de tantas famílias do oeste catarinense por essa tragédia que, infelizmente, continua assustando o extremo oeste de Santa Catarina, especialmente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares, não poderia, nesta tarde de 9 de setembro - e até quero trazer ao conheci-

mento de todos que sou formado em Administração de Empresas, com pós-graduação em Administração Pública -, dia em que se comemoram os 44 anos da Lei Federal n. 4.769, deputado Ismael dos Santos - e v.exa. também tem essa formação -, que regulamentou o exercício da profissão de administrador, deixar de exaltar e parabenizar o trabalho feito pelos administradores neste país.

Trata-se de uma profissão que há 44 anos é regulamentada, uma profissão que vem enaltecendo este país e mostrando, efetivamente, não só na iniciativa privada, mas também na administração pública, o quanto é importante o papel do administrador qualificado, aquela pessoa que detém o conhecimento e a base legal para administrar um órgão público, uma empresa privada ou qualquer setor.

O administrador tem um papel fundamental e por isso, nesta data, no dia 9 de setembro, quando comemoramos os 44 anos da regulamentação da Lei n. 4.769, quero aqui parabenizar e dirigir esse pronunciamento a todos os administradores não só de Santa Catarina, mas também do Brasil. Parabenizo, na pessoa do sr. Jaime José Mora, presidente do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina, todos os administradores do estado.

Gostaria também de relatar a todos os srs. parlamentares, e até passando uma informação muito importante para todos nós, que hoje o estado de Santa Catarina possui cerca de 150 Cursos de Administração em 84 instituições, deputado Ismael dos Santos. Com certeza, já temos mais de seis mil administradores atuando no estado de Santa Catarina. A profissão se encontra em franca expansão. Sabe-se que a cada 100 estudantes universitários - e aí pasmem, senhores, com o número que vou trazer aqui -, aproximadamente 15 cursam Administração nas mais diversas áreas, seja de recursos humanos, seja de empresas pura e simples, seja comércio exterior ou de *marketing*. Repito: a cada 100 alunos que hoje estão na faculdade, aproximadamente 15 cursam Administração.

O Conselho Regional de Administração também contribui para aprimorar o ensino superior nessa área, mantendo, além de delegados que atuam nas diversas regiões do estado, representantes em diversas instituições de ensino de Administração.

Por isso, quero parabenizar o sr. Jaime José Mora por manter o conselho firme, forte e atuante, uma entidade que, não apenas em Santa Catarina, mas em todos os estados deste país, faz um papel fundamental pela valorização daquele que é formado em Administração, pela valorização da profissionalização e, acima de tudo, pelo cumprimento da Lei n. 4.769. Apenas no primeiro semestre deste ano o conselho visitou mais de 360 órgãos públicos e empresas catarinenses, e garantiu a abertura de mais de 200 processos referentes ao descumprimento da lei. Ou seja, é o conselho atuando de forma forte e positiva para exigir o cumprimento da lei.

Esse é o verdadeiro papel de um conselho profissional, srs. parlamentares, que faz com que aquele tempo em que o aluno fica lá na universidade estudando seja valorizado depois da conclusão do curso. O que adiantaria ser formado em Medicina, em Direito ou em Administração, acima de tudo, e não haver ninguém que cobre, efetivamente, o cumprimento da lei que regulamentou a sua profissão, que cobre que esses administradores formados possam ter os seus direitos respeitados?

Por isso, quero aqui realmente, do fundo do coração, parabenizar todos os administradores e o Conselho Regional de

Administração de Santa Catarina, que tem um papel fundamental na valorização do profissional que, tenho certeza, faz a diferença.

Gostaria de aproveitar este momento em que eu parablenho os administradores de Santa Catarina e do país, aquelas pessoas que têm a competência gerencial e legal para administrar as empresas, para manifestar o meu apoio a uma PEC - Proposta de Emenda Constitucional - que tramita no Congresso Nacional, de autoria do deputado Sandro Mabel, que institui a carreira de administrador municipal.

Hoje, srs. parlamentares, temos mais de cinco mil municípios neste país e sabemos que em muitos deles não existe uma estrutura capaz de gerenciar as necessidades do próprio município. E aí vem o papel fundamental do administrador, e é por isso que eu defendo esse projeto do deputado Sandro Mabel, que pretende criar a carreira do administrador municipal para que tenhamos naquela pequena prefeitura esse profissional, já que muitas vezes, srs. deputados, o prefeito eleito é alguém conhecido da população, mas não é alguém que tem o conhecimento de administração. E aí acabamos vendo barbaridades na aplicação dos recursos públicos.

Por isso, entendo que quando tivermos os administradores valorizados em cada município deste estado e deste país, teremos também a garantia da melhor aplicação do recurso público. Porque não é só criar a função do administrador municipal, mas, acima de tudo, é também a designação para que ele seja o grande responsável perante a Lei de Responsabilidade Fiscal, perante o Tribunal de Contas do Estado, pela aplicação dos recursos advindos dos impostos que o povo paga.

Aí, sim, vamos ter a garantia de que o prefeito não vai tomar uma decisão muitas vezes pelo achismo ou pela simples e pura vontade política dele. A decisão tem que ser tomada de forma consciente, clara, transparente, respeitando, acima de tudo, o dinheiro que o povo paga de imposto. Vamos ter a condição de exigir de cada município brasileiro uma estrutura mínima e uma condição mínima para gerenciar bem a vida da cidade.

Então, eu gostaria, nesta tarde, de forma muito carinhosa, de parabenizar novamente cada administrador e cada administradora que fazem do Brasil um país que vem crescendo graças ao empenho e ao trabalho de cada cidadão, mas também graças àquelas pessoas que cursaram a sua universidade, estudaram, dedicaram-se, muitas vezes trabalhando o dia inteiro ganhando um ou dois salários mínimos para poder pagar a sua faculdade e, justamente, ganhar o conhecimento e realizar um sonho de abrir a sua própria empresa. Muitos administradores fazem isto: trabalham dentro de uma empresa, cursam a sua faculdade e depois vão abrir a sua própria empresa ou vão gerenciar a empresa na qual trabalham, tentando buscar qualidade nos processos e serviços.

Temos certeza de que se tivermos a valorização do administrador público, como existe nas empresas, melhoraremos muito a administração pública neste país.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ouço o deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado, quero somar-me ao pronunciamento de v.exa. e dizer que muitos administradores públicos quando ingressaram no serviço

público não tinham nível superior. Mais tarde fizeram a faculdade, mas hoje continuam estagnados no nível inicial.

Eu sou da primeira turma de Santa Catarina formada em Administração e Gestão de Cidades. Para mim, pessoalmente, o conhecimento valeu, mas profissionalmente, em São José, e para tantos outros funcionários não valeu nada, pois todos continuam como funcionários de carreira comum, de nível secundário.

Quero somar-me à sua fala, pois essa é uma luta da maioria dos funcionários públicos estaduais, em todos os níveis, e também municipais. Somo-me a essa luta porque o funcionário de carreira é aquele que detém o conhecimento. O funcionário comissionado é importante, ele detém o conhecimento, mas depois vai embora e leva o conhecimento consigo. Já o funcionário de carreira, não. Eu me encontro nessa situação, tanto quanto muitos brasileiros e catarinenses e, portanto, somo-me a essa luta!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, deputado José Natal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não! Concedo um aparte ao deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Quero somente o parabenizar pelo seu dia e também fazer uma homenagem ao médico veterinário, pois hoje é o Dia do Médico Veterinário e todos nós temos um bichinho em casa.

Então, aos médicos veterinários, que hoje comemoram o seu dia, os nossos parabéns!

Obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - A todos que comemoram o seu dia, parabéns! E espero que possam ter, neste dia, deputado Kennedy Nunes, não só uma data comemorativa, mas também uma data reflexiva do seu trabalho, da sua profissão e de quanto cada um pode fazer para melhorar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, centenas, talvez milhares, de trabalhadores que estão na Assembleia Legislativa hoje, público que está também acompanhando-nos pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, vamos votar, na tarde de hoje, o projeto que estabelece que as lotéricas e as franqueadas dos Correios ficam obrigadas a contratar vigilância privada quando o estabelecimento dispuser de mais de quatro máquinas registradoras, mais de quatro quichês de atendimento ao público. E isso em contraposição ao projeto que aprovamos, inclusive por unanimidade, alguns meses atrás, dizendo que todas as lotéricas e franqueadas dos Correios precisariam contratar vigilância privada para fazer a segurança pública.

No fundo dessa questão está, evidentemente, a segurança pública no nosso estado que, como temos falado reiteradamente aqui, está muito mal e tende a piorar - e não vamos entrar agora nos motivos -, o que coloca a segurança como uma das principais preocupações da nossa sociedade.

Creemos, e como já nos posicionamos na comissão de Constituição e Justiça, que vamos votar favorável à redação aprovada

naquela comissão, em cima do consenso de que só sejam obrigadas a contratar vigilantes privados aquelas lotéricas maiores e agências franqueadas dos Correios maiores que tenham um volume de recursos maior em circulação. Portanto, um movimento também maior, um número de funcionários também maior e que tenham condições de arcar com os custos da contratação desses vigilantes.

Vamos votar a favor disso, embora entendendo a necessidade de continuar discutindo a segurança na nossa sociedade, e entendendo que é compromisso, sim, do estado, do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, a segurança da sociedade. E se houvesse uma segurança pública eficiente e forte, não precisaria haver vigilante privado nem nas lotéricas, nem nas outras casas comerciais, nem mesmo nos bancos, porque se há segurança pública nos espaços públicos da sociedade, também os espaços privados estão seguros, e essa é uma garantia. Mas como temos deficiência na segurança pública, teremos sempre, cada vez mais, infelizmente, essa demanda de contratação de vigilantes privados, inclusive para nos socorrer nas nossas casas, nos nossos bairros, nos nossos locais de moradia.

Passo à discussão do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2009, que trata do piso estadual dos salários aqui em Santa Catarina. Essa é uma luta de três anos, uma demanda histórica e concreta das centrais sindicais de Santa Catarina e dos sindicatos de base de todos os setores da classe trabalhadora no estado.

Nos últimos anos e mais intensamente nos últimos meses, foram coletadas mais de 50 mil assinaturas para que se fizesse um projeto de origem popular instituindo este salário para ingressar nesta Casa. Na reta final, também pela gestão, pelo esforço, pelo empenho da secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva Dias, junto às centrais, defendendo o assunto nas reuniões com o governo do estado, o governador Luiz Henrique encaminhou para a Assembleia o projeto no início do mês de julho, para que esta Casa o avaliasse. Foi pedido o tempo necessário para discutir e por isso não foi discutido e votado antes do recesso parlamentar, lá no mês de julho, deixando essa discussão para o mês de agosto.

Na comissão de Constituição e Justiça, no início de agosto, foi votado o projeto original, da forma como veio do governo, pois essa era a posição das centrais, ou seja, que se votasse o projeto original. E foi votado dessa forma na comissão de Constituição e Justiça, no começo do mês de agosto; depois o projeto começou a tramitar normalmente nas outras comissões, onde recebeu várias emendas. Outras emendas não foram feitas, inclusive, porque os trabalhadores das centrais estavam negociando uma proposta consensual. E nós não fizemos emenda até para não prejudicar essa negociação.

Na comissão de Economia, que é a comissão com mais mérito para discutir essa pauta, foram apresentadas várias emendas de deputados de várias bancadas. Houve duas reuniões com bastante participação de trabalhadores e, inclusive, dos setores empresariais. Fui convidado, soube da reunião, mas não participei, porque não sou membro da comissão de Economia e não iria votar. Portanto, abster-me de ir às reuniões e até de fazer emenda para não parecer que estava fazendo discurso para o plenário, para ganhar aplauso. A minha atribuição é na comissão de Constituição e Justiça e neste plenário, com relação a este projeto.

Fiquei contente, deputado José Natal, quando fui informado, na semana passada, que uma emenda do deputado Elizeu Mattos, líder do governo, havia sido aprovada

na comissão de Economia e, portanto, viria para o plenário conforme a vontade dos trabalhadores, a aceitação dos próprios empresários e a vontade majoritária e soberana da ampla maioria dos deputados estaduais na referida comissão.

Estava muito bonito para ser verdade. E eu, aqui, com as minhas teses de fazer uma leitura de uma sociedade dividida em classes, que tem interesses divergentes, estava alegre porque esta Casa chegou a um consenso. Grande engano, porque aos 00h47 do segundo tempo a decisão consensual dos trabalhadores e dos próprios empresários, na semana passada, foi subvertida. Aos 00h47 do segundo tempo, voltando para a comissão de Constituição e Justiça, já que fora alterado o relatório, ao invés de avaliar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposta aprovada majoritariamente na comissão de Economia, o relator desprezou a vontade soberana da comissão de Economia e fez um relatório baseado numa das emendas que atendia o interesse de um dos setores minoritários da sociedade catarinense.

Nós entendemos que houve, na comissão de Constituição e Justiça, da qual faço parte, um golpe na vontade, na discussão, no empenho das centrais sindicais e dos deputados de chegar a um consenso na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. A proposta como está estabelecida subverte todo o esforço dos trabalhadores, todo o esforço dos sindicatos de base, das centrais, dos próprios deputados e do líder do governo, que viajou.

Curioso também foram os deputados que subiram nesta tribuna nas últimas semanas e garantiram aos trabalhadores que votariam a favor do projeto original, sendo membros efetivos da comissão de Constituição e Justiça, não comparecerem à reunião de hoje pela manhã. Será que eles serão substituídos na votação em plenário também? É possível ainda renunciar para que algum suplente assumira e vote em plenário, como aconteceu no projeto do Iprev?!

E disseram que eu estava falando porque sou representante de classe. Tenho orgulho de ser representante de classe, mas a minha classe faz parte da sociedade catarinense, que é dividida em classes. E aqui isso precisa ficar claro porque não há ninguém falando em nome da sociedade como se ela fosse homogênea e não houvesse interesses distintos. Quem votar contra a vontade majoritária dos trabalhadores de Santa Catarina vai votar, querendo ou não, de forma consciente ou não, conforme os interesses dos empresários de Santa Catarina! Isso precisa ficar claro!

(Manifestações das galerias)

É inaceitável o discurso de quem vem aqui para falar em nome da sociedade. Os trabalhadores também fazem parte da sociedade e têm interesses distintos dos empresários. Portanto, quem votar contra a posição das centrais e dos sindicatos vai votar com os empresários de Santa Catarina e contra os trabalhadores.

Muito obrigado!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, amigos que nos acompanham na tarde de hoje de

todas as classes trabalhadoras do estado de Santa Catarina e que estão vivenciando a expectativa de liberdade de negociação da classe a qual vocês realmente pertencem e representam.

Na condição de deputado da bancada do PSDB, na ausência do meu líder de bancada, o deputado Serafim Venzon, durante diversos dias fizemos parte de vários entendimentos nesta Casa. Quero dizer que sou membro da comissão de Finanças e Tributação e quando o projeto chegou à nossa comissão, o relator da matéria o encaminhou para a comissão competente, que era a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, e tudo transcorreu praticamente naquela comissão.

Eu já coloquei desde o primeiro momento a minha posição favorável ao projeto. Os entendimentos foram todos negociados, conversados, praticamente à exaustão.

Houve, hoje pela manhã, por incrível que pareça, um desgaste por causa da colocação ou da retirada do nome do governo na negociação. Não entendo realmente por que isso aconteceu, com toda sinceridade, já que algumas coisas que v.exas. queriam os empresários supostamente não puderam atender. V.Exas. cederam. Outras, v.exas. queriam, mas era impossível os trabalhadores atenderem. Então, foi construído o entendimento e, independentemente sigla partidária, todo mundo procurou o consenso.

Mas, por incrível que pareça, alguns neste Parlamento acham que tudo o que foi feito até ontem não valeu nada, porque hoje de manhã, quando fomos votar o projeto apreciado pelo deputado Romildo Titon, o governo do estado foi suprimido da negociação entre patrões e trabalhadores.

Eu não entendo por que toda essa revolta, por que essa fúria com a questão do governo não participar da negociação. Eu não entendo! Na maioria das vezes o governo tem que se preocupar com o funcionalismo público. As outras questões de negociação dizem respeito a patrões, volto a dizer, e empregados. E nisso a bancada do PSDB é coesa e irá votar, sim, a favor do relatório apresentado pelo deputado Romildo Titon, que foi e é o relatório construído por todos os deputados desta Casa, até hoje de manhã.

Então, sr. presidente e srs. deputados, a bancada do PSDB vota realmente no entendimento de que o que foi construído ao longo de diversos dias deve permanecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense; representantes das entidades, dos sindicatos, das associações, da Força Sindical e dos empresários, que vêm na tarde de hoje ao Parlamento esperando por momentos importantes neste plenário.

Eu participei, inicialmente, do projeto que cria o salário regionalizado, pois faço parte da comissão de Finanças e Tributação. Eu entendi que deveria propiciar, no primeiro momento, uma tramitação rápida, mas não fui entendido. Depois participei na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e a minha posição foi a de aprovarmos o projeto original, ou seja, o projeto enviado pelo governo. Mas houve algumas alterações

na reunião conjunta que tivemos, não houve o avanço que se desejava, mas alcançamos alguns pontos positivos. Mas hoje, contudo, houve algumas alterações que fogem um pouco daquilo que era a nossa luta e vou ter oportunidade de voltar a discutir essa questão.

Quero, neste instante, tratar de um projeto que eu entendo importante, que é o projeto do deputado Renato Hinnig que define a questão dos franqueados dos Correios e das lotéricas de Santa Catarina. A ideia, o pensamento, a vontade, foi a melhor possível, só que depois do projeto aprovado por unanimidade vimos que se ficasse daquela forma penalizaria cinco ou seis mil empregos em Santa Catarina. Evidentemente que tomamos outras medidas, através de uma emenda de autoria do deputado Darci de Matos e do líder da bancada do PMDB, deputado Antônio Aguiar, à qual nos agregamos para buscar os resultados que as duas áreas precisavam.

Srs. deputados, hoje foi votado o projeto com essas emendas dando condições que as lotéricas com até quatro máquinas não precisem contratar seguranças, até porque segurança é dever do governo e não de empresas privadas. Entendendo isso, fizemos algumas correções ao projeto. Portanto, lotéricas com até quatro máquinas não vão ser penalizadas.

Isso foi importante, mas, ao mesmo tempo, acabamos engessando o crescimento daqueles que têm até quatro máquinas. Eles vão trabalhar a vida toda e não vão crescer, quer dizer, o estado cresce, desenvolve-se, mas eles não vão crescer. Então, precisamos repensar isso tudo.

Acho que este é o momento de fazermos uma reflexão e ver o que é positivo e o que é negativo. O Parlamento é a Casa do Povo, discute as questões, aprova projetos e quando ele causa um mal-estar, isso pode ser revogado. É preciso ter muita segurança naquilo que se faz, no serviço que prestamos, para que possamos representar legitimamente o povo catarinense neste Parlamento.

Por exemplo: os franqueados dos Correios não têm a mínima condição de contratar segurança privada e só fomos descobrir isso depois do projeto aprovado. Então, conseguimos, através dessa correção, deixar os franqueados dos Correios totalmente livres, porque a cobrança que essas lojas fazem é tão pequena que os assaltantes não terão interesse, porque de repente ele podem até ter mais dinheiro no bolso do que roubariam no caixa.

É preciso trabalhar com espírito empreendedor, com o sentimento da sociedade como um todo, para que possamos buscar resultados que condigam com aquilo que nós desejamos, que é o desenvolvimento, a geração de emprego, a geração de renda, o bem-estar do cidadão catarinense, que é por quem trabalhamos.

Portanto, é evidente que hoje estamos corrigindo o projeto de autoria do deputado Renato Hinnig, que teve a grandeza de pedir vistas, pois no dia 17 a lei entrará em vigor. S.Exa. não poderia omitir-se de vir relatar e teve a grandeza de fazê-lo. Eu agradeço na comissão e volto a agradecer aqui, pois poderemos elaborar o relatório e trazê-lo a plenário na tarde de hoje, permitindo que as lotéricas e os franqueados dos Correios trabalhem tranquilos e serenos por toda Santa Catarina.

Então, acho que isso foi importante e fundamental para o Parlamento, que faz projetos e sabe quando é importante corrigi-los. O nosso papel como legislador é o de buscar os resultados necessários, porque quem tem que ser a grande vencedora é a

população de Santa Catarina. Não podemos penalizar pessoas, empresas, órgãos e entidades. Por isso é que quando os projetos não têm o encaminhamento adequado, precisamos parar e rever para buscar resultados que preencham o sentimento da sociedade como um todo.

É por essa razão que estamos há 26 anos na vida pública, com trabalho, com luta, com responsabilidade e com lealdade ao povo, à região e a Santa Catarina. Enquanto estiver na vida pública assim norteearei o meu comportamento, trabalhando de cabeça erguida para buscar o sentimento do povo, transformá-lo em realidade e ver todos trabalhando para buscar os resultados necessários para a sociedade. Estou com a consciência tranquila e daqui a pouco vamos votar e aprovar o projeto que elegemos na comissão de Finanças e Tributação, para que coloquemos o pessoal de volta no seu trabalho, na sua luta, não totalmente felizes, mas mais felizes do que quando aqui vieram.

Iremos dividir o tempo com o deputado Moacir Sopelsa. Por isso, agradeço e quero dizer que enquanto eu estiver na vida pública trabalharei com amor, com garra, com determinação e com lealdade.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, ainda dentro do horário destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente deputado Gelson Merísio, srs. deputados e sras. deputadas, quero cumprimentar todas as pessoas que estão hoje na Assembléia Legislativa representando suas categorias e sindicatos.

É claro que o meu discurso deveria ser em função das matérias que iremos votar hoje. Mas vamos ter oportunidade para falar a respeito quando as matérias vierem a plenário para serem discutidas e votadas.

Aproveito a oportunidade, deputado Manoel Mota, v.exa. que dividiu o horário do nosso partido, o PMDB, para, em primeiro lugar, cumprimentar os veterinários e comunicar a passagem do Dia da Medicina Veterinária. E queremos cumprimentar os médicos veterinários pela importância que tem esse setor no desenvolvimento da economia do estado de Santa Catarina.

Eu, deputado Pedro Uczai, assim como v.exa., tive a oportunidade de ser prefeito; governei Concórdia e também venho de família de agricultores, sei a importância que tem esse profissional no desenvolvimento da agricultura, do agronegócio, da agropecuária do estado de Santa Catarina.

Todos nós, embora pertençamos a categorias diferentes, alimentamo-nos diariamente, e esse alimento vem, sem dúvida nenhuma, das mãos dos agricultores e dos profissionais que ajudam, com tecnologia, a produzi-lo.

Por isso, neste dia quero deixar aqui registrada a minha homenagem ao médico veterinário.

Solicito às taquígrafas que registrem na íntegra o meu pronunciamento.

(Passa a ler.)

"Hoje, Dia do Médico Veterinário, presto aqui minha homenagem a essa categoria que acompanho há anos. Como produtor rural, vivenciei a ascensão dessa classe ainda em Concórdia, minha terra natal. Lembro quando a cidade contava com apenas um médico veterinário e hoje é o berço da suinocultura e da avicultura catarinense.

Consideremos que Santa Catarina, mesmo ocupando apenas 1% do território

brasileiro, é o maior produtor de suínos do país e o segundo produtor de aves. Essa realidade é fruto do avanço da tecnologia e da pesquisa, do investimento das indústrias, das políticas governamentais. E temos de reconhecer que os médicos veterinários tiveram e têm uma participação importantíssima para colocar Santa Catarina na condição que está.

Como secretário de estado da Agricultura pudemos apoiar-nos na orientação técnica do médico veterinário. E isso foi fundamental para nos dar a segurança necessária para manter a nossa posição de não vacinar o rebanho contra a febre aftosa, apesar da pressão dos estados vizinhos. Essa postura garantiu a Santa Catarina a conquista da certificação inédita de zona livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal. O privilegiado status sanitário que obtivemos há dois anos permitiu a ampliação do mercado e o aquecimento da economia do estado.

Atuando na defesa sanitária, na inspeção de produtos de origem animal, pela saúde e bem-estar dos animais, pelo desenvolvimento do agronegócio, os médicos veterinários são fundamentais para garantir, também, a segurança alimentar da população catarinense.

Não tenho dúvidas de que o Brasil se tornará o maior exportador de alimentos do mundo. E esse crescimento estará vinculado, cada vez mais, à atuação dos médicos veterinários. Se quisermos manter o atual nível de excelência e de qualidade que temos, precisamos de ter sempre em mente a importância do médico veterinário."

Quero também reportar-me a um assunto importante que está em nossas casas todos os dias, e do qual às vezes o nosso consumidor não sabe.

Eu quero repetir, deputada Ada De Luca: que bom se eu pudesse estar falando do salário regional, se pudesse estar falando das questões das casas lotéricas, dos trabalhadores das casas lotéricas, mas vou ter a oportunidade de falar a respeito depois.

Quero falar de outro item importante da agricultura do estado de Santa Catarina, que está na nossa mesa todos os dias, que é o leite. Às vezes a grande imprensa - e ouvi isso muitas vezes neste ano - coloca o leite como um dos vilões da inflação anual. Na verdade essa inflação acontece depois que o leite sai das mãos do produtor, ou seja, é no trajeto até o consumidor que os aumentos ocorrem. O consumidor sentiu no primeiro trimestre de 2009 um aumento de 20% no preço do leite lá na gôndola. Quando ele foi ao supermercado para comprar o leite para consumo da sua família teve que pagar 20% mais caro, só que o produtor recebeu um aumento de apenas 5%!

Agora, há poucos dias, o preço do leite caiu, estava a R\$ 2,60 e hoje, se formos ao supermercado, vamos pagar R\$ 1,50 e até R\$ 1,40, porque mais uma vez baixaram de R\$ 0,68 para R\$ 0,60 o preço ao produtor. Mesmo assim o consumidor ainda está pagando o dobro daquilo que o produtor está recebendo.

Por isso eu não me canso de, aqui da tribuna desta Casa, defender esse setor, de defender o setor produtivo, porque quando defendo o setor produtivo, tenho certeza de que estou defendendo também o setor de consumo, aqueles que precisam todos os dias ir ao supermercado para comprar a sua cesta básica.

Santa Catarina tem uma produção de mais de dois bilhões de litros de leite por ano. O consumo *per capita* anual no Brasil é de 138 litros, enquanto que em Santa Catarina se

consome, deputado Dagomar Carneiro, v.exa. que vem da agricultura também, 150 litros por ano *per capita*; 72% da produção de leite está no oeste de Santa Catarina, está da BR-116 para lá.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa., juntamente com os deputados das comissões de Justiça, de Finanças e de Economia, tentou encaminhar da melhor forma possível o projeto que vamos votar hoje à tarde, referente à criação do salário mínimo de Santa Catarina.

Eu acho que nós temos divergências, é verdade, mas temos que ver que quando se melhora o poder aquisitivo dos trabalhadores, melhora-se também a possibilidade das pessoas consumirem. E se nós melhorarmos os salários, iremos dar oportunidade às pessoas de se alimentarem melhor, de consumirem mais e de investirem mais.

Por isso, entendemos que essa é uma decisão importantíssima. Só na agricultura de Santa Catarina mais de 80 mil famílias possuem como atividade principal a produção de leite. E com a estiagem, com as dificuldades, com a crise, o setor vive altos e baixos, justamente o setor que, para mim, é o que movimenta a economia do país.

Eu sempre digo que quando o campo não planta, a cidade não janta. Quando o campo vai mal, a cidade também vai mal. Por isso temos que ter a consciência, temos que ter a consciência de trabalhar e de buscar o equilíbrio, para que aqueles que vivem na cidade possam ter segurança e qualidade de vida, assim como também aqueles que vivem no campo possam ter qualidade de vida e segurança naquilo que fazem. Como o assalariado precisa ter segurança no seu trabalho, o homem do campo também precisa.

Trago esse assunto no dia de hoje para mostrar que precisamos, em conjunto, construir uma política que dê dignidade para todos os setores. E eu sempre digo que este país será um país digno, será um país onde todos terão dignidade para viver, quando todos tivermos direito à saúde, quando todos tivermos direito ao trabalho, quando todos tivermos direito à escola e quando todos tivermos direito ao alimento.

Finalizando, digo a vocês neste dia em que as galerias da nossa Casa estão cheias: tenham certeza de que nesta Casa pode haver divergências. Podemos discordar de pontos de vista, mas não discordamos de um ponto principal, que é o trabalho em defesa da população brasileira, da população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero saudar os representantes dos trabalhadores que se fazem presentes em grande número nesta Casa, saudar também os representantes dos vigilantes e, de maneira especial e efusiva, deputado Antônio Aguiar, o grande número de franqueados dos Correios e de representantes das 450 lotéricas de Santa Catarina.

O deputado Manoel Mota já fez aqui uma exposição sobre esse assunto, mas eu desejo reforçar e fazer algumas reflexões.

Nós, pela manhã, aprovamos, com o apoio da ampla maioria da comissão de Finanças e Orçamento e da comissão de Segurança Pública, que presido, projeto de lei

de minha autoria, que foi construído por vários deputados, que faz justiça com os franqueados dos Correios e com as lotéricas de Santa Catarina. Por quê? Porque a lei que entraria em vigor, em tese, no próximo dia 17, de autoria do deputado Renato Hinnig, que teve a intenção de proteger a segurança das pessoas de Santa Catarina, dos usuários, dos franqueados dos Correios e das lotéricas, infelizmente, onera sobremaneira os lotéricos e os franqueados dos Correios.

Ora, a Caixa Econômica Federal emitiu um parecer informando-nos que o faturamento médio das lotéricas é de R\$ 3 mil mensais, e a contratação de dois vigilantes em dois turnos, deputado Reno Caramori, custa em torno de R\$ 4 mil. Com isso estaríamos criando, de um lado, dois mil postos de trabalho, mas também estaríamos correndo o risco de acabar com cinco mil empregos em Santa Catarina.

Nós queremos dizer, deputado Antônio Aguiar, que o deputado Joares Ponticelli foi o relator que apensou os projetos, que acatou a sua emenda excluindo os franqueados dos Correios, porque eles não são banco postal, eles arrecadam muito pouco. Em Joinville, por exemplo, um franqueado dos Correios, na atividade de um sábado conseguiu arrecadar R\$ 30,00. Eles ficaram, portanto, excluídos dessa situação.

Já as lotéricas, deputado Antônio Aguiar, cumprem um papel social no interior de Santa Catarina, nos bairros mais pobres e mais carentes, cobrando aqueles serviços que os bancos, que os banqueiros não fazem, deputado Kennedy Nunes, como v.exa. colocou na comissão pela manhã, como água, luz, os serviços básicos. Se elas fecharem, as pessoas mais pobres de Santa Catarina terão que pegar a bicicleta, pegar um ônibus, gastar dinheiro e tempo para pagar as suas contas no banco ou nas lotéricas centrais.

Se tivéssemos que exigir vigilância pessoal nas lotéricas, por analogia também teríamos que estender às farmácias, aos supermercados, aos postos de gasolina e assim por diante.

Portanto, esse projeto, que passou pelas três comissões, com certeza absoluta haverá de ser aprovado pela ampla maioria dos deputados daqui a pouco nesta sessão, fazendo justiça com os lotéricos de Santa Catarina.

Quero concluir as minhas palavras, sr. presidente, dizendo que ficamos satisfeito porque fizemos um grande debate e em elevado nível. Ninguém aqui está contra os vigilantes de Santa Catarina, muito pelo contrário, nós queremos defendê-los. Queremos afirmar desta tribuna que o salário dos vigilantes é um salário muito baixo, que eles não têm sido remunerados à altura no estado e no país. Essa é uma preocupação nossa, dos deputados, e deve ser também uma preocupação do sindicato dos vigilantes.

Portanto, queremos fazer justiça com essas microempresas que geram empregos, que aquecem a nossa economia, que atendem as pessoas no interior de Santa Catarina. E nesse particular, o projeto de minha autoria, que teve a contribuição de vários outros deputados, haverá de ser apreciado e aprovado neste plenário para que possamos recompôr esse segmento tão importante do nosso estado.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Darcy de Matos, quando propusemos o projeto de lei no ano passado, tivemos a

intenção de buscar garantir a segurança das pessoas que utilizam as casas lotéricas. O projeto tramitou nesta Casa por oito meses, passou pelas comissões e finalmente foi aprovado por unanimidade.

Depois disso suscitou uma série de dúvidas e uma mobilização por parte dos lotéricos, que trouxeram a informação da dificuldade de arcar com os custos da implantação desse projeto. Em função disso foram apresentadas duas propostas, uma do deputado Antônio Aguiar e outra de sua autoria. E nós solicitamos vistas do relatório na comissão para poder fazer uma análise melhor. E de todas as proposições, nós concordamos com a maioria, e divergimos apenas na questão do critério de dispensa para a utilização da vigilância armada. O substitutivo global original determina que ficam dispensadas aquelas que utilizam menos de quatro caixas e nós propusemos a alternativa de dispensar as lotéricas instaladas em municípios com menos de 30 mil habitantes.

Não tivemos êxito em nossa proposição, mas reconhecemos que a nossa intenção no projeto não era trazer fatores complicadores aos agentes lotéricos, mas entendemos que a questão da segurança está acima de tudo e que precisamos preservar vidas. Então, o custo deveria, sim, ser arcado pelas casas bancárias que nomeiam os lotéricos como seus agentes correspondentes.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, na vida, em alguns momentos, melhor do que acertar é reconhecer o erro. Nós estamos voltando atrás porque entendemos a argumentação desse segmento tão importante. E em nosso entendimento, quatro máquinas é um parâmetro racional, é um parâmetro legal, porque somente 15% das lotéricas de Santa Catarina têm mais de quatro máquinas. E essas, portanto, terão obrigatoriamente que se utilizar da vigilância privada.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que participam desta tarde histórica para os trabalhadores, em relação às lotéricas, a nossa bancada já firmou posição pela manhã, quando se manifestou favorável, e vai-se manifestar favorável hoje à tarde, para que possamos avançar nesse processo, nessa legislação.

Contem conosco, com a bancada do Partido dos Trabalhadores, no projeto das lotéricas.

(Palmas das galerias)

Mas eu quero tirar mais tempo aqui, porque temos problemas a resolver em relação ao salário mínimo estadual.

Há três anos apresentei um projeto de lei implantando o salário mínimo estadual. De comum acordo com as centrais sindicais, retiramos o projeto porque está previsto na Constituição e na Lei Complementar n. 103/2000 que essa iniciativa é prerrogativa exclusiva do governador do estado.

O movimento sindical agiu, mobilizou, fez audiência, contou com o documento de todas as lideranças para que o governador apresentasse um projeto à Casa. Não obtivemos sucesso. A terceira mobilização foi um abaixo-assinado, um projeto de iniciativa

popular, que recebeu quase 50 mil assinaturas, dizendo como deveria ser o salário mínimo estadual. E aí o governo do estado, esperto politicamente, sim, e parabéns para ele, encaminhou o projeto das centrais sindicais para esta Casa, para de forma democrática tramitar. E democraticamente tramitou na comissão de Constituição e Justiça, na comissão de Finanças e Orçamento e na comissão de Economia.

Na comissão de Economia, por cinco votos a dois, foi aprovado o parecer do líder do governo, deputado Elizeu Mattos. E na negociação as centrais cederam sem definir data-base e para que a vigência não começasse agora, depois de um mês da lei publicada, mas em janeiro de 2010. Cederam sem definir data-base, cederam para iniciar em janeiro. Ao mesmo tempo, incorporou-se uma emenda que prevê que à livre negociação fosse incorporado ao governo do estado, para que pudesse, juntamente com os trabalhadores e empresários, discutir a cada ano a atualização do valor.

É isso que lamentamos quanto à negociação na comissão de Constituição e Justiça hoje, quando foi rasgado o Regimento Interno. Foi rasgado o Regimento Interno, deputado Manoel Mota, quando se decidiu que a emenda que era regimental, constitucional e legal era a emenda do deputado Elizeu Mattos, líder do governo, e que a emenda que previa a negociação entre os trabalhadores, os empresários e o governo não era legal, eis que a Constituição e a lei complementar impedem a livre negociação em piso salarial.

Estão impedidos legalmente. Os trabalhadores e os empresários estão impedidos legalmente, como este Parlamento esteve impedido. E eu retirei o projeto porque é de exclusiva decisão do governador. Rasgaram o Regimento Interno! Poderiam votar contra a emenda. Dá para apresentar destaque nesta tarde e votar contra. Mas não rasguem o Regimento! Respeitem a democracia! Mudem o Regimento ou rasguem-no!

Deputado José Natal, líder do governo nesta Casa, eu acredito no líder do governo Elizeu Mattos, acredito em v.exa., que hoje responde pela liderança do governo.

(Manifestações das galerias)

Na semana passada votamos, deputado José Natal, porque houve acordo com o líder do governo, porque as centrais sindicais cederam e nós acordamos. Acordamos no sentido de que o governo participaria das negociações. E por isso votamos aquele projeto; por isso votamos o substitutivo em voto de vista do deputado Elizeu Mattos. Acho que o governador tem palavra. E espero que o governador do estado, que deu a palavra para o seu líder nesta Casa, cumpra a palavra. Para mim, na política, é a palavra, e não o documento, que vale.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, concordamos em implantar o salário mínimo porque confiamos na palavra do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, mas v.exa., desta tribuna, discursou contra o que foi acordado na semana passada e a favor do que foi feito hoje contra o Regimento. Rasgaram o Regimento! Rasgaram o Regimento! Então, o que vale nesta Casa? Vale o acordo? Vale a palavra? Ou não vale? Dá-lhe Regimento! E no mérito houve acordo, houve acordo.

Portanto, este deputado manifestou-se em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, porque o deputado Dirceu Dresch estava lá, mas não é membro. Quando acordamos em votar a favor, acordamos que as centrais sindicais cederiam para a vigência não iniciar agora, cederiam para não discutir a

data-base e cederiam para que os valores de R\$ 587,00, R\$ 616,00, R\$ 647,00 e R\$ 679,00 valessem por todo o ano de 2010; as centrais sindicais cederam para unificar, para fazer o acordo. Aí o projeto vem e a parte que cedemos vale, é regimental, mas a parte que o governo cedeu, que os empresários cederam, que era a livre negociação com a participação do governo, rasgaram hoje pela manhã! Rasgaram!

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - Peço 30 segundos, deputado, 30 segundos!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Manoel Mota, eu queria...

O Sr. Deputado Manoel Mota - Trinta segundos, 30 segundos, no máximo!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo-lhe a palavra.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu só queria dizer a v.exa. que fui relator do projeto na comissão de Finanças e Tributação e votei pelo original. Se tiver que fazer acordo para votar, votarei de novo no projeto original, porque a população tem que ganhar, e o sentimento que foi negociado foi este: o projeto original e não as emendas.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, há tempo ainda, srs. deputados. Há tempo ainda, srs. deputados! A nossa bancada vai apresentar o pedido de destaque. A atualização dos pisos salariais fixados nessa lei complementar será objeto de negociação entre as centrais sindicais, empresários e governo.

Por isso, quero cumprimentar todas as lideranças sindicais em nome das seguintes pessoas: Osvaldo Mafrá, presidente da Força Sindical; Altamiro Perdoná, presidente da Nova Central Sindical; João Oliveira, o Joãozinho, presidente da CTB; Waldemar Schulz Júnior, o Mazinho, da UGT; Neodi Giachini, da CUT; Ivo Castanheira, coordenador do Dieese; e Idemar Antônio Martini, presidente da Fetiesc.

Quero cumprimentar todos os que participaram desse processo que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Manifestação das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvi atentamente o nobre deputado Moacir Sopelsa falando da nossa agricultura. E isso de fato nos faz refletir com mais com profundidade sobre a classe trabalhadora e os proprietários na agricultura. Essa classe tem passado por enormes dificuldades, ora por conta dos elevados custos dos fertilizantes, ora por conta do preço dos equipamentos agrícolas, enquanto os produtos agrícolas não têm um preço justo na hora da comercialização.

Se não bastasse isso, deputado Ismael dos Santos, a catástrofe que atingiu novamente Santa Catarina certamente afetou muito mais os nossos agricultores, os nossos avicultores, porque esse vendaval destruiu muitos galpões, muitas casas, e não tenho dúvida de que terão enorme dificuldade para recuperar as suas condições normais de vida.

Por isso, mais do que nunca devemos pensar e repensar quando falamos na manutenção do emprego, na geração de

novos empregos, deputado Professor Grando, porque a economia passa, evidentemente, por muitas dificuldades e além da agricultura, outros setores também passam por dificuldades. Então, é importante que tenhamos a responsabilidade, além de colaborar com o governo do estado, de ir ao governo federal para fortalecer a nossa economia. E quando falo em economia, estou falando em emprego e renda, como acontece na agricultura, no setor moveleiro, no setor cerâmico e em tantos outros.

Ao mesmo tempo em que encontramos toda essa dificuldade, precisamos de investimentos em infraestrutura, ou seja, no sistema de educação de qualidade, na saúde de qualidade, no sistema viário, que necessita urgentemente de recuperação, tanto as rodovias estaduais quanto as federais, pelo menos no que diz respeito à sinalização.

Quero aqui fazer mais um registro, deputado Reno Caramori, v.exa. que é da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Temos problemas no norte catarinense com relação à BR-280, que faz a ligação entre São Francisco do Sul e Porto União. Já existe um projeto de duplicação, deputado Nilson Gonçalves, entre São Francisco Sul e Jaraguá do Sul, que está andando lentamente por questões ambientais e por questões burocráticas, que impedem a agilização do projeto.

Portanto, faz-se necessário que essa rodovia se estenda até Porto União, porque ela é importante para o escoamento da produção, deputado Lício Mauro da Silveira, das empresas que exportam, das empresas que não só exportam, mas que fazem o escoamento dos seus produtos para o litoral, para o Paraná, para o sul do estado, para o Rio Grande do Sul e para outros estados. Inclusive, temos batido muito nesta tecla: a necessidade da recuperação da BR-280.

E aqui quero fazer uma ressalva: o trecho de Jaraguá do Sul até Mafrá está sendo recuperado; mesmo que não estejam construindo uma terceira faixa em pontos críticos, pelo menos estão melhorando o acostamento, fazendo a recuperação da camada asfáltica, principalmente do trecho da serra de Corupá até São Bento do Sul, e a sinalizando.

Demos o primeiro passo. Em Joinville, numa reunião com a bancada federal catarinense, por nossa solicitação e de toda a bancada, sem exceção, de todos os partidos, as autoridades foram sensíveis ao apelo de que o trecho de Jaraguá do Sul até Mafrá teria pelo menos um aporte inicial de R\$ 17 milhões no Orçamento. Com isso estaremos evitando acidentes, e acidentes com vítimas; estaremos permitindo que os usuários, tanto de carga pesada, quanto de veículos pequenos, tenham melhores condições de trafegar. E certamente, se continuarmos melhorando a ligação de São Francisco do Sul a Porto União, estaremos dando mais oportunidade de geração de emprego e renda, principalmente no planalto norte, que está passando por uma dificuldade enorme, notadamente os setores moveleiro, madeireiro, ervateiro e, por que não, agrícola.

Aquela região tem essa dificuldade, e está sendo difícil recompor a sua economia, porque são necessários investimentos públicos, até para fortalecer a economia do planalto norte catarinense. E temos alguns exemplos, como Jaraguá do Sul, um município que vem despontando no cenário nacional.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Em relação à BR-280, que v.exa. citou aqui,

realmente muito nos preocupa esse problema sério da duplicação, eis que somos da região norte/nordeste. Inclusive, recebemos uma informação oficial de que a licitação vai ficar pronta até o fim deste governo, ou seja, até o fim de 2010. Aí, quem sabe, comecemos a ver alguma coisa.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, srs. deputados, prezados cidadãos catarinenses que nos acompanham hoje, quando dois projetos de suma importância para Santa Catarina serão deliberados pelo Plenário. Teremos a votação do projeto dos vigilantes das casas lotéricas e teremos também a votação do projeto do piso regional, que é uma expectativa de todo o povo catarinense, de todo trabalhador de Santa Catarina.

Neste momento, os projetos estão em discussão na Assembléia. O projeto esteve mais de dois anos sendo debatido por todos os sindicatos, por entidades do governo, por quem quis participar. E como é um projeto de grande importância acaba gerando uma polêmica muito grande no dia da sua votação.

Queremos aqui, sr. presidente, srs. deputados, como deputado do PDT, demonstrar, deputado Sargento Amauri Soares, que estamos ao lado do trabalhador catarinense. Houve a apresentação de uma emenda, um substitutivo ao projeto, mas somos favorável ao projeto original, que por mais de dois anos foi debatido por inúmeras lideranças sindicais, entidades representativas e, principalmente, por aqueles que não têm quem os defenda - empregadas domésticas e trabalhadores rurais, por exemplo -, que precisam, sem dúvida nenhuma, dessa negociação. Portanto, entendemos que é primordial a participação do governo na negociação, como mediador, para que aí, sim, essas categorias que não têm entidades sindicais fortes, representativas, tenham alguma proteção.

Estivemos durante a manhã inteira debatendo o projeto, mas ainda não chegamos a um consenso. E várias centrais sindicais, assim como o presidente estadual do PDT, Manoel Dias, secretário nacional do partido, participaram da discussão e da elaboração desse projeto encaminhado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, com o belo trabalho da secretária de Assistência Social, Trabalho e Renda, Dalva Dias.

Então, que nós possamos, nesta tarde, dar o encaminhamento final. E o encaminhamento final, sem dúvida nenhuma, é que consigamos aprovar o piso regional para todos os trabalhadores.

Queremos alertar aqui que as discussões estão sendo muitas; inclusive, vários deputados estão com dúvidas de como vai ser efetivado o piso regional. Estamos estipulando quatro faixas salariais. Os acordos coletivos que já existem por entidades de classe serão respeitados, mesmo que neles os valores sejam abaixo daquele que está estipulado no piso mínimo regional. As categorias que fizeram os acordos coletivos terão validade, sim. É claro que as entidades sindicais vão lutar para que o salário mínimo da sua categoria seja aquele que está estipulado no piso mínimo regional, mas não é uma obrigatoriedade e a livre negociação

continua existindo. A força dos trabalhadores, a união das entidades sindicais e de outras entidades que haverão de se formar com certeza trarão a melhoria do salário para o trabalhador catarinense.

Então, queremos aqui, sr. presidente, em nome do PDT, do meu colega deputado Sargento Amauri Soares, definir que bancada do PDT estará votando com o projeto do governo e estará aceitando uma emenda, que é aquela que faz com que o governo faça parte de uma comissão tripartite para ajudar a defender as entidades que não têm os seus sindicatos organizados. Com isso estaremos aprovando praticamente o projeto original, porque essa, sem dúvida nenhuma, é a expectativa e a vontade de toda a classe trabalhadora que se faz presente na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Por isso, a nossa posição é favorável ao projeto do piso regional salarial.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero aproveitar a oportunidade para dizer que estou solicitando à assessoria do plenário que entregue, em mãos, esse convite a cada um dos srs. deputados presentes no plenário. Esse é um apelo que faço. O convite já foi enviado para os gabinetes, mas quero que ele chegue agora nas mãos dos deputados, assim como um relatório do trabalho que fizemos em Brasília, na semana passada, com relação à demarcação de terras indígenas.

Haverá, na segunda-feira, uma reunião na Casa, às 15h, no plenarinho, com a presença de deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vereadores e representantes das entidades que estão sendo também afetadas pelo problema. Enfim, teremos uma reunião no plenarinho, na segunda-feira, com todas as partes interessadas, e estou entregando a cada um dos deputados uma cópia do meu relatório sobre o trabalho que fizemos em Brasília e também o convite para que todos tenham ciência do quanto é importante a presença não só dos deputados do norte, mas de todos os parlamentares desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Republicano Brasileiro.

Com a palavra a líder do PRB, deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, que preside esta sessão, gostaria de cumprimentar os srs. deputados e as sras. deputadas, a imprensa falada, escrita e televisada e esses amigos que estão aqui participando dessa votação tão importante na Casa do Povo. É muito honroso tê-los conosco participando da sessão, com o deputado Nilson Gonçalves lá sentado e muito atento.

Quero ser breve porque o tempo do meu partido é de apenas cinco minutos. Mas gostaria de dizer que este é um momento de muito comprometimento com a classe dos trabalhadores. Sabemos que é um projeto que veio do Executivo e, portanto, o governador tem interesse na sua deliberação. Eu faço

parte da base, foram realizadas reuniões da base, e o governador tem muito interesse que seja aprovado, assim como eu também tenho, porque os trabalhadores precisam ter qualidade de vida, precisam pagar o seu aluguel, precisam de alimentação, precisam do transporte.

Nós temos nesse projeto quatro faixas salariais, e esta deputada está aqui muito atenta para votar favoravelmente a essa matéria.

Hoje, na comissão de Finanças e Tributação, da qual eu faço parte, também discutimos vários assuntos importantes, dentre eles o projeto dos Correios e também o da relatoria do deputado Joares Ponticelli sobre os vigias. Então, vamos estar aqui muito atentas à votação.

Mas o tema que eu trago, hoje - e quero ser muito breve -, é sobre uma visita que os estudantes fizeram ao presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello. Ontem pela manhã, o presidente recebeu a visita de uma comitiva formada por alunos da Universidade do Estado de Santa Catarina e por vereadores do município de Balneário Camboriú, pedindo apoio para a ampliação do número de vagas nas universidades do estado. E sugeriram ao presidente desta Casa que um universitário não possa ocupar duas vagas ao mesmo tempo, porque ele estará tomando a vaga de outro. E o presidente Jorginho Mello aceitou essa reivindicação e disse que tomaria um posicionamento sobre assunto e iria resolvê-lo.

Quero dizer a v.exas. que eu tenho já tramitando nesta Casa o Projeto n. 0123/2008 - e o presidente não sabia que ele já estava tramitando nesta Casa -, que proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior mantidas pelo estado de Santa Catarina.

Esse projeto tramitou, foi para as mãos do relator, deputado professor Pedro Uczai. Esse grande parlamentar analisou a matéria e baixou o projeto em diligência. As informações já estão nas mãos do deputado relator, que é um professor, um homem público, uma pessoa que tem experiência na área da educação e que, tenho certeza, fará um relatório positivo desse nosso projeto e assim poderemos, deputado Nilson Gonçalves, atender a essa demanda que veio a esta Casa Legislativa.

Eu voltarei com esse tema numa outra oportunidade, sr. presidente. V.Exa. irá confirmar que recebeu a visita, ontem, dos alunos da universidade pedindo que um aluno não ocupe duas vagas ao mesmo tempo, não é, presidente? E tenho a certeza de v.exa. já está de...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com certeza, sra. deputada Professora Odete de Jesus.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0155/2009, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0288/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei n. 14.737, de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serviço de segurança nas casas lotéricas e agências dos Correios localizadas no território catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, quero apenas dar o posicionamento do nosso partido, o PPS, uma vez que nós, no horário partidário, hoje, não tivemos o tempo.

Queremos dizer que somos favorável a esse substitutivo e que esperamos que seja votado o mais urgentemente possível.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu entendo que esse é um assunto que não vai acabar agora. Nós estamos fazendo isso o mais rapidamente possível para corrigir uma lei que entrará em vigor nos próximos dias. Mas é preciso, srs. lotéricos e pessoal da segurança, que continuemos a discutir esse assunto nesta Casa para aprimorar a matéria.

Preocupa-me muito porque o que estamos aprovando minimiza o impacto por um lado, mas, por outro lado, nada se faz em relação aos bancos, que ganham dinheiro com as tarifas e estão repassando os serviços para os micro e pequenos empresários, que fazem das tripas coração para tirar o seu sustento, ganhando uma miséria desses bancos que acabam deixando de atender o cidadão lá na agência.

Nós precisamos trazer esse assunto de volta à Casa e temos que trazer para a discussão a Caixa Econômica Federal, o Bradesco e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

(Palmas das galerias)

Precisamos rever essa condição porque há muita exigência para quem quer abrir uma franquia, para quem quer trabalhar, mas há pouco benefício. Chega de banqueiros e bancos ganharem dinheiro em cima da população, em cima de quem está sobrevivendo!

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, eu estou votando pensando no problema que foi gerado. Agora, o intuito principal do projeto de lei não está sendo atendido! O intuito principal desse projeto era garantir a segurança do cidadão. E não venham dizer-me que isso é responsabilidade do governo do estado porque não é, pois as agências lotéricas, por conta da força

dos bancos, viraram miniagências bancárias e à Polícia não cabe garantir a segurança de agência bancária! A segurança do cidadão, quando entra numa loja, é de responsabilidade da segurança privada. A Polícia tem que impor a ordem lá fora, na rua.

Mas não vamos discutir aqui o conceito de segurança porque, como disse o deputado Sargento Amauri Soares, hoje, se houvesse policiamento nas ruas, não haveria roubo, é óbvio! E não estou falando só dos lotéricos que estão aqui, não! Estou falando da padaria e do mercado que estão recebendo o pagamento da conta da luz. A Celesc paga uma miséria por documento.

Então, é necessário que esse assunto volte à discussão aqui e quero deixar, mais uma vez, registrado, deputado Genésio Goulart, que quando aprovamos esse projeto de autoria do deputado Renato Hinnig foi-nos colocado que o custo do segurança seria absorvido pela Caixa Econômica Federal e pelos Correios; depois não foi e ficou por conta do empresário.

Então, volto a dizer, estamos remediando uma situação que precisa, sim, voltar a ser discutida neste Parlamento com as entidades financeiras que fazem dos lotéricos, dos donos de padarias e de supermercados pobres coitados que estão lá sofrendo diretamente a insegurança, tendo que receber centavos por autenticação!

Por isso, quero deixar aqui registrada essa minha fala para que possamos não baixar a guarda e voltar a discutir esse assunto aqui.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, trabalhamos muito para construir um caminho no sentido de ver as agências franqueadas dos Correios e também as lotéricas com menos de quatro máquinas sobreviverem.

Não há nada contra a segurança, porque esses trabalhadores prestam relevantes serviços. Até parece que somos todos inimigos do pessoal que presta segurança. Nada temos contra eles! O projeto foi importante, mas ninguém analisou quem iria pagar a conta. Alguém tem que pagar porque não podemos fazer um projeto jogando uma despesa para aqueles que não a podem pagar.

Então, chegamos a um consenso, de forma responsável, atendendo os anseios de uma classe que precisa trabalhar: os franqueados e os lotéricos. Agora, vamos aprovar o projeto, mas vamos engessar o pessoal, que não vai poder crescer e adquirir mais uma máquina, porque se passar de quatro, terá que contratar segurança. É preciso que esse projeto seja aprovado e que se deem condições para que esses trabalhadores continuem atendendo a população. Mas precisamos reunir-nos para passar a conta da segurança para aqueles que mais ganham no país, que são os banqueiros. Ninguém ganha mais do que os banqueiros, mas na hora de pagar a conta, quem tem que a pagar é a população!

É por isto que vou aprovar o projeto: para que os franqueados e lotéricos continuem de portas abertas. Estou tranquilo e sereno porque estou votando para que toda Santa Catarina possa trabalhar.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero ser bastante objetivo porque a fila de deputados atrás de mim é bastante grande e, com certeza, todos querem expressar-se.

Gostaria de deixar bem claro, sr. presidente, que essa lei que ia entrar em vigor no mês de setembro na verdade foi aprovada aqui sem que tivéssemos aprofundado mais a questão. Apesar de ela ter ficado aqui um bom tempo regimental, não foi aprofundada a sua discussão. A discussão aconteceu agora, com a presença dos lotéricos, dos vigilantes e de todas as partes interessadas. Essa discussão poderia ter acontecido no primeiro momento, quando estávamos trabalhando ainda o primeiro projeto, mas não aconteceu. E atentamos para um lado apenas, olhando aquilo que poderia vir de bom, que seriam novos empregos para os vigilantes. Criamos, com essa lei, uma grande expectativa no segmento, por conta da possibilidade de novos empregos, mas não atentamos para quem ia arcar com a despesa, que eram os pequenos lotéricos.

Acho que na manhã de hoje o assunto foi profundamente atacado e dissecado nas comissões. Agora estamos no plenário e encontramos, através das emendas, um meio termo que, acredito, atende as duas partes. Até quatro máquinas, a lotérica não tem a obrigação de contratar vigilantes armados. Acima de quatro máquinas, presume-se que ela é grande e pode, então, arcar com as despesas.

Acho que chegamos a um bom termo com diálogo, com entendimento, sem ninguém enraivecido, sem ninguém querendo jogar para "a" ou "b" a raiva ou a bronca que sente, mas procurando o entendimento. Foi isso que encontramos. E, se Deus quiser, haveremos de votar e dar tranquilidade a todos.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, serei breve. Quero apenas esclarecer, porque já falamos do nosso posicionamento com relação a isso, que a nossa bancada é favorável ao projeto do deputado Darci de Matos, e isso foi discutido com vários outros deputados. É favorável dentro do que consta do relatório apresentado pelo deputado Joares Ponticelli, ou seja, o critério que determina a contratação de segurança privada é o número de máquinas e não o de habitantes do município.

Então, essa é a nossa posição, é dessa forma que vamos votar. E o nosso voto é "sim", sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, em nome da bancada do Democratas, e não poderia ser diferente, encaminho a votação de forma favorável à aprovação do projeto.

Quero fazer uma menção elogiosa a todos os deputados que ajudaram a construir este projeto, mas não posso deixar de fazer uma menção especial à atuação corajosa, pragmática e objetiva do relator do projeto, deputado Joares Ponticelli.

Quero, portanto, parabenizar todos, mas em especial as franqueadas dos Correios e as casas lotéricas pela grande mobilização que fizeram em Santa Catarina.

Um abraço e parabéns!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a conciliação foi resultado da ação de muitos deputados, eu fui apenas um deles. Mas é importante enfatizar o papel do deputado Darci de Matos, que levantou, em termos de projeto de lei, primeiramente essa preocupação; depois os deputados Nilson Gonçalves, Antônio Aguiar, Elizeu Mattos, Kennedy Nunes, Décio Góes, as comissões, enfim, essa foi uma preocupação, deputado Antônio Aguiar, que envolveu toda a Casa e o próprio deputado Renato Hinnig, que apresentou o projeto de lei na melhor das intenções.

Nós sempre deixamos muito claro que quando analisamos a matéria, deputado Jailson Lima, naquele momento, talvez não tenhamos tido a preocupação de olhar por outro ângulo. Mas demo-nos conta e estamos reconhecendo o erro, ou seja, deveríamos ter transferido na lei, deputado Kennedy Nunes, o que não ficou claro, a responsabilidade pela segurança para quem ganha a maior fatia do lucro, que são os banqueiros. Contudo, da forma que aprovamos, acabamos prejudicando exatamente aqueles que, como diz o ditado, botam a mão na massa, mas ficam com a menor fatia do bolo.

Eu fui convencido, sr. presidente, de que se nós não fizessemos a alteração da lei, deputado José Natal, inviabilizariamos o negócio das agências lotéricas em Santa Catarina. Mais de 90% delas fechariam as portas a partir do dia 17 deste mês. Além disso, deputada Ada De Luca, garantir a segurança pública é uma obrigação do estado, não só do secretário Ronaldo Benedet, porque com esse já não se conta mais, pois agora só pensa em voto e no que ele menos pensa é em segurança.

Srs. deputados, o estado de Santa Catarina como um todo, os municípios, o governo federal, enfim, o poder público nos três níveis tem que garantir a segurança do cidadão. Afinal de contas, deputado Genésio Goulart, nós pagamos uma das maiores cargas tributárias do mundo, as pessoas físicas e as jurídicas, e não seria justo manter mais essa obrigação para esses que são pequenos empreendedores que têm na atividade, muitas vezes, a própria família trabalhando. Mas se não for da família, geram dois, três ou quatro empregos. Precisariamos de quantas grandes empresas para absorver essa mão-de-obra?

Ninguém está aqui votando contra o vigilante, não, deputado Jorginho Mello! Ninguém é contra o vigilante, até porque nós não estamos desmontando ou fechando nenhum emprego. O que havia era a expectativa de que empregos pudessem ser abertos com essa obrigatoriedade. Mas como é que eles serão abertos, deputado Jailson Lima, se ao obrigarmos as lotéricas a fazerem essas contratações, nós inviabilizaremos o seu

funcionamento?! Evidentemente nós iríamos gerar, sim, mais desemprego para todas as famílias que dependem da atividade!

Por isso, o entendimento da maioria esmagadora dos deputados, não só deste deputado, nem de nenhum deputado individualmente, mas a maturidade desta Casa reconheceu a necessidade de refazer o debate, de reconstruir uma proposta, e estamos aqui, neste momento, para fazer justiça aos trabalhadores, corrigindo aquilo que deixamos passar sem um debate mais ampliado.

Por isso, quero agradecer a oportunidade que tive também. Foi uma missão difícil, sim, mas através do diálogo amplo, deputado Décio Góes, e com a participação muito responsável de todos conseguimos chegar a este bom momento.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, para não ser repetitivo, mas para acrescentar alguns elementos, é importante que fique claro neste debate que não se trata de vigilante contra lotérica, até porque nós respeitamos e entendemos a legitimidade da luta de cada categoria pelos seus interesses. Agora, o que deve prevalecer aqui é o interesse do povo catarinense como um todo.

Entendemos que são duas categorias exploradas: os vigilantes, pelas grandes empresas, que recebem altos custos na prestação de serviço e remuneram pouco o funcionário; e as lotéricas, que recebem uma parte ínfima do resultado do seu trabalho.

Quando aprovamos a lei inicial, tínhamos a expectativa da geração de emprego, mas muito em cima também da ideia de que quem iria pagar a conta seria o sistema bancário, pois quando vemos os seus balanços financeiros, percebemos o quanto esse sistema é lucrativo e quanto precisa ser regulamentado para arcar com esse tipo de ônus, por exemplo.

Mas a verdade é que o custo recaiu sobre o pequeno, e daí a necessidade de revertermos o projeto aprovado, por conta do prazo de vigência da lei, 17 de setembro. E a melhor maneira que encontramos, no momento, foi manter a exigência de vigilância em lojas com mais de quatro máquinas. Num mercado de 400 lotéricas, 50 delas se enquadrariam nessa alternativa, cumprindo o objetivo inicial da lei.

Foi isso o que conseguimos avançar até o momento, em função do tempo de que dispúnhamos. Estamos abertos para novos diálogos e estamos encaminhando indicativo ao Congresso Nacional para que regulamente melhor a lei federal com relação às lotéricas, aos postos com caixas eletrônicos, às lojas e aos estabelecimentos credenciados, pois ela é, em última análise, a grande responsável por essa questão.

Então, orientando a bancada do Partido dos Trabalhadores, o nosso voto é favorável ao projeto de autoria do deputado Darci de Matos.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fazendo justiça, a Assembleia Legislativa vai deliberar acerca de um projeto de lei que atende a sociedade catarinense, e por isso a bancada do PMDB vota "sim", sr. presidente.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, trata-se de um projeto que mobilizou várias bancadas com assento nesta Casa. Fiquei muito comovida, hoje pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação, vendo os empresários das lotéricas e os representantes dos Correios mobilizados, discutindo, cochichando nesta Casa Legislativa.

Este projeto é muito significativo e não poderia omitir-me nessa votação tão importante. Por isso, vamos votar a favor.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, pela liderança do PSDB, em nome dos deputados Serafim Venzon, José Natal, Nilson Gonçalves, Marcos Vieira e de v.exa., voto a favor do substitutivo global do deputado Darci de Matos, para resgatar um erro que nós aqui mesmo cometemos e que não poderíamos furtar-nos de corrigir.

Parabéns aos lotéricos! O voto da bancada do PSDB é "sim", sr. presidente.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Quero comungar das palavras de alguns parlamentares que me antecederam, que disseram que realmente o que nós estamos fazendo é um remendo, pois quem deve arcar com o ônus dos vigilantes são os bancos, é a Caixa Econômica Federal, enfim, os homens que detêm o poder econômico deste país.

Parabéns a todos pela mobilização! E digo mais, ainda haveremos de retornar a esse assunto porque não é justo que alguém fique atrás de um caixa 24 horas, ganhe somente tostões e ainda tenha que pagar um guarda para garantir a segurança!

Parabéns e contem com esta deputada!

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, estamos retornando a um projeto que já foi votado nesta Casa. Infelizmente, ele não foi bem discutido com toda a nossa sociedade, assim como o piso salarial estadual que ao longo do tempo foi discutido muito nesta Casa, com as lideranças sindicais, com o governo do estado e também com os empresários.

Quero dizer tanto para o sindicato dos vigilantes quanto para os profissionais e proprietários de lotéricas que os dois segmentos estão têm razão. E o meu coração fica dividido em mudar o voto de um projeto que aprovamos nesta Casa por unanimidade, por falta de discussão.

Mas quero dizer que vou votar conforme a orientação da minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, ou seja, a favor do substitutivo global. Porém faço isso com o coração apertado porque restaram dúvidas ficou, uma vez que os dois lados têm razão. O problema é que não sabemos quem vai pagar a conta.

Dessa forma, por ter discutido a matéria com o meu partido e por uma razão realmente emocional, estou votando conforme orientação da minha bancada, como foi acordado, hoje, na comissão de Constituição e Justiça e na comissão de Finanças.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, também quero encaminhar meu voto favorável ao substituto global, demonstrando que esta Casa está cumprindo sua função, ou seja, a de verdadeira representante do cidadão catarinense.

Votamos o projeto esses dias, mas agora tivemos a coragem e a responsabilidade, após ouvir os reclamos da população e das entidades envolvidas, de aperfeiçoá-lo, uma vez que passou quiçá até despercebido pelos 40 deputados. Talvez, quando da votação anterior, deputado Moacir Sopesa, estivéssemos pensando na segurança do cidadão catarinense, achando que estaríamos fazendo um bem para a população, mas não pensamos que havia centenas de milhares de funcionários de lotéricas, de pequenas lotéricas, de lotéricas familiares que poderiam perder seus empregos.

Então, estamos aqui votando o substitutivo global, dando condições às pequenas lotéricas e às pequenas agências dos Correios de continuarem funcionando e, acima de tudo, garantindo o emprego das pessoas que lá trabalham.

Penso que discutindo a questão da segurança poderemos encaminhar uma solução para o problema, já que essa é uma função, é um dever do estado. Temos que rediscutir, sim, a questão da segurança.

Mas hoje o mais importante é garantir, sem dúvida nenhuma, o emprego de milhares de funcionários que talvez fossem demitidos se essa lei fosse colocada em prática.

Por isso, o meu voto é favorável ao substituto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, lotéricos aqui presentes, público que nos acompanha, quando esta Casa aprovou o projeto anterior, ela estava munida da melhor das intenções, pois creio que até os lotéricos concordam que tem que haver mais segurança para o funcionário da loja, que hoje está exposto à criminalidade. No entanto, erramos na forma, ou seja, imputar o custo do aumento da vigilância ao elo mais fraco da cadeia, que é o franqueado, que é aquele que ganha uma fração pequena do lucro, é injusto.

Agora analisando a repartição dos recursos em relação aos franqueados, realmente a Caixa Econômica Federal ganha muito e remunera mal aquele que está exposto no dia-

dia. Então, que a partir da correção desse erro, através do substitutivo global de autoria do deputado Darci de Matos, não nos esqueçamos da questão da segurança para o lotérico e o franqueado. Se esta Casa encontra outras maneiras para cobrar a segurança pública, também temos que cobrar da Caixa Econômica Federal medidas que possam minimizar essa situação. Então, espero que possamos corrigir aqui o erro, mas que não percamos o problema de vista.

Eu faço, sr. presidente, um pedido a v. exa. para que votemos também o segundo turno e a redação final da matéria, já que a lei está na iminência de entrar em vigor. E que possamos sair desta Casa hoje com a lei aprovada e toda a tramitação definitivamente encerrada neste Parlamento.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, representantes dos vigilantes, representantes dos lotéricos, é preciso esclarecer que o nosso projeto, quando foi proposto no ano passado, teve o intuito de garantir segurança às pessoas que utilizam esse tipo de serviço, mas também não imaginávamos que pudesse, agora na sua implementação, trazer prejuízos aos lotéricos, pois essa não era a nossa intenção.

Essa é uma discussão que chegou a esta Casa com esse projeto e que agora, por conta do substitutivo global, aprofundamos. E quero deixar registrado que ela não termina na data de hoje, com a aprovação deste projeto. Precisamos continuar discutindo essa questão na Casa e propor, quem sabe, uma reformulação na legislação federal que trata desse assunto, para que as instituições ao contratarem correspondentes bancários assumam a responsabilidade por esse custo, porque já existe a obrigatoriedade das casas bancárias e instituições financeiras utilizarem vigilância profissional. Esse também é agora o caso das lotéricas. Então, precisamos regulamentar melhor isso, para que ao garantir a segurança às pessoas, esse custo seja assumido pelas instituições bancárias.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, já na apreciação do primeiro projeto entendíamos que poderia haver desencontro de informações. A nossa bancada, liderada pelo deputado Sílvio Dreveck, discuti a matéria com o deputado Renato Hinnig tentando buscar um denominador comum. Talvez no afogadinho, deputado Joares Ponticelli, tenhamos entendido que o projeto não traria prejuízo às lotéricas. Mas após receber centenas de correspondências de lotéricas de pequenos e até de médios municípios, visitamos vários locais e vimos que, na realidade, estávamos cometendo uma injustiça com as lotéricas. Por quê? Porque o percentual recebido pelo trabalho prestado é insignificante. Ganham um pouco pelo volume do trabalho e não pela remuneração merecida.

Por isso, cumprimentamos todos vocês não pela mobilização, mas porque se trata de fazer justiça. Não vamos prejudicar ninguém porque as lotéricas manterão os seus funcionários, manterão o seu quadro, e os vigilantes não sofrerão prejuízo porque não terão o desgaste de dispensar seus funcionários que não foram admitidos para esse trabalho. Portanto, estamos realmente fazendo justiça!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho

Mello) - Deputado Moacir Sopelsa, espero que v. exa. seja o último orador.

Com a palavra, com muito prazer, pela ordem, por até cinco minutos, o deputado Moacir Sopelsa, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Não preciso de cinco minutos, quero apenas, sr. presidente, e todos querem, que o projeto seja votado.

Mas quero fazer apenas um comentário e dizer que, nesses últimos dias, recebemos dezenas de telefonemas de pequenas lotéricas, colocando-nos as dificuldades que teriam, o desemprego que iria acontecer, o fechamento dessas pequenas casas.

E quero justificar a nossa posição anterior, dizendo que quando votamos esse projeto, imaginamos que pudéssemos melhorar o trabalho das lotéricas, dando segurança para o cliente e para o proprietário. Não imaginávamos que muitas dessas lotéricas, com o lucro que têm, tivessem dificuldade de pagar um vigia. Por isso, acho que estamos fazendo em tempo a correção e dando a oportunidade para que essas casas possam continuar prestando o grande trabalho que prestam.

Mas não posso deixar de registrar também que os bancos - principalmente a Caixa Econômica Federal, que é quem credencia essas casas -, que têm a parte maior dos lucros, devem participar e comprometer-se com a segurança.

Por isso o meu voto é favorável e gostaria, na mesma esteira do deputado Cesar Souza Júnior, que pudéssemos votar o projeto em primeiro e segundo turnos e liquidar a fatura no dia de hoje.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência já tomou a decisão de votar não só essa matéria, como também o PLC n. 0030/2009, que é o projeto do piso salarial, no dia de hoje.

Então, fiquem tranquilos porque serão feitas as duas votações.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade, na forma do substitutivo global.

(Palmas das galerias)

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2009, de origem governamental, que institui, no âmbito do estado de Santa Catarina, pisos salariais para os trabalhadores que específica e adota outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, queremos discutir porque a nossa bancada tem um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Dirceu Dresch, a Presidência está abrindo a palavra para discussão. V.Exa. não se preocupe que todos os deputados vão ter o direito de se manifestar como sempre o fizeram.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos visitam no dia de hoje, trabalhadores das mais diversas categorias aqui presentes, quero dizer que desde que cheguei a esta Casa entendi que Santa Catarina precisaria, a exemplo de outros estados, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, regulamentada em 2002, estipular o seu piso salarial regional.

Quero também cumprimentar e parabenizar todas as centrais sindicais pelo trabalho realizado, e também o governo do estado, que em vários momentos sentou para discutir com a representação dos trabalhadores para construir o projeto.

É verdade que o processo foi demorado, pois há mais de três anos um abaixo-assinado veio para esta Casa. E vejamos a importância desse abaixo-assinado construído pelos trabalhadores, pois forçou o governo a encaminhar a esta Casa um projeto acordado com as centrais sindicais e com vários empresários. Todo o trabalho, toda a luta e toda a dedicação foram muito importantes!

O que queremos levantar agora é a surpresa que tivemos no dia de hoje, pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, quando vimos que o projeto continha uma diferença profunda em relação àquilo que havia sido acordado na semana

passada na comissão de Economia, que é a comissão de mérito.

Na comissão de Economia fora acordada uma emenda de autoria do deputado Elizeu Mattos, líder do governo, que, segundo ele, havia sido conversada com o governador, e que criava, além de outras coisas, uma comissão tripartite para negociar todos os anos a proposta de aumento do piso a ser enviada a esta Casa. Infelizmente, hoje pela manhã, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, tivemos a surpresa de ver que no relatório do deputado Romildo Titon, presidente da comissão, não constava o governo como membro da comissão tripartite.

Por isso, estamos apresentando um requerimento que solicita a volta do governo à comissão tripartite, como havia sido deliberado na comissão de Economia, que é a comissão de mérito competente. Entendemos que aprovar o projeto sem a participação do governo do estado, sem a participação do Poder Executivo, na comissão tripartite prejudica os trabalhadores.

Assim, a nossa bancada apresenta um requerimento, que diz no seu art. 2º:

"Art. 2º [...]

Parágrafo único - a atualização dos pisos salariais nesta lei complementar será objeto de negociação entre as entidades sindicais dos trabalhadores, dos empregadores, com a participação do governo do estado de Santa Catarina. [...] "[sic]

Essa é a proposta que estamos apresentando, porque não há sentido que o Poder Executivo encaminhe o projeto de criação do piso salarial regional e não participe da comissão de negociação dos reajustes. Se o governo estadual não participar, vamos chegar a 2011 e, com certeza, o piso estadual estará no mesmo valor do salário mínimo nacional. E aí todo o esforço, toda a discussão e toda a mobilização terão sido em vão.

Por isso, conclamo todos os deputados, principalmente os da base do governo, a aprovarem o projeto acordado com o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, que infelizmente não está aqui para fechar o acordo com os demais deputados para podermos votar o que estava acordado anteriormente.

Então, essa é a nossa expectativa, esse é o nosso pedido, srs. deputados, sras. deputadas.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, como o deputado Dirceu Dresch falou por cinco minutos, eu peço a todos os srs. deputados que usem a palavra, para discutir, também por cinco minutos.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, trabalhadores aqui presentes, estamos votando um projeto que vai melhorar, sem sombra de dúvida, a qualidade de vida dos trabalhadores e fará justiça para mais de 400 mil catarinenses.

Eu gostaria de chamar a atenção, em primeiro lugar, que Santa Catarina é o último estado do sul a conquistar o piso salarial regional, uma vez que o Paraná e o Rio Grande do Sul já o fizeram. Em segundo lugar, quero salientar que na Câmara Federal vota-se primeiramente o projeto e depois os destaques, ou seja, as emendas. Esta Casa, no entanto, vota em primeiro lugar as emendas, ou destaques, para depois votar o projeto. E isso, em minha opinião, prejudica o bom andamento do processo legislativo.

Eu acho que esta Casa tem que pensar em alterar, no futuro, a ordem das coisas: votar inicialmente o projeto e depois os destaques. Na votação do Código Ambiental e de outros projetos foram votadas as emendas e depois os projetos, o que prejudicou o conteúdo e o bom fazer das leis.

Eu sou membro da comissão de Economia, na qual o líder do governo fez um pedido de vista, negociou uma proposta com todas as centrais e com o sr. governador - e eu presenciei, ouvi o telefonema a sua excelência - e todos concordaram. A comissão votou a proposta e por cinco votos a dois aprovou-a.

Ora, o que pode ocorrer agora? Se vamos votar primeiro as emendas, temos que apresentar

inicialmente a proposta da comissão de Economia. Se for derrubada essa emenda, eu não posso entender que passe a emenda do deputado Romildo Titon, apresentada hoje de manhã na comissão de Constituição e Justiça.

Por isso, eu quero fazer um apelo ao PSDB, uma vez que o companheiro José Natal representa aqui o deputado Elizeu Mattos, líder do governo, porque se não for aprovada aquela emenda do acordo, pode ocorrer um fenômeno diferente; se o PSDB não se manifestar, deputado José Natal, quanto à emenda do deputado Romildo Titon, e não se aprovar nem a emenda da comissão de Economia e nem a da comissão de Constituição e Justiça, de autoria do deputado Romildo Titon, o que vai valer? O projeto original! E isso acaba sendo melhor do que a emenda do deputado Romildo Titon.

Então, esse é o apelo que eu faço, e pediria à Mesa 15 minutos para que os parlamentares possam discutir. Por quê? Por que estou pedindo isso? Porque todos os deputados são favoráveis ao piso salarial, ninguém se está manifestando contra, todos são favoráveis a essa grande conquista. Por isso é que na tramitação sempre devemos votar em primeiro lugar o projeto e depois os destaques. Nunca as emendas e depois o projeto, porque isso dificulta o entendimento.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Eu só queria que v.exa. corrigisse o seu discurso, porque a emenda não é de minha autoria, mas do deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Faça a correção, deputado Romildo Titon, e faça mais um apelo para que haja entendimento entre o deputado Sílvio Dreveck e os demais aqui presentes, para que tenhamos uma alternativa ao que foi votado na comissão de Economia, que valha o projeto original do governador, porque quando foi retirado o Poder Executivo da comissão tripartite e ficaram somente duas partes, os empregadores e os empregados, passou a ser livre negociação e não pode ser previsto em lei!

Portanto, esse é o meu entendimento e peço, sr. presidente, que suspendamos esta sessão por 15 minutos para que haja entendimento entre os parlamentares.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir...

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, foi solicitada a suspensão da sessão por 15 minutos. Gostaria que v.exa. colocasse em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, esta Presidência não coloca nenhum óbice, desde que exista a aprovação unânime dos srs. líderes.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, gostaria que continuássemos a discussão. Mais tarde, depois que todos tivessem exposto os seus pensamentos, poderíamos, quem sabe, suspender a sessão.

Somos todos favoráveis ao projeto. O óbice parece ser uma única palavra: "governador". Parece que o Democratas vai apresentar um pedido de destaque, Então vamos discutir primeiramente e depois de todos colocarem o que pretendem aqui em plenário, suspendemos a sessão para saber o que pode ser feito.

Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Então, v.exa. não concorda com a suspensão? O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Então, não será suspensa a sessão.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, pediria ao deputado José Natal um pouquinho de coerência. Acho que todos são favoráveis ao piso regional, só há uma discordância que é a participação ou não do governo do estado na negociação.

Estamos aqui e temos a tarde toda, a noite inteira para discutir, mas seria ideal, seria prudente que os líderes se reunissem para tentar chegar a um acordo e poderemos votar um projeto com o qual todos estejam de acordo.

Nós vimos agora a bancada do PMDB dividida, uns querendo a participação do governo e outros não. O líder do governo, deputado Elizeu Mattos, que está viajando, foi quem apresentou a emenda sugerindo a participação do governo, mas parte da bancada do PMDB está querendo votar contra.

Então, acho que o entendimento é fundamental. Concordo com o deputado Professor Grando de suspendermos a sessão por 15 minutos para que os líderes tentem chegar a um acordo e que possamos votar um projeto redondo, que atenda o interesse de todos os deputados e que, principalmente, atenda o interesse de toda classe trabalhadora aqui reunida.

Por isso, o meu pedido é que o deputado José Natal reveja a sua posição e que os líderes procurem chegar a um consenso.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência concede a palavra, pela ordem, à sra. deputada Professora Odete de Jesus e comunica que somente suspenderá se houver acordo unânime dos líderes. Essa é norma estabelecida nesta Casa e não vamos mudar absolutamente nada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Gostaria de endossar as palavras do líder do PPS, deputado Professor Grando, que pede que suspendamos a sessão para discutir. Sempre houve acordo de líderes nesta Casa, por que hoje não há, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Consulto o sr. deputado José Natal para saber se podemos sair desse impasse que não vai dar em nada. V.Exa. concorda em discutir ou não?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Nós estivemos conversando aqui, sr. presidente, e concordamos em suspender esta sessão para discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - V.Exa. concorda em suspender a sessão?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Concordo.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Como todos os srs. líderes concordam, esta Presidência acata a solicitação e suspende esta sessão por 20 minutos, ou seja, até as 17h20. Se chegarem a um consenso antes, comuniquem a esta Presidência que os trabalhos serão reabertos, mas os 20 minutos são improrrogáveis.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos e gostaria que todos os srs. deputados nos ouvissem, como também os visitantes.

Estávamos discutindo com todos os srs. líderes, como fazemos sempre nesta Casa democrática, onde todos os deputados e todas as lideranças têm condições de participar e de

decidir. Como não houve consenso, demorou um pouquinho. Mas foi feito um debate.

Esta Presidência consulta os srs. deputados se continuamos com o tempo de cinco minutos para cada orador discutir.

(Os deputados concordam.)

O primeiro inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos, para discutir.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, srs. parlamentares, sras. parlamentares, sindicalistas, trabalhadores, como o presidente comunicou, não houve consenso entre as diferentes lideranças. Mas quero acreditar em três grandes valores da democracia e do Parlamento. O primeiro valor é o ritual, o processo construído dentro desta Casa, independentemente quem ganha ou de quem perde. Este é o primeiro valor que deve ser preservado num estado democrático, numa sociedade democrática, deputado Ismael dos Santos, ou seja, o ritual, que é o processo, as emendas, as comissões, o respeito aos relatórios, como o relatório do deputado Elizeu Mattos, líder do governo, no qual este parlamentar, em nome da bancada, votou a favor. Nós aprovamos a emenda que prevê a participação do governo na comissão de negociação. Esse é o primeiro valor, que é o ritual, o respeito ao Regimento Interno.

O segundo valor construído é o acordo no âmbito da comissão de mérito, na comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. E é nesse acordo construído que queremos votar hoje, deputado Edison Andriano. E qual é o acordo? O acordo foi construído pelo líder do governo com as lideranças sindicais, com os diversos setores e com os próprios deputados. E s.exa. falou em nome do governo! Diante disso, este parlamentar, em nome da bancada do PT, votou a favor daquele acordo construído.

Queríamos mais, deputado Jean Kuhlmann; queríamos que a vigência da lei iniciasse agora; queríamos que houvesse a atualização do valor em 2010; queríamos que houvesse data-base definida, por exemplo, a mesma que define o salário mínimo nacional. Mas a classe trabalhadora, as centrais e os sindicatos cederam. E o líder do governo cedeu em quê? Permitindo que o governo participasse da negociação.

Portanto, o valor aqui se chama acordo construído. A palavra do líder do governo vai continuar valendo? E ele falou em nome do governador, falou em nome da secretária de estado Dalva Dias, que ajudou com as centrais sindicais na articulação desse projeto.

Por isso, essa segunda questão está em discussão, uma vez que a nossa bancada votou em um acordo conjunto, no qual o governo cedeu um pouquinho permitindo a sua presença na comissão de negociação.

Em terceiro lugar, só estamos apresentando o destaque, mas, deputado Padre Pedro Baldissera, o destaque não é nosso. Estamos apresentando o destaque do deputado Elizeu Mattos, líder do governo. É esse destaque que estamos apresentando para ser votado aqui num primeiro momento, porque ele foi excluído da deliberação no âmbito da comissão de Constituição e Justiça.

Por isso, nobres pares, queremos que essa festa de hoje termine bonita, com a construção do salário mínimo regionalizado de Santa Catarina, graças à sensibilidade de todos os deputados. Vamos ter um salário mínimo e nenhum trabalhador na iniciativa privada deste estado vai receber menos do que R\$ 587,00, depois R\$ 617,00, R\$ 649,00 e R\$ 679,00.

Portanto, Santa Catarina, toda essa luta e mobilização são conquistas, são vitórias porque representam mais dignidade e mais cidadania para os trabalhadores do estado. Representam também uma homenagem às mulheres de Santa Catarina, às trabalhadoras catarinenses, que são aquelas que menos recebem no estado.

Por isso, queremos que a festa termine bonita, com todos os 40 deputados acolhendo o destaque não da nossa bancada, mas do líder da maioria, deputado Elizeu Mattos, para que governo, sindicalistas e trabalhadores sentem à mesma mesa e discutam a atualização do salário mínimo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, companheiros trabalhadores do estado de Santa Catarina, estamos aqui para receber aplausos e vaias. Cada um de nós se manifesta conforme a sua convicção, vinculada ao interesse social do qual é representante. Portanto, ser aplaudido ou vaiado depende muito de quem está sentado aí em cima. Outro dia, pessoas sentadas aí em cima vaiaram colegas que hoje estão sendo aplaudidos. Essa não é a questão e sim o mérito, o conteúdo do debate que tem de ser feito e quais são as posições que devem de ser tomadas.

Existiam várias emendas para serem apresentadas a esse projeto, mas abstermos-nos de apresentá-las porque os informes que tínhamos dos deputados nas comissões, dos representantes dos trabalhadores com os quais conversamos, é que se estava trabalhando para construir um consenso em cima de um projeto defendido pelas centrais sindicais, pelo movimento de base, uma proposta defendida reiteradas vezes pela secretária de Assistência Social, Dalva De Luca Dias, e por todos os trabalhadores de Santa Catarina. Enfim, quando havia um número de assinaturas suficientes para entrar com projeto de iniciativa popular, o governo mandou o seu projeto para cá. E nós nos abstermos de apresentar emenda, porque queríamos aprovar o projeto o quanto mais rápido possível.

Deputados da base do governo, como o colega Cesar Souza Júnior, líder do DEM, vieram aqui e disseram que apoiavam o projeto. Aplaudimos e continuamos aplaudindo, porque continuam dizendo que apoiam. Havia um acordo possível dentro do texto original. Mas, aos 47 minutos do segundo tempo, quando todos iriam ser aplaudidos, prevaleceu na comissão de Constituição e Justiça, na manhã de hoje, a posição minoritária da comissão de mérito. E o voto que deveria estar em destaque seria a emenda do deputado Silvio Dreveck e não a emenda do deputado Elizeu Mattos, lá na comissão de Economia.

Isso mais uma vez reacende a nossa convicção de que toda vez que há interesse econômico em jogo não existe consenso, não pode existir consenso nesta Casa. Isso o deputado, vice-presidente da Casa, Gelson Merísio, disse-me já na votação do Código Ambiental. Estávamos iludidos de que haveria consenso na tarde de hoje, mas infelizmente não haverá. Porque o que se está querendo aprovar, a partir da emenda, derrotada na comissão de Economia, do deputado Silvio Dreveck, é que vale a livre iniciativa. Ou seja, nesse caso não precisaria projeto de lei. Se vale a livre iniciativa, por que então se está

fazendo um projeto de lei? Se o deputado discursa dizendo que tem que valer a livre iniciativa, por que cola esse adesivo e diz que é preciso aprovar esse projeto? Por acaso é para esse projeto valer só no ano que vem, 2010, e em 2011 não ter mais validade?

Ora, se o estado não tem responsabilidade sobre esse assunto, não precisaríamos estar aqui na tarde de hoje. O estado tem obrigação, sim, tanto é que o Poder Executivo mandou o projeto para cá. Nós, deputados, que estamos defendendo o projeto do governo, infelizmente estamos batendo contra deputados que defendem o governo - felizmente, não todos.

A emenda consensual do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, está sendo negada por deputados que são da base do governo, inclusive pelo líder do governo em exercício. E alguém vai tentar convencer-me de que os interesses de classe não estão intervindo nessa discussão?

A nossa posição, portanto, está mantida e vai ser a favor dos trabalhadores!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de cumprimentar todas as lideranças, nominando as que estão presentes na tarde de hoje. Mas como o tempo é curto para o debate, vou-me ater simplesmente a fazer um apelo a todos os parlamentares para que votemos em conjunto essa iniciativa. Até porque acredito, sr. presidente, que o Parlamento catarinense, hoje, vive um dia histórico. Depois de 21 anos da Constituição de 1988, Santa Catarina pode possibilitar aos trabalhadores um salário mínimo regional.

Eu quero dar os parabéns ao movimento sindical, aos movimentos sociais, a todos aqueles trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres que fizeram, sr. presidente e srs. deputados, um abaixo-assinado com mais de 45 mil assinaturas, que veio a esta Casa para esse debate.

Então, foi um projeto amplamente discutido. E até vou elogiar o governador Luiz Henrique, que permitiu, juntamente com diversos parlamentares, que esse projeto viesse a ser debatido e aprovado nesta Casa.

Mas eu não poderia deixar, sr. presidente, de pedir encarecidamente para os deputados da base governista, do Democratas, do PSDB, do PDT, do PMDB e do PRB, que aprovem o projeto como foi acordado desde o início. Porque não posso crer, deputada Professora Odete de Jesus e demais parlamentares, que quando estamos prestes a votar o projeto, depois de muito discutido com o governador - e o governador deu a sua palavra -, venha uma emenda modificativa quebrar o acordo.

Quero dizer que ninguém vai perder, nem empregados, muito menos a classe empresarial; que os empresários de Santa Catarina, que hoje são contra esse projeto - em diversos locais já se manifestaram contra, inclusive na minha cidade, Blumenau -, também vão-se beneficiar no futuro, porque ele vai gerar mais emprego, mais renda. Quem ganha mais gasta mais. E vão trabalhar mais, com certeza. O Brasil, várias vezes, quebrou, mas não foi por causa dos trabalhadores, que sempre se mantiveram firmes.

Dessa forma, sr. presidente, lamento profundamente que depois de acordos fechados, as coisas tenham mudado, porque para mim a palavra empenhada tem que ser cumprida na íntegra. Porque para a matéria vir

para este plenário foram feitas muitas reuniões nas comissões, e até o final o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, garantiu a palavra do governador.

Eu acho que é uma traição, lamento também de descaracterizar o projeto na sua forma original. Eu acredito que aprovar o projeto que vai modificar a emenda aprovada na comissão de Economia é retirar a responsabilidade do governo do estado de participar das negociações.

Dei os parabéns ao sr. governador porque sua excelência encaminhou o projeto para ser discutido nesta Casa, mas acredito que o governador, nessa hora, e espero que não, esteja lavando as mãos, como Pôncio Pilatos. Mas não é assim, srs. deputados, se todas essas pessoas estão aqui, na data de hoje, é porque estão esperando uma resposta, deputado Edison Andrino, dos representantes do povo catarinense e a nossa resposta tem que ser igual à Rio Grande do Sul e à do Paraná!

(Palmas das galerias)

Por isso que o voto hoje tem que ser dado com a consciência tranquila, de acordo com o que foi negociado com o governo do estado. Não queremos acreditar que o governador vai-se submeter à classe empresarial, dando as costas para os trabalhadores que o colocaram no poder!

(Palmas das galerias)

É dessa forma que peço a todos os deputados para votarem a favor do projeto na sua forma original.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Inscrito o deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, com relação a esse projeto do salário regionalizado houve uma discussão longa, com muitas cabeças e muitas ideias, para que fosse encaminhado para esta Casa. Após toda essa discussão, que levou muitos meses, veio o projeto para a comissão de Constituição e Justiça e o eminente presidente aprovou o projeto original. Depois, deputado Pedro Uczai, a matéria foi para a comissão de Finanças e Tributação. Eu quis encaminhar diretamente para a comissão de Economia, mas não aceitaram. Eu fui relator e relatei o projeto como ele veio do governo, após essa grande discussão com os sindicatos, enfim, com toda a área interessada. O projeto, então, foi encaminhado para a comissão de mérito, e lá houve muitas discussões, foram apresentados alguns pedidos de vistas e feitas algumas emendas. Depois o eminente deputado Renato Hinnig, que analisou o projeto original, pediu vistas. E quando ele apresentou o seu voto, o líder do governo na Casa, deputado Elizeu Mattos, apresentou o voto vista, na presença de mais de 700 pessoas, que foi aprovado por cinco a dois, inclusive com o meu voto, porque acompanhei o líder da bancada do governo nesta Casa. Como havia emenda, a matéria voltou para a comissão e foi aprovada outra emenda, sendo que o acordo feito pelo deputado Elizeu Mattos é o que se encontra aqui em destaque.

Em toda minha vida, eu só tive um caminho e uma estrada. Nunca votei contra mim, porque tenho consciência e luto para defender Santa Catarina, a sociedade, o trabalhador; eu luto para defender uma região. Então, se tive coerência a vida toda, como posso mudar hoje? Por isso, vou votar com

esse destaque para que o projeto do eminente deputado Elizeu Mattos seja aprovado e tenhamos aquele acordo cumprido! É assim que vou votar!

Muito obrigado, sr. presidente!
(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Jailson Lima, concedo a palavra a v.exa. por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero, neste momento, conversar com os deputados do PMDB que estão nesta Casa. Nós, do Partido dos Trabalhadores, fazemos a defesa de uma emenda de mérito, porque o governo não pode isentar-se das responsabilidades futuras de participação. No ano que vem mudará o governo e cada um aqui defenderá o seu candidato. Mas o deputado Elizeu Mattos, que no momento não está nesta Casa, pois se encontra no exterior, talvez não esperasse que nós, do PT, fizéssemos, deputado Edison Andrino, a defesa convincente da sua emenda, a qual tentamos resgatar neste momento.

Companheiros do PMDB, vejo que a bancada está dividida neste momento, neste plenário, mas é justo que se assumam uma liderança de fato, do início ao fim, principalmente quando ela defende o governo, como tem defendido aqui o deputado Elizeu Mattos.

O bolo que foi construído com esse acordo coletivo, deputado Padre Pedro Baldissera, foi confeitado e tem todas as cores, a cor da Força Sindical, a cor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, a cor da CUT, a cor da União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina, e é consenso de um debate público do estado catarinense. E temos que reconhecer que o governo mandou para esta Casa um projeto em tempo hábil e, principalmente, um projeto que é fruto do debate. E no momento mais importante, quando a velinha já foi colocada no bolo e só falta acendê-la para comemorar o casamento, deputado Padre Pedro Baldissera, estão querendo esconder as alianças.

Por isso, deputados do PMDB, v.exas. têm que ser solidários com o companheiro que nesta Casa sempre defendeu o governo com unhas e dentes e que hoje não está podendo fazê-lo por estar numa missão fora de Santa Catarina, no exterior, representando a Assembleia Legislativa.

Deputado José Natal, v.exa., nesta Casa, é o líder do governo. Vamos dar um presente de natal para esse povo e recuperar a emenda do deputado Elizeu Mattos para, de fato, consumir esse casamento e acender a velinha desse bolo!

(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo deputado inscrito é o deputado José Natal, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, amigos que nos prestigiam nesta tarde deste dia tão tumultuado, desde a parte da manhã, quando começou a primeira reunião da comissão que definiu a questão das casas lotéricas, vejamos como é fácil vir a esta tribuna e fazer o discurso para a plateia! É a coisa mais elegante que há.

(Vaias das galerias)

Os senhores, que se dizem democráticos, vêm aqui pedir que, quem decide, fale pelos senhores. Nesta Casa, neste momento, há alguém querendo interferir pelos senhores, mas até hoje de manhã não havia dado uma palavra a favor dos senhores. A

secretária do Trabalho de Santa Catarina, sra. Dalva Dias, até hoje não tinha vindo aqui falar com algum deputado, mas agora veio para cá fazer lobby para votar com os senhores.

(Manifestações das galerias)

Mas quero ser muito sucinto ao dizer que, desde o dia em que esse projeto entrou nesta Casa, eu me pronunciei favorável a ele. O líder do governo fez todas as negociações que tinham que ser feitas com os demais partidos e com alguns dos senhores presentes. Ele saiu do país a trabalho e não me deixou nenhuma orientação. Eu assumi a liderança do governo...

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Peço que me ouçam. Eu vou concluir.

Diante do posicionamento do deputado Manoel Mota nesta tribuna, que, no meu entendimento, fez também um discurso para a plateia, eu, como líder do governo, representando o governo neste momento, vou liberar os deputados da base para votarem do jeito que quiserem. Por quê? Porque estivemos até agora tentando um acordo, mas não foi possível, e o deputado lá na sala disse uma coisa e veio ao microfone falar outra.

Então, deputado Romildo Titon, eu quero cumprimentar v.exa. pelo seu esforço. V.Exa., no meu entendimento, também foi usado, mas deu o seu parecer conforme o Regimento Interno desta Casa, que se pauta em quê? Na constitucionalidade.

Portanto, quero dizer que, na condição de líder, libero a bancada governista para votar do jeito que quiser.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello)(Faz soar a campainha.) - Esta Presidência prorroga a presente sessão por mais uma hora.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Natal) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Que honra termos aqui a secretária Dalva Dias visitando-nos! Que bom ter as mulheres aqui nos visitando! Eu parabeno e registro, com grande orgulho e alegria, a presença da secretária Dalva Dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, quero aqui fazer uma correção. Infelizmente, o deputado José Natal não foi feliz ao se referir à nossa secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, porque por dois anos, junto com as lideranças sindicais, ela discutiu e elaborou o projeto que hoje está aqui para ser votado.

Por isso quero dizer com orgulho, como pedetista, que esse projeto que hoje está sendo votado tem a digital do PDT. Foi elaborado pela nossa secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, no momento em que fazemos parte da base do governo. Também temos o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, que muito nos honra, pois vem fazendo um grande trabalho em prol da classe trabalhadora de todo o país. Inclusive, o ministro estará aqui nesta sexta-feira.

Então, gostaria de fazer essa correção, pelo grande trabalho que a nossa secretária fez, pelos dias e noites passados em claro, trabalhando, procurando uma

solução junto com as centrais sindicais. E quero, em nome do presidente da UGT, o pedetista Moacir Pedro Rubini; da Força Sindical, na pessoa do Osvaldo Mafra; e da Nova Central Sindical, na pessoa do sindicalista Perdoná, saudar todas as outras centrais sindicais que estiveram diuturnamente elaborando esse projeto.

Ficamos felizes com o posicionamento do deputado Manoel Mota que, mesmo sendo do PMDB, veio aqui e declarou o seu voto favorável ao projeto e à indicação do líder do governo, deputado Elizeu Mattos.

Estamos aqui numa dualidade, em que o líder do governo faz uma indicação e a bancada do PMDB vota contra. E não é isso que interessa. O que queremos e o que interessa é que o projeto do novo piso salarial regional seja aprovado nesta Casa para valorizar o trabalhador catarinense.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Concedo um aparte ao deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado companheiro Dagomar Carneiro, queria reiterar o que v.exa. falou. Não é verdade que não houve discussão. A secretária Dalva Dias, desde o começo do ano passado, tem enviado comunicações a todos os deputados, inclusive pedindo apoio para esse projeto. Se alguém não quis discutir foram os empresários e a Fiesc. O governador deu a atribuição à secretária Dalva Dias para que elaborasse e discutisse com as centrais sindicais, e a Fiesc foi a que nunca apareceu. Então, houve, sim, a possibilidade de debate.

Essa é uma posição do PDT, e fico satisfeito de estarmos aqui fechados, com a presença da secretária Dalva Dias, do presidente estadual e de várias outras lideranças, junto com todos os trabalhadores de Santa Catarina e com todas as centrais sindicais. Portanto, parabeno todo esse movimento e esse esforço da vontade democrática.

Estamos aqui para apoiar o projeto conforme ele veio do governo, ou com as emendas que sejam de consenso com a classe trabalhadora que está aqui presente, e é isso que vamos fazer nesta tarde na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado pelo aparte, deputado Dagomar Carneiro, e parabéns pelo seu discurso!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Ressalto novamente o trabalho da nossa secretária Dalva Dias e de todas as centrais, de todos os trabalhadores. E destaco também o trabalho feito por esta Assembleia Legislativa, porque a nossa função é aperfeiçoar os projetos que vêm do governo do estado para que o grande beneficiário seja, sim, o trabalhador catarinense e, principalmente, aquele que antes não tinha a sua central organizada, como os trabalhadores rurais e as empregadas domésticas.

Por isso, voto também com a emenda do deputado Elizeu Mattos, porque precisamos que o governo faça parte como intermediador entre a classe trabalhadora e a classe dos patrões.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Aproveito a sua fala para agradecer a todas as lideranças que interromperam a sessão por 15 minutos para chegar a um consenso.

Eu quero reafirmar aqui o trabalho da Dalva Dias, secretária de Assistência

Social, e dizer que vou votar com o substitutivo, com o voto vista do deputado Elizeu Mattos, como v.exa. está votando.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Por isso então, sr. presidente, com muita satisfação e com muito orgulho de ser pedetista, temos certeza de que esse projeto, que tem as mãos do PDT, será aprovado por unanimidade por esta Assembléia, para o bem de todo o povo catarinense e dos nossos trabalhadores.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o deputado Edison Andrino, a quem concedo a palavra por até cinco minutos. O deputado Nilson Gonçalves acabou de fazer a sua inscrição também!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, eu escutei algumas colocações nesta Casa nas quais eu, pela minha experiência de vida pública, particularmente não acredito.

Eu não conheço projeto de secretária de estado! Eu conheço projeto de governador do estado, de prefeito, de presidente da República - falando aqui de Executivo - e de parlamentares. Esse projeto não é da secretária de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva Dias. Esse projeto é do governador Luiz Henrique da Silveira, do PMDB.

Eu discordo também da deputada Ana Paula Lima, quando disse que o governador lavou as mãos. Ele não lavou as mãos, teve, sim, determinação, firmeza de mandar esse projeto para a Assembleia Legislativa. Os deputados Elizeu Mattos e Antônio Aguiar, antes de fecharem o acordo, ouviram o governador do estado de Santa Catarina, pois não fariam sem ouvi-lo. Por isso, vamos cumprir com o acordo que foi feito pelo deputado Elizeu Mattos nesta Casa.

(Manifestações das galerias)

Tenho o maior carinho e respeito pela determinação do deputado Romildo Titon, que fez um trabalho exemplar nesta Casa, reconhecido não só em Santa Catarina, mas no Brasil inteiro, na relatoria do Código Ambiental, que mostrou também a determinação e a posição firme do governador Luiz Henrique em relação ao primeiro código de um estado brasileiro.

Espero que o piso salarial do estado de Santa Catarina seja seguido pelos estados do Piauí, da Bahia, do Pará, que são administrados pelo PT e que ainda não têm piso regional. Quem sabe Santa Catarina, que já deu o exemplo com o Código Ambiental, dê agora também com relação ao piso salarial, juntamente com estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, que já o possuem, é bem verdade.

Mas vamos aprovar, deputada Ada De Luca, o projeto do governador Luiz Henrique da Silveira, porque não acredito que o PDT, que está fazendo um bom trabalho na secretaria do Trabalho, tenha tomado essa posição isoladamente do governo do estado! Deve ter sido tomada depois de uma conversa muito demorada e aprofundada com o governador, que determinou que o projeto viesse a esta Casa.

Por isso, quero declarar o meu voto favorável ao acordo feito pelo governador do estado de Santa Catarina com relação a esse projeto.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o

sr. deputado Décio Góes, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só para restabelecer o que disse o deputado do PDT, Sargento Amauri Soares disse. S.Exa. afirmou que a secretária Dalva Dias teria tido contato com os deputados todo o tempo. Quero dizer que comigo ela não esteve em contato em momento algum. Não conversei com essa senhora, desconheço qualquer articulação.

Eu acho que deveríamos discutir aqui o principal, que é o projeto em si, e não estamos discutindo. Estamos discutindo uma emenda, quando o principal é o projeto, é o que interessa a todos nós. Essa emenda do deputado Elizeu Mattos é praticamente um consenso sobre o qual estamos discutindo no plenário a tarde inteira.

Era só isso que queria deixar claro, sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, trabalhadores e trabalhadoras que estão presentes nesta histórica sessão, quero, em primeiro lugar, parabenizar a luta de todos vocês que, na verdade, são os grandes motivadores e os grandes autores desse projeto.

Quero parabenizar a unidade do movimento sindical, que conseguiu impor esse projeto na pauta de Santa Catarina; quero saudar e agradecer o apoio da sociedade catarinense, que através de mais de 50 mil assinaturas manifestou ao governador seu desejo de que Santa Catarina não fosse mais o único estado do sul do Brasil a não ter um piso salarial regional e que essa dívida fosse equacionada. E o governo do estado, simbolizando, representando os interesses de todas as bancadas, mandou para esta Casa este projeto que institui os pisos salariais para o estado de Santa Catarina.

Tenho certeza de que o PIB de Santa Catarina, o nível que a economia de Santa Catarina alcançou deve ser dividido também com os trabalhadores. Por isso, a necessidade de haver um salário mínimo diferenciado do mínimo nacional. Toda economia catarinense, tão cantada em verso e prosa, que é próspera, que é grande, também deve ser revertida no salário dos trabalhadores. Os trabalhadores catarinenses com a aprovação desta lei terão mais condições de consumo e de movimentar mais a economia do nosso estado. Então, hoje estamos vivendo um momento muito significativo.

Quero manifestar aqui o nosso entusiasmo, a nossa alegria por estar participando deste momento histórico e dessa votação do piso salarial em Santa Catarina. E faço um apelo à base do governo para aprovar esse destaque que foi negociado com o líder do governo, dentro de um conjunto de emendas. Não foi negociada uma emenda separadamente, mas, sim, um bloco de emendas. Por isso, a emenda que prevê a presença do governo do estado na comissão tripartite que vai negociar os reajustes dos pisos salariais deve ser respeitada e aprovada. Esse é o apelo que fazemos a todos os srs. deputados e sentimos que há ambiente para a aprovação dessa matéria.

Saúdo todos, parabenizando-os por essa luta vitoriosa do dia de hoje, que ficará na história de Santa Catarina.

Parabéns aos trabalhadores catarinenses!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Décio Góes, quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento e, ao mesmo tempo, fazer justiça ao primeiro governador deste país a implantar o salário mínimo regional, que foi Olívio Dutra, do PT, em 2001, no Rio Grande do Sul.

(Palmas das galerias)

Aprovado este projeto aqui, nós o encaminharemos a todos os estados do país, pois ele é fruto da mobilização dos trabalhadores de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Décio Góes, eu jamais iria de encontro aos posicionamentos que tenho tido desde a minha juventude. Portanto, esta deputada, que v.exa. bem conhece, uma carvoeira, que sempre esteve ao lado do povo, jamais votaria contra este projeto!

Quero dizer a todos que não existe um estado forte se o seu povo também não for forte.

Parabéns pela luta de todos!

(Palmas das galerias)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Cesar Souza Júnior, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha nesta longa sessão, ocupo a tribuna inicialmente para, em nome da bancada do Democratas, deixar claro o voto favorável na forma do entendimento que foi construído com o deputado Elizeu Mattos, com as centrais sindicais, conforme acordo estabelecido.

(Palmas das galerias)

Senhoras e senhores, a nossa bancada hoje está feliz porque estamos votando nesta Casa um projeto que atenderá as pessoas mais carentes e mais necessitadas de Santa Catarina.

É muito frustrante, srs. deputados, às vezes, votarmos indicações, moções, matérias que possam fazer bem à vaidade e até possam agradar os parceiros políticos, mas que não chegam na ponta.

Nesta tarde sentimo-nos felizes por estarmos votando um projeto que beneficiará diretamente o pescador, a empregada doméstica, o trabalhador braçal, o agricultor de Santa Catarina, porque, vamos ser francos, viver em Santa Catarina com menos de R\$ 587,00 para quem trabalha 44 horas semanais é uma indignidade. Eles têm que pagar saúde, educação, cuidar dos seus filhos. Não se vive com esse salário! O que está sendo dado é uma melhoria a quem mais precisa.

Quero destacar aqui, em nome dos deputados Jean Kuhlmann, Darci de Matos, Ismael dos Santos e Gelson Merísio, a postura firme que a bancada sempre teve. Desde que o projeto chegou a esta Casa a bancada do Democratas se manifestou favoravelmente ao mérito e à urgência da matéria. E se esse projeto está sendo votado hoje nesta Casa é porque foi mantida a urgência do projeto,

senão nós sabemos bem, srs. deputados, que acabaria entrando nas comissões da Casa, tramitaria de cá para lá e acabaria adormecido, quer dizer, o tempo passaria e não seria aprovado.

Quero destacar aqui a luta dos trabalhadores que colheram as assinaturas e dizer que a pressão popular é legítima sobre este Parlamento.

Gostaria de destacar também a coragem do governador Luiz Henrique, que mesmo sob pressão, manteve-se firme dizendo à base aliada nesta Casa que mantivesse a urgência da medida e que mantivesse o espírito do projeto.

Quero deixar registrado ainda, srs. deputados, que Santa Catarina hoje nada mais faz do que exercer uma atribuição que lhe dá uma lei federal. E quase todos os estados do Brasil que têm renda *per capita* superior à média nacional já adotaram o mínimo regional. É diferente ganhar o mínimo no Maranhão, no Acre e na Paraíba do que ganhar o mínimo em Santa Catarina. O que estamos fazendo hoje é jogar mais dinheiro na conta do mais pobre, o que vai dinamizar a economia e, certamente, vai ajudar, no fim, a superar essa crise que está em vias de ser superada.

Srs. deputados, por fim, quero apenas destacar que, a meu ver, a polêmica estabelecida nesta Casa, nesta tarde, do ponto de vista jurídico é absolutamente inócua. Não adianta queremos retirar o governo da negociação, quando ele tem a atribuição, por lei federal, de enviar, quando quiser, um projeto para esta Casa. Não fosse neste ano, poderia ser no ano que vem, em 2012, 2013, 2014 ou 2015. Enquanto a lei federal der ao governador do estado a atribuição de enviar o projeto, ele poderá fazê-lo. Portanto, essa discussão, srs. deputados, não tem, do ponto de vista prático, muita utilidade, é muito mais, talvez, uma discussão política.

Tenho certeza de que nós, deputados desta Casa e o governo do estado, temos que nos orgulhar em votar uma lei que beneficia o cidadão catarinense mais carente, aquele que está na base da pirâmide, que luta de sol a sol e que tem dificuldade de sobreviver. Não é nenhuma maravilha de salário, mas certamente vai ajudar a vida daqueles que mais precisam.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - o próximo orador inscrito é o sr. deputado Romildo Titon, relator da matéria, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, sr. presidente, talvez não ocupe nem esse tempo todo.

Quero cumprimentar todos os srs. deputados, o sr. presidente, os senhores que participam conosco e dizer que, posteriormente, queremos dar o nosso encaminhamento.

Desde quando o governo do estado remeteu para esta Casa o projeto que fixava o mínimo em Santa Catarina, fui favorável e continuo sendo, até porque a justificativa do governo do estado era de que ele fora construído pelas mãos das entidades sindicais, que são as legítimas representantes da classe trabalhadora. Sabíamos perfeitamente também que não havia acordo com a classe patronal.

O projeto adentrou a esta Casa e assumi sua relatoria. Fui o primeiro parlamentar a declarar oficialmente o voto, porque sempre o primeiro relator é o da comissão de Constituição e Justiça. Muitos deputados ofereceram emendas, não aceitei, não aceitei nenhuma e aconselhei que

ninguém apresentasse mais emendas porque não iria aceitá-las na comissão de Constituição e Justiça. E fiz isso porque entendi que este projeto deveria ser aprovado na íntegra como veio para a Casa, porque, segundo o governador, fora por acordo que se chegara aos valores.

Bom, o projeto foi para a comissão de Finanças e Tributação, onde o meu relatório foi aprovado, segundo sei, sem emendas. Tramitou pela comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e, segundo soube, recebeu uma chuva de emendas. Soubemos pela imprensa, nos últimos dias da semana passada, que construíram um determinado acordo e que havia emendas do deputado Elizeu Mattos, que é o líder do governo. Porém, numa atitude estranha e, vou mais além, numa atitude irresponsável, o líder do governo não comunicou à bancada sequer se aquilo fora fruto de um acordo com o governo ou de sua própria vontade! Viajou para a Espanha e a bomba caiu na minha mão! A matéria retornou para a comissão de Constituição e Justiça, porque é praxe da Casa e é regimental retornar quando há emendas nas comissões de mérito, e eu tive que assumir a responsabilidade de analisar.

Primeiramente, reuni a minha bancada, consultei os companheiros e fechamos o acordo de que eu acataria a emenda do deputado Silvío Dreveck. Não é emenda de minha autoria, pois não tenho nenhuma emenda a este projeto. Eu tinha que analisar os aspectos das emendas que haviam sido apresentadas nas outras comissões. Havia dúvidas entre a emenda do deputado Silvío Dreveck e a emenda do deputado Elizeu Mattos. Houve a emenda pela emenda do deputado Silvío Dreveck, que tirava o governo da negociação, por entender que as forças sindicais deveriam fazer essa parte.

A bancada concordou e na reunião estava o secretário de Coordenação e Articulação do governo, o deputado Valdir Cobalchini, que disse que para o governo tanto fazia, que não iria se opor e que poderíamos fechar aquele acordo. Também foi uma atitude irresponsável, porque entendi que ele estava falando pelo governo, já que é o secretário de Coordenação e Articulação. Consultei as demais bases do governo e viemos para a comissão com um relatório fechado, acatando apenas a emenda do deputado Silvío Dreveck, diferente das outras. O PSDB e o Democratas aprovaram o meu relatório, inclusive numa situação bastante tumultuada.

Pois bem, agora, estranhamente, venho para cá e começo a ver os colegas da base cada um com sua própria opinião, cada um mudando o seu voto conforme o rumo do vento.

Eu não estou entendendo mais nada! O líder do governo, lá na Espanha, liga para um e para outro dizendo para votar com a emenda tal! O secretário Valdir Cobalchini liga para um e para outro votar com aquela ou com a aquela emenda, num desrespeito total - e aqui não vou citar o nome daqueles deputados que me confundiram. O líder do governo em exercício, deputado José Natal, libera a bancada! Francamente, este governo não dá para entender! Não dá para entender!

(Palmas das galerias)

Sou um homem de partido e sou um homem de bancada, mas infelizmente nem a minha bancada está honrando mais com o compromisso que assumi numa reunião.

Então, meu caro presidente e srs. deputados, eu deixei bem claro desde o início: sou favorável ao projeto que fixa o salário mínimo em Santa Catarina, porque foi fruto de um acordo, segundo o governo. Então, meu presidente, deputado Jorginho Mello, queria que v.exa. prestasse a atenção um pouquinho.

(Palmas das galerias)

Grande é a minha decepção, porque não sou contra ninguém, não estou aqui representando classe nenhuma, deputado Sargento Amauri Soares, como v.exa. insinuou hoje de manhã. Sou um homem que está aqui pela quarta vez, não represento segmento nenhum, nem entidade de classe, sou um homem que tem responsabilidade com toda Santa Catarina, os meus votos vêm de todas as áreas. Não estou aqui protegendo "a" ou "b", essa ou aquela classe. Eu aqui tenho a obrigação de honrar o compromisso com os 54 mil catarinenses que me elegeram!

E vou dizer, sr. presidente, não sou empecilho para nada. V.Exa., se os demais deputados concordarem, suspenda a sessão, refaço o parecer, mas com uma condição: não aceito emenda de ninguém e proponho a votação do projeto original, do jeito que veio do governo do estado. E quero ver os governistas agora! E quero ver a posição dos governistas agora!

(Palmas das galerias)

Faço esta proposta, se houver condição regimental: reunimos a comissão de Constituição e Justiça, eu rejeito todas as emendas, como fiz no primeiro parecer, e quero ver o discurso da Oposição, quero ver aonde ela vai. Quero ver! E quero ver a base do governo também!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador, deputado Moacir Sopelsa, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, venho a esta tribuna porque acho que quem está na Assembléia Legislativa veio respaldado pelos seus votos, veio respaldado pelos seus movimentos e pelo seu trabalho. Assim, não poderia deixar de me pronunciar, deputados Reno Caramori, Lício Mauro da Silveira e Professora Odete de Jesus - estou aqui no meu terceiro mandato, deputado Silvío Dreveck -, porque aprendi desde criança que compromisso se respeita, que palavra dada é palavra para ser cumprida.

Catarinenses, tudo aquilo que disse há pouco o deputado Romildo Titon foi acordado ontem, no almoço da bancada, com os deputados que estavam presentes e com o secretário de Articulação, Valdir Cobalchini, e o diretor-geral José Ari Vequi, que afirmaram que para o governo não tinha importância participar ou não da comissão de negociação. Os deputados que estavam no almoço deram autonomia para que o colega Romildo Titon, hoje, na comissão de Constituição e Justiça, tirasse a participação do governo do estado.

Quero dizer a vocês que sempre achei, desde o primeiro momento, que nosso estado deveria ter um piso mínimo. Eu disse no horário reservado aos Partidos Políticos, e muitos de vocês ouviram, que sou defensor da ideia de que precisamos dar qualidade de vida ao trabalhador, que precisamos dividir a renda.

Por isso, o projeto terá o meu voto favorável, mas não posso deixar de honrar um compromisso que assumi com um companheiro que chegou aqui da mesma forma que eu - e acredito que todos os deputados que estão aqui chegaram da mesma forma: através do trabalho, da transparência e da lealdade.

Não sou homem de duas palavras! Vocês poderão estranhar. Vou votar favorável ao projeto porque acredito na proposta, mas vou votar favorável à emenda do deputado Romildo Titon que foi aprovada hoje na comissão de Constituição e Justiça. Não por ser contra vocês, peço que me entendam, mas

porque ontem foi fechado um acordo com o secretário de Articulação, que afirmou que para o governo tanto fazia participar ou não da comissão de negociação.

Quero mais uma vez dizer a vocês, vamos fazer justiça, vamos aprovar o piso, vamos estabelecer um salário base para o estado de Santa Catarina e vamos buscar todas as correções que forem possíveis para dar àqueles que trabalham o direito de perceber pelo seu trabalho, para ter dignidade.

Muito obrigado!

(Vaias das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado, quero só dizer que sou um homem de fibra. Não me dobro com vaia e nem com aplauso. Sou um homem de palavra! Isso eu aprendi! Não voto pelos aplausos e nem pelas vaias.

(Vaias das galerias)

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, assomo à tribuna na tarde de hoje para me referir ao PLC n. 0030/2009, que está em fase final de tramitação nesta Casa. Todos, sem exceção, são favoráveis à fixação do salário mínimo regional em Santa Catarina. O governador Luiz Henrique da Silveira cumpriu uma determinação de uma lei federal e para cá encaminhou o presente projeto de lei complementar, que tramitou, sim, na comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Romildo Titon, que avocou para si a relatoria do projeto. Seu relatório foi aprovado por unanimidade na comissão, tendo lá a representação de todos os partidos com assento nesta Casa, inclusive a bancada minoritária, escolhida que foi por sorteio quando da constituição das comissões.

Segundo a tramitação normal, o projeto foi para a comissão de Finanças e Tributação desta Casa, onde foi destacado o eminente deputado Manoel Mota para ser o relator da matéria no âmbito interno daquela comissão. Houve a dúvida inicial se a comissão de Finanças era comissão de mérito para que lá tramitasse ou não. Chegou-se à conclusão que também a comissão de Finanças é comissão de mérito para tratar da questão, e não só a comissão de Economia, e lá recebeu parecer favorável do deputado Manoel Mota pela aprovação da forma como fora aprovada na comissão de Constituição e Justiça. E mais uma vez, por unanimidade, todos os partidos aprovaram o relatório do deputado Manoel Mota.

O projeto continuou seguindo, foi para a comissão de Economia e lá sofreu várias alterações.

O que diz o art. 142 do nosso Regimento Interno? No seu *caput* diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]"

Art. 142. Antes da deliberação do Plenário, as proposições, exceto os requerimentos, moções e pedidos de informação, serão submetidas à manifestação das Comissões, cabendo:

I - à Comissão de Constituição e Justiça, por primeiro, o exame de sua admissibilidade, quando for o caso, e, nos demais[...]

II - por segundo, à Comissão de Finanças e Tributação [...]

III - às demais Comissões a que estiver afeta a matéria, o exame do interesse público.

Parágrafo único. A proposição emendada nas Comissões a que se refere o inciso III deste artigo, retornará à Comissão de Constituição e Justiça para o exame da constitucionalidade e legalidade e à Comissão de Finanças e Tributação quando envolver aspectos financeiros ou orçamentários, as quais terão o prazo de duas reuniões ordinárias cada para apreciar as emendas. [...] [sic]

Regimentalmente retornou! E regimentalmente o seu relator tinha a competência de fazer o relatório que fez e que foi aprovado na manhã de hoje por maioria, por seis votos a três.

Por isso venho à tribuna, deputado Romildo Titon, defender v.exa., porque nenhuma ilegalidade foi praticada, o senhor cumpriu o Regimento! E, sobretudo, o senhor trouxe aqui às claras um acordo que foi feito, porque para o governo tanto fazia uma situação quanto a outra.

Volto a dizer: falta de coordenação!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu queria antes de entrar propriamente na discussão, pelo pouco tempo que se tem, de fazer aqui um pequeno registro.

Sr. presidente, acho que é de extrema importância registrar que, em nome deste Parlamento e encaminhado pelo deputado Jorginho Mello, estive acompanhando nesses dias o desastre que aconteceu no extremo oeste do estado, que trouxe, sem dúvida nenhuma, uma grande preocupação para todos nós.

Vim, portanto, daquela região exatamente pela importância desse projeto de lei encaminhado pelo governo do estado, deputado Pedro Uczai. Pela importância que isso representa para os trabalhadores e para as trabalhadoras dos diferentes setores da sociedade de Santa Catarina, não poderia deixar de vir para registrar a minha posição e meu voto na tarde de hoje. Mesmo revestido de um profundo sentimento de dor que pude compartilhar com as famílias desabrigadas daquela região, trabalhadoras e trabalhadores como todos nós que aqui estamos.

Agora, deputado Pedro Uczai, o que está em discussão é um acordo aqui estabelecido pelo líder do governo nesta Casa com as forças sindicais, trabalhadoras e trabalhadores do estado de Santa Catarina. É exatamente isso que estamos discutindo, que estamos colocando para ser votado.

Existem vários diz-que-diz-que nesse caminho ou existem várias interpretações, mas o que nós sabemos é que há um acordo preestabelecido, feito, acordado pelo líder do governo nesta Casa com as forças sindicais do estado de Santa Catarina. E acordo se cumpre, acordo se honra. Exatamente esse é o compromisso que nós temos. Assumimos o acordo, concordamos, portanto, votamos a favor.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Padre Pedro Baldissera, eu quero restabelecer o processo democrático nesta Casa. O que aconteceu com relação ao deputado Romildo Titon, o secretário Valdir Cobalchini e a bancada do PMDB é uma questão interna, que eles têm que resolver.

Agora, o acordo do líder do governo, deputado Romildo Titon, não foi feito entre o governo e o líder do governo. O líder do governo fez acordo com os parlamentares e com as centrais sindicais para permitir aquela votação, aquela direção, e foi nessa construção que se

votou na comissão de mérito, onde todos deram a palavra. E o líder do governo naquele momento, deputado Manoel Mota, era o deputado Elizeu Mattos, que não deu a palavra somente para a bancada do governo, ele deu a palavra para nós, da Oposição, que cedemos, e para as centrais sindicais, que negociaram durante à tarde.

Por isso, o que está em discussão aqui não são os conflitos internos dentro do governo! O que antecede as conversas de ontem, foi o que aconteceu na semana passada. O que está em discussão aqui é a emenda do deputado Elizeu Mattos, que foi acordada com o conjunto das forças políticas que representam esta Casa.

Portanto, não queremos entrar em discussão, nem em conflitos internos de quem pode e podia! Mesmo que o secretário Valdir Cobalchini tenha dito que não havia problema, por que não se confiou na palavra do deputado Elizeu Mattos, que era líder do governo e deu-nos a sua palavra?

(Palmas das galerias)

Por quê?! Por quê?! Era a mesma palavra! Se não havia problema, porque não se legitimou a palavra e o compromisso do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o último orador inscrito, deputado Gelson Merísio, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, prezados componentes da Mesa, deputadas Ana Paula Lima e Professora Odete de Jesus, srs. deputados, essa questão que se criou em torno da emenda proposta pelo deputado Elizeu Mattos parece-me estar tomando contornos desproporcionais ao mérito do projeto.

Com o teor do projeto original, e já foi exposto pelo nosso líder, todas as bancadas concordaram em 95%. Nós estamos discutindo sobre um tema em que há uma dúvida consistente e jurídica se ele é pertinente ou não, porque a própria legislação federal atribui aos governadores a prerrogativa de enviar a esta Casa projeto estabelecendo o mínimo regional.

Portanto, eu quero de uma forma muito sincera dizer do respeito que a bancada, e também eu, tem pelo deputado Romildo Titon. Com absoluta sinceridade, consideramos que ele é um deputado cumpridor da palavra, cumpridor de acordos. Acredito que houve, sim, um grande mal entendido na condução do que combinou com as centrais sindicais e o que passou como acordo fechado o líder do governo, deputado Elizeu Mattos. Se não fosse isso, a nossa posição também teria sido diferente, porque recebemos os representantes da Fiesc e havíamos encaminhado em outra direção. Mudamos a nossa posição atendendo e concordando com o acordo que estava selado.

Tenho certeza de que essa posição, por equívoco e não por maldade, do deputado Elizeu Mattos não foi levada até a bancada do PMDB, posto que viajou logo em seguida e propiciou que o deputado Romildo Titon ficasse numa posição que não é uma posição pessoal, ele colocou muito bem aqui, mas uma posição que o deixou desconfortável perante a sua bancada e perante os demais deputados.

Quero, por isso, ao encerrar a colocação de todos, fazer uma convocação aos deputados. Nós temos concordância no mérito e até na emenda proposta. Tenho certeza de que o deputado também não é contra se haverá ou não a participação do governo, até porque ela é relativa. Mesmo que nós não incluamos na lei a participação do governo, pela legislação federal, que é superior à legislação estadual, pode o atual governo ou o próximo, a qualquer tempo, encaminhar um projeto regulamentando a questão do mínimo regional.

Então, estamos discutindo um posicionamento de encaminhamento político da bancada "a", "b" ou "c", do relator "a" ou "b", do líder de ontem ou do líder que está exercendo a função hoje, o deputado José Natal, que também está bem intencionado.

Assim, este momento só pode ser de festa, de congraçamento entre o governador Luiz

Henrique da Silveira, que teve a coragem de mandar o projeto para cá; as próprias centrais sindicais, que colheram 50 mil assinaturas e fizeram um entendimento, inclusive abrindo mão de posições; e as próprias entidades empresariais, que no princípio não discutiram, não admitiram discutir sequer o projeto, mas que no final participaram do debate.

Se não tiveram atendidas as suas reivindicações na plenitude, também é verdade que evoluímos até na troca de alguns pisos de categorias, que mudaram a sua colocação, como é o caso do setor moveleiro da região norte.

Por isso, entendo que evoluímos um pouco e que devemos também recuar um pouco. Recuar as armas, recuar nos ganhos e minimizar os prejuízos. Aqui ninguém vai ter a sua vontade plenamente vencedora: nem a bancada do Democratas, que participou desde o primeiro momento, tampouco o relator, deputado Romildo Titon, tampouco o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, tampouco a bancada do PT.

Eu acho que é o momento de fazermos uma grande aliança, aprovarmos o projeto por unanimidade, contando com a benevolência e com a grandeza de espírito que sei que tem o deputado Romildo Titon, que está coberto de razão na sua posição, mas que foi fruto de um mal-entendido. Não houve má intenção do deputado Elizeu Mattos, assim como não há má intenção e quebra de acordo do deputado José Natal. Houve foi um erro de condução, que é muito menor do que a grandiosidade do projeto, que é muito menor do que a importância que ele tem para Santa Catarina, que tem na renda mínima o dobro da média nacional, que não pode ter um salário mínimo compatível como o estado do Piauí.

Isso tudo é mérito do governador Luiz Henrique da Silveira, dos 40 deputados, que por unanimidade aprovaram o projeto. Não há por que termos uma votação de um assunto tão pequeno como este que está proposto agora com uma celeuma tão grande.

É essa a minha colocação.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência, como sempre, reuniu os srs. líderes para decidir questões que fogem do Regimento Interno. Assim, conforme decisão do colégio de líderes, esta Presidência vai fazer a votação dos destaques, vai votar em primeiro turno e segundo turnos, vai votar a redação final, não só deste projeto como do projeto das lotéricas e agências dos Correios, conforme compromisso assumido com os representantes.

Então, srs. deputados, quero...

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Presidente, v.exa. não vai atender a minha solicitação de uma comissão de Constituição e Justiça refazer o parecer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Romildo Titon, eu posso, e é legítima a sua indagação. É legítima. Eu, por dever de responsabilidade na condução dos trabalhos, farei essa consulta aos srs. líderes, mas já prevejo o resultado. Mas vou fazer por solicitação de v.exa.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu gostaria que v.exa. fizesse, porque essa proposta há pouco me foi feita por alguns membros da Oposição. E também quero ver até onde vai a palavra deles.

Agora, se não der certo, requeiro desde já a votação nominal, porque quero ver quem é quem nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A votação será nominal, sr. deputado. Será no painel e nominal.

Portanto, pergunto aos srs. líderes se há entendimento em relação à proposta do relator, deputado Romildo Titon.

(As lideranças não concordam.)

Não há entendimento, deputado Romildo Titon.

Em votação o PLC n. 0030/2009.

Agora vamos votar a emenda, que tem a seguinte redação:

O art. 2º...

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Romildo Titon, o voto tem que ser nominal e aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O voto é aberto e obrigatório, deputado. Não há voto secreto. E no painel. Não estamos modificando absolutamente nada. Tem que ter 21 votos, e v.exas. sabem disso.

O destaque ao art. 2º é o que vamos votar.

"Parágrafo único - A atualização dos pisos salariais fixados nesta lei complementar será objeto de negociação entre as entidades sindicais e os trabalhadores e empregadores, com a participação do governo do estado de Santa Catarina."

Em votação.

Peço a abertura do painel.

Quem votar "sim" aprova a emenda e quem votar "não" rejeita-a.

Em votação.

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	abst
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVCK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 24 votos "sim", oito votos "não" e uma abstenção.

Está aprovada a emenda.

Srs. deputados, fica prejudicada a emenda da folha 107, que foi acatada pela comissão de Constituição e Justiça. Fica prejudicada a emenda que retirava a expressão "governo do estado de Santa Catarina".

Em votação as emendas modificativas das folhas 50, 130, 131 e 62, que já são do conhecimento dos srs. deputados e dos srs. líderes.

Em votação as emendas.

A votação será nominal também.

Solicito que abram o painel.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam as emendas acordadas das folhas 50, 130, 131 e 62.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Que emenda é essa mesmo? Não estou entendendo, porque se são as emendas que eu acatei, v.exa. não precisa mais colocar individualmente. Ou é outro destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Não, são as emendas que foram...

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Porque eu só não acatei uma emenda. A única que eu não acatei foi a do deputado Elizeu Mattos. Quanto ao resto, foram todas acatadas. Então, eu não sei por que estão sendo votadas individualmente. Ou está sendo votada alguma coisa que ninguém sabe o que é?

O Sr. Deputado Pedro Uczai (Intervindo) - Eu quero concordar com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. deputado, são as emendas das folhas 50, 62, 130 e 131, que estavam junto com a 107, que está prejudicada. Eu tenho que votar as emendas para depois votar o projeto, sem prejuízo das emendas.

Portanto, continua a votação.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Mas são as emendas que estão no meu relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Que estão no seu relatório. Nós estamos votando as emendas que v.exa. acatou, fruto de um entendimento de todas as comissões, menos a 107, que foi prejudicada porque aprovamos anteriormente a que...

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Para liquidar o assunto, só há pedido de destaque de uma emenda? É o único pedido de destaque que há? Confirma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O único pedido de destaque se refere à emenda da folha 107.

O Sr. Deputado Pedro Uczai (Intervindo) - Sr. presidente, no entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. deputado Pedro Uczai, a Presidência vai continuar o processo de votação. Serão votadas as emendas e depois o projeto, sem prejuízo das emendas aprovadas. Não vamos tumultuar, pois esse é o procedimento normal e assim será.

O painel continua aberto para a votação das emendas.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim	DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA	sim	DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim	DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON		DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO SILVIO DREVEK		DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
		DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	
		DEPUTADO ELIZEU MATTOS		DEPUTADO SILVIO DREVEK	abs
		DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	
Caramori.		DEPUTADO GENÉSIO GOULART			
		DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim		A Presidência consulta se todos os srs.
		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	deputados exerceram seu direito de voto.	
		DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	(Pausa)	
		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	Está encerrada a votação.	
		DEPUTADO JOARES PONTICELLI		Colho o resultado.	
		DEPUTADO JORGINHO MELLO		Temos 32 votos "sim", nenhum voto	
		DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	"não" e uma abstenção.	
		DEPUTADO KENNEDY NUNES		Está aprovada a matéria em primeiro	
		DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim	turno.	
		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	(Palmas das galerias)	
		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	Esta Presidência encerra a presente	
		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	sessão e convoca outra, extraordinária, para as	
		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	19h.	
		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	Está encerrada a sessão.	

ATA DA 038ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 19h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno da admissibilidade da Medida Provisória n. 0156/2009, que altera o *caput* do art. 2º e o Anexo Único da Lei n. 14.529/2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo com o Banco Interamericano e Desenvolvimento, BID, para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - Profisco.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0288/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera o arts. 1º, 2º e 3º da Lei n. 14.737/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade do serviço de segurança nas casas lotéricas e agências dos Correios localizadas no território catarinense.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0030/2009, de origem governamental, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que específica e adota outras providências, sem prejuízo das emendas aprovadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O processo de votação será nominal.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim	DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim	DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim	DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim	DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO JORGINHO MELLO	

DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES		DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA		DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim	DEPUTADO SILVIO DREVEK	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim		

Está encerrada a votação. Colho o resultado.

Temos 30 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Aprovado.

(Palmas das galerias)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 19h05.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 039ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 19h05, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0155/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0288/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência agradece a participação de todas as pessoas que nos honraram com a sua presença e, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 062-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, altera o ATO DA MESA N. 050-DL, de 31 de agosto de 2009, e de acordo com o art. 50, do Regimento Interno,

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Valmir Comin para ausentar-se do País, no período de 07 a 16 de setembro do corrente ano, a fim de participar da Comitativa que irá acompanhar o Vice-Governador do Estado à Espanha.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 063-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Edison Andriano para ausentar-se do País, no período de 14 a 20 de setembro do corrente ano, com destino a Salta, República Argentina, a fim de participar da União Parlamentar do MERCOSUL - UPM.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO 122/2009

REFERÊNCIA: 3ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 001/2009, referente Pregão Presencial CL nº 006/2009

OBJETO: Registro de Preço para a aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado tipo split incluindo sistemas de drenagem e mão de obra de instalação.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, até 11 de março de 2010

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, Pregão Presencial nº 006/2009.

ITEM	QDE	Lote Único MATERIAL	VALOR UNITÁRIO
1	4	Aparelhos de ar condicionado tipo split System Wall, capacidade mínima de 9.000 Btu/h, ciclo frio, tensão 220 v, monofásico, comando em controle remoto sem fio, marca ELETROLUX.	R\$ 797,45
1.1	4	Mão de obra - Instalação Item 1	R\$ 271,85
2	115	Aparelhos de ar condicionado tipo split System Wall, capacidade mínima de 18.000 Btu/h, ciclo frio, tensão 220 v, monofásico, comando em controle remoto sem fio, marca ELETROLUX.	R\$ 1.283,47
2.1	115	Mão de obra - Instalação Item 2	R\$ 271,85

3	12	Aparelhos de ar condicionado tipo split System Wall, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo frio, tensão 220 v, monofásico, comando em controle remoto sem fio, marca ELETROLUX.	R\$ 970,49
3.1	12	Mão de obra - Instalação Item 3	R\$ 271,85
4	11	Sistemas de drenagem composto por válvula (bomba de drenagem) e acabamentos; Especificação: Marca: Sauermann International; Código: EE 2000; Aplicações: Mini Split; Tipo de Capacitor: 3 níveis; Funcional: 9mm; Parada: 6mm; Alarma: 20mm; Caudal Max: 81/h; Expulsão Máx.: 6m; Aspiração: 2,5m ³ /h; Tensão: 230 v / 50Hz; Potência: 12 V.	R\$ 321,27
4.1	11	Mão de obra - Instalação Item 4	R\$ 271,85

1ª REGISTRADA: Santa Rita Comércio E Instalações Ltda
Endereço: Rua Dr Fúlvio Aducci, nº 1028, Estreito
Florianópolis/SC
E-Mail: Ricardo@santarita.com.br e Vilmar@santarita.com.br
CEP 88.075-001

CNPJ sob n.º 86.365.350/0001-70

2ª REGISTRADA: Grandes Marcas Comércio Ltda

3ª REGISTRADA: W&Z Comércio e serviços Hospitalares Ltda - EPP
Florianópolis, 11 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 123/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 010/2009, de 10/09/2009.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EDUCANDOS DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico no 1º Seminário de Dificuldades de Aprendizagem - Dislexia em Foco - que será realizado no Hotel Golden Executive, São José SC, no período de 18 a 20 de setembro do corrente ano, que permitirá no local do Seminário: Inscrição de 10 (dez) profissionais da área de Saúde no Evento; cessão de espaço físico para colocação de estande; local para fixação de banner institucional; permissão para utilização de símbolo/logomarca institucional; divulgação e distribuição de material institucional. VALOR GLOBAL: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0056/2009.

Florianópolis, 10 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1867, de 11 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RAFAELA FLOR RODRIGUES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1868, de 11 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CIRO PADOAN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cesar Souza Júnior).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1869, de 11 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LOURDES MARIA PETRI PAULI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cesar Souza Júnior).
Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1870, de 11 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor VANDREI SANCLER BION, matrícula nº 5611, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Cesar Souza Júnior).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1871, de 11 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor CARLOS EDUARDO DE SOUZA NEVES, matrícula nº 5166, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Cesar Souza Júnior).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1872, de 11 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CARLOS EDUARDO DE SOUZA NEVES, matrícula nº 5166, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Cesar Souza Júnior).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1873, de 11 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 032/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelato	Pregoeiro substituto
0947	Valter Euclides Damasco	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	
2170	José das Neves Filho	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
0775	Adriana Lauth Gualberto	

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 488/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de diversões públicas destinarem lugares especiais e/ou adaptados para uso exclusivo de espectadores portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade dos estabelecimentos de diversões públicas destinarem lugares especiais e/ou adaptados para uso exclusivo de espectadores portadores de deficiência e/ou

mobilidade reduzida, nos quantitativos e com as especificações técnicas fixadas na legislação e regulamentação federal pertinente, sob pena de:

I - indeferimento de todos os pedidos de registros e de todos os pedidos de licenciamento para abertura e/ou funcionamento apresentados pelos novos estabelecimentos aos diferentes órgãos da administração direta e indireta do Estado de Santa Catarina; e

II - cancelamento de todos os registros e de todos os licenciamentos para abertura e/ou funcionamento concedidos pelos diferentes órgãos da administração direta e indireta do Estado de Santa Catarina aos estabelecimentos já existentes que deixarem de promover as adequações necessárias, no prazo de 12 (doze) meses contados da vigência desta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá a regulamentação do disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua vigência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2009

Aprova nome para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica aprovado o nome do cidadão Julio Garcia, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de agosto de 2009

Deputado ROMILDO TITON

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 14.737, de 17 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 3º Ficam desobrigadas do cumprimento do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo:

- As agências de correios franqueados ou terceirizadas;
- As casas lotéricas que operam com número igual ou inferior a 4 (quatro) terminais financeiros operacionais;
- As casas lotéricas que operam em locais onde já existia serviço de segurança, prestado por vigilantes profissionais, tais como Shopping Centers, Supermercados ou assemelhados.

§ 4º As casas lotéricas e agências de correios desobrigadas do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, ficam obrigadas a manter sistema de vigilância eletrônica, através de câmeras filmadoras, cofre tipo “boca de lobo” e alarme de comunicação direta e automática com empresa de vigilância especializada, salvo se não for oferecido este serviço no município.”

Art. 2º O *caput* do artigo 3º da Lei nº 14.737, de 17 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A não observância desta Lei, quando exigida, acarretará ao estabelecimento infrator seguintes penalidades.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na de sua publicação.

Sala da Sessões, em

Deputado Darci de Matos

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 05/09/09

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 09/09/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 288/09

Altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 14.737, de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serviço de segurança nas casas lotéricas e agências do correio localizadas no território catarinense.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.737, de 17 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 1º

§ 3º Ficam desobrigadas do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo:

- as agências de correios franqueadas ou terceirizadas;
- as casas lotéricas que operam com número igual ou inferior a 4 (quatro) terminais financeiros operacionais; e
- as casas lotéricas que operam em locais onde já exista serviço de segurança, prestado por vigilantes profissionais, tais como *shopping centers*, supermercados ou assemelhados.

§ 4º As casas lotéricas e agências de correios desobrigadas

do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, ficam obrigadas a manter sistema de vigilância eletrônica, através de câmeras filmadoras, cofre tipo “boca de lobo” e alarme de comunicação direta e automática com empresa de vigilância especializada, salvo se não for oferecido este serviço no município.”

Art. 2º O *caput* do art. 3º da Lei nº 14.737, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A não observância desta Lei, quando exigida, acarretará ao estabelecimento infrator as seguintes penalidades:

..... ”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA ADITIVA AO PL 0030/2009

Fica acrescentado parágrafo único ao art. 2º do projeto de Lei nº 0030/2009 com a seguinte redação:

“art. 2º

Parágrafo Único - A atualização dos pisos salariais fixados nesta Lei Complementar será objeto de negociação entre as entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores, com a participação do Governo do Estado de Santa Catarina”.

Sala das Comissões, em

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Justificativa:

Esta emenda visa aprimorar a emenda do Eminentíssimo Dep. Silvio Dreveck colocando o Governo do Estado de Santa Catarina como parte na negociação das atualizações dos pisos salariais.

Aprovada em Plenário

EMENDA MODIFICATIVA

Fica acrescida alínea “i” ao inciso II do art.1º do Projeto de Lei nº 0030/2009 com a seguinte redação:

“i) nas indústrias do mobiliário.”

Justificativa:

A indústria mobiliária passa do piso de R\$ 647,00 para o piso de R\$ 616,00.

Aprovada em Plenário

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02 AO PL 0030/2009

Fica alterado o art.4º do Projeto de Lei nº 0030/2009 com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2010.”

Sala das Comissões, em

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Justificativa:

Altera a vigência da lei para janeiro de 2010 dando prazo à adaptação a nova legislação de piso salarial.

Aprovada em Plenário

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

PLC/0030.2/2009

Fica suprimida a alínea “a” do inciso III, do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº PLC/0030.2/2009.

Sala da Comissão, em

Deputado Darci de Matos

Justificativa

A presente Emenda pretende suprimir a alínea “a” do inciso III do art. 1º, tendo em vista que este Deputado apresentou Emenda Aditiva ao presente PLC alterando o piso salarial da “ indústria do mobiliário” da Classe III para a Classe I. A permanente crise do setor moveleiro que se arrasta há mais de três anos, devido à desvalorização da moeda americana - vez que tem mais de 90% de sua produção é destinada ao mercado externo - vem causando sérios problemas ao setor.

Aprovada em Plenário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 030/09

Institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído e fixado no âmbito do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 7º, inciso V, da Constituição Federal e do art. 1º da Lei Complementar federal nº 103, de 14 de julho de 2000, os seguintes pisos salariais mensais para os trabalhadores que atuam nas seguintes atividades e/ou segmentos econômicos:

I - R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais) para os trabalhadores:

- na agricultura e na pecuária;
- nas indústrias extrativas e beneficiamento;

c) em empresas de pesca e aquicultura;
 d) empregados domésticos;
 e) em turismo e hospitalidade;
 f) nas indústrias da construção civil;
 g) nas indústrias de instrumentos musicais e brinquedos;
 h) em estabelecimentos hípicas; e
 i) empregados motociclistas, *motoboys*, e do transporte em geral, excetuando-se os motoristas.

II - R\$ 616,00 (seiscentos e dezesseis reais) para os trabalhadores:

a) nas indústrias do vestuário e calçado;
 b) nas indústrias de fiação e tecelagem;
 c) nas indústrias de artefatos de couro;
 d) nas indústrias do papel, papelão e cortiça;
 e) em empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas;

f) empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas;

g) empregados em estabelecimentos de serviços de saúde;

h) empregados em empresas de comunicações e tele-marketing; e

i) nas indústrias do mobiliário.

III - R\$ 647,00 (seiscentos e quarenta e sete reais) para os trabalhadores:

a) nas indústrias químicas e farmacêuticas;
 b) nas indústrias cinematográficas;
 c) nas indústrias da alimentação;
 d) empregados no comércio em geral; e
 e) empregados de agentes autônomos do comércio.

IV - R\$ 679,00 (seiscentos e setenta e nove reais) para os trabalhadores:

a) nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico;

b) nas indústrias gráficas;

c) nas indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana;

d) nas indústrias de artefatos de borracha;

e) em empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e de crédito;

f) em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares;

g) nas indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas;

h) auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino);

i) empregados em estabelecimento de cultura;

j) empregados em processamento de dados; e

k) empregados motoristas do transporte em geral.

Parágrafo único. Consideram-se compreendidos nos incisos e alíneas previstas no *caput* deste artigo as categorias de trabalhadores integrantes dos grupos do quadro anexo do art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º Os pisos salariais fixados nesta Lei Complementar não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal e serão aplicados à carga horária máxima constitucionalmente permitida ou estabelecida pelo empregador.

Parágrafo único. A atualização dos pisos salariais fixados nesta Lei Complementar será objeto de negociação entre as entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores, com a participação do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Os pisos salariais instituídos nesta Lei Complementar se aplicam, exclusivamente, aos empregados que não tenham piso salarial definido em Lei federal, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2010.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 155 EMENDA MODIFICATIVA

A Medida Provisória nº 155, de 06 de agosto de 2009, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, e estabelece outras providências", passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Para o pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S/A autorizado a debitar em conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º No caso dos recursos do Estado não serem depositados no Banco do Brasil, fica instituição financeira depositária autorizar a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil S/A, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a expedir as competentes notas de empenho dos valores correspondentes ao principal, juros e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao pagamento das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

§ 1º No caso dos recursos do Estado não serem depositados no Banco do Brasil, fica instituição financeira depositária autorizar a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil S/A, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a expedir as competentes notas de empenho dos valores correspondentes ao principal, juros e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Medida Provisória.

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO VIABILIZAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL - RESOLUÇÃO 3.716/09

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	51.192.000,00		767.880,00	767.880,00
2010	-	3.199.500,00	1.535.760,00	4.735.260,00
2011	-	6.399.000,00	1.391.782,50	7.790.782,50
2012	-	6.399.000,00	1.199.812,50	7.598.812,50
2013	-	6.399.000,00	1.007.842,50	7.406.842,50
2014	-	6.399.000,00	815.872,50	7.214.872,50
2015	-	6.399.000,00	623.902,50	7.022.902,50
2016	-	6.399.000,00	431.932,50	6.830.932,50
2017	-	6.399.000,00	239.962,50	6.638.962,50
2018	-	3.199.500,00	47.992,50	3.247.492,50
TOTAL	51.192.000,00	51.192.000,00	8.062.740,00	59.254.740,00

"(NR)

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 08/09/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 155/2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito, junto ao Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 51.192.000,00 (cinquenta e um milhões e cento e noventa e dois mil reais), para a viabilização de despesas de capital, observado o disposto na Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, com as alterações da Resolução nº 3.723, de 12 de maio de 2009, ambas do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados, nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, relativos ao pagamento de juros e amortizações, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, atualizações monetárias e de outros ajustes previstos contratualmente.

Art. 3º Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S/A autorizado a debitar em conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º No caso dos recursos do Estado não serem depositados no Banco do Brasil S/A, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil S/A, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a expedir as competentes notas de empenho dos valores correspondentes ao principal, juros e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao pagamento das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de setembro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***